

# Índice

---

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	8
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	27
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	28
1.5 Principais clientes	29
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	30
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	41
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	42
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	43
1.10 Informações de sociedade de economia mista	46
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	47
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	48
1.13 Acordos de acionistas	49
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	50
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	51
1.16 Outras informações relevantes	52
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	53
2.2 Resultados operacional e financeiro	81
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	83
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	84
2.5 Medições não contábeis	85
2.6 Eventos subsequentes as DFs	86
2.7 Destinação de resultados	88
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	91
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	92
2.10 Planos de negócios	93
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	96
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	97
3.2 Acompanhamento das projeções	98

# Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	99
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	121
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	126
4.4 Processos não sigilosos relevantes	129
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	133
4.6 Processos sigilosos relevantes	134
4.7 Outras contingências relevantes	135
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	136
5.2 Descrição dos controles internos	143
5.3 Programa de integridade	147
5.4 Alterações significativas	153
5.5 Outras informações relevantes	154
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	155
6.3 Distribuição de capital	161
6.4 Participação em sociedades	162
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	164
6.6 Outras informações relevantes	166
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	167
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	176
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	177
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	178
7.4 Composição dos comitês	184
7.5 Relações familiares	185
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	186
7.7 Acordos/seguros de administradores	187
7.8 Outras informações relevantes	188
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	189

## Índice

8.2 Remuneração total por órgão	194
8.3 Remuneração variável	197
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	198
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	199
8.6 Outorga de opções de compra de ações	200
8.7 Opções em aberto	201
8.8 Opções exercidas e ações entregues	202
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	203
8.10 Outorga de ações	204
8.11 Ações entregues	205
8.12 Precificação das ações/opções	206
8.13 Participações detidas por órgão	207
8.14 Planos de previdência	208
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	211
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	212
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	213
8.18 Remuneração - Outras funções	214
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	215
8.20 Outras informações relevantes	216
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	217
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	218
9.4 Outras informações relevantes	219
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	220
10.1 Descrição dos recursos humanos	221
10.2 Alterações relevantes	222
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	223
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	225
10.5 Outras informações relevantes	226
11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	227

## Índice

---

11.2 Transações com partes relacionadas	230
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	237
11.3 Outras informações relevantes	239
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	240
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	242
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	244
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	245
12.5 Mercados de negociação no Brasil	246
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	247
12.7 Títulos emitidos no exterior	248
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	249
12.9 Outras informações relevantes	250
13. Responsáveis pelo formulário	
13.0 Identificação	251
13.1 Declaração do diretor presidente	252
13.2 Declaração do diretor de relações com investidores	253
13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	254

## 1.1 Histórico do emissor

### 1. Atividades do emissor

#### 1.1. Descrever sumariamente o histórico do emissor

##### **Breve Histórico**

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de seus ativos de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com principal foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, mas também incluindo os projetos de energia eólica e solar.

A Statkraft foi constituída originalmente sob a forma de sociedade limitada, com a denominação social de Desenvix Empreendimentos Ltda. e, em 20 de novembro daquele mesmo ano a Companhia foi transformada em uma sociedade por ações, passando a operar sob a denominação social “Desenvix S.A.”.

A Companhia atua de maneira integrada, dominando todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, em todas as fontes de energia renovável.

Em 22 de setembro de 2010, após uma reestruturação societária executada para a entrada indireta da Fundação dos Economistas Federais (“FUNCEF”) em seu capital social, a Companhia passou a operar sob a denominação social “Desenvix Energias Renováveis S.A.”.

Em setembro de 2011, a Statkraft conquistou a concessão de registro de Companhia aberta dada pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), seguido pelo evento de listagem das ações da Companhia no Bovespa Mais. Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, que garantirão o crescimento futuro da empresa, em condições favoráveis de mercado.

No dia 12 de agosto de 2011, nossos Acionistas Controladores diretos e indiretos, celebraram com a Statkraft Norfund Power Invest AS, um Contrato de Compra e Venda, para alienação de participação acionária na Companhia à SN Power.

No dia 08 de março de 2012, após o cumprimento de todas as condições precedentes, a Statkraft Investimentos Ltda (inicialmente como SN Power) passou a integrar definitivamente o corpo de acionistas da Desenvix.

No dia 13 de fevereiro de 2015, a Statkraft Investimentos Ltda, firmou um acordo com a Jackson Empreendimentos S.A. visando adquirir a totalidade das ações detidas pelo Caixa FIP Cevix.

## 1.1 Histórico do emissor

Em 13 de Julho de 2015 a Companhia divulgou ao mercado o Fato Relevante, confirmando a conclusão da operação de alteração de controle acionário em que a Statkraft Investimentos Ltda adquiriu a totalidade das ações detidas pelo grupo Jackson na Statkraft.

Mediante a conclusão desta operação, a Statkraft Investimentos Ltda agora detém 81,31% do capital total da Companhia e FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais) manteve sua participação em 18,69% do capital total.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada também em 13 de julho de 2015, os acionistas aprovaram a mudança da denominação social da Companhia para Statkraft Energias Renováveis S/A.

Em 25 de outubro de 2018 a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP – Energias do Brasil S.A. para adquirir um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo, no Brasil. Tal acordo, executado em 21 de dezembro de 2018, adicionou 131,9 MW de capacidade instalada e 68,8 MW médios de garantia física, com prazo final de concessão entre 2025 e 2031.

No terceiro trimestre de 2020 foi concluída a transferência da concessão da Monel Monjolinho Energética S.A. para a Statkraft Energias Renováveis S.A., que havia sido autorizada pela ANEEL – Agência Nacional de Energia Elétrica no dia 30 de julho de 2020 por meio da Resolução Autorizativa 9.094/2020, publicada no Diário Oficial da União.

Atualmente os ativos da Companhia são compostos por 14 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 usina eólica no estado de Sergipe e outros 2 complexos eólicos no estado da Bahia, sendo um formado por 3 usinas e o outro em fase final de construção. Com isso, perfazendo a capacidade instalada própria de 477,81 MW, dos quais 449,31 MW referentes aos ativos em operação até novembro de 2022, e 28,50 MW adicionais referentes a Oslo II de VSE, cuja operação se deu início em dezembro de 2022. Vale destacar ainda que, a companhia ainda possui portfólio de projetos em desenvolvimento relacionados à energia hidráulica, eólica e solar.

A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, sendo que, conforme mencionado anteriormente, 28,50 MW já entraram em operação em dezembro de 2022 e o restante entrará em operação de forma gradual até outubro de 2023.

Adicionalmente, na data de 30 de maio de 2022, se deu o início das atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, localizados no município de Brotas, estado da Bahia, com capacidade instalada de 79,8 MW, cuja entrada em operação está prevista para fevereiro de 2024.

## 1.1 Histórico do emissor

### **Associação com a FUNCEF e reestruturação**

Em 10 de dezembro de 2009, formalizamos uma associação com a FUNCEF visando alavancar recursos para nossas atividades de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Para tanto, em 11 de outubro de 2007, constituímos a Cevix, sob a denominação Rubi S.A., cujo capital foi formado mediante a transferência de nossas participações nas seguintes sociedades:

- (i) Monel;
- (ii) Santa Rosa;
- (iii) Santa Laura;
- (iv) Moinho; e
- (v) Esmeralda.

Posteriormente, foi constituído um fundo de investimento em participação (Caixa FIP Cevix), em que 75% das quotas foram integralizadas por nós, mediante a transferência de 100% de nossa participação na Cevix, e os demais 25% foram subscritos pela FUNCEF, com integralizações periódicas em recursos financeiros, sendo tais recursos capitalizados na Cevix e, posteriormente, nas sociedades operacionais por ela controladas.

Adicionalmente, ao longo de ano de 2010, realizamos uma reestruturação societária para nos preparar para o registro de companhia aberta. A reestruturação teve como objetivo consolidar um veículo para o registro de companhia aberta, reunindo os ativos do grupo na Companhia. A reestruturação envolveu, inicialmente, a cisão parcial da Companhia, com versão das quotas do Caixa FIP Cevix, detidas à época pela Companhia, para a sua controladora Jackson.

A Jackson, por sua vez, constituiu um Fundo de Investimento em Participações (FIP Desenvix) e um Fundo de Investimento em Quotas de Fundos de Investimento em Participação (FIC FIP Jackson), sendo que as quotas do FIP Desenvix foram integralizadas, em conjunto, pela Jackson e pela FUNCEF, mediante o aporte de ações detidas pela Jackson na Companhia e de recursos financeiros, respectivamente. Posteriormente, as quotas do FIC FIP Jackson foram integralizadas com as quotas detidas pela Jackson no FIP Desenvix.

A reestruturação foi concluída com a incorporação da Cevix pela Companhia e com a alteração de nossa denominação para “Desenvix Energias Renováveis S.A.”. Todas as operações relacionadas à referida reestruturação foram realizadas com avaliação dos ativos pelo seu valor patrimonial.

### **Aquisição da ENEX**

No mês de setembro de 2011 a Statkraft adquiriu os 50% de participação detidos pelo Grupo Energia na Enex Operação e Manutenção de Sistemas Elétricos Ltda, passando a deter o seu controle integral, com 100% das ações da companhia. Em dezembro de 2021 a Enex foi incorporada pela Companhia.

## 1.1 Histórico do emissor

### **Associação com Statkraft (inicialmente SN Power)**

Em 12 de agosto de 2011, os principais acionistas da Companhia, Jackson Empreendimentos Ltda. e FUNCEF, celebraram um Contrato de Compra e Venda, Subscrição de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Compra e Venda") com a SN Power, para alienação de participação acionária na Statkraft à SN Power. O fechamento do negócio estava condicionado ao atendimento de certas condições precedentes, como anuência dos credores e autorizações de órgão reguladores do setor.

Em 8 de março de 2012 foi assinado entre os acionistas da Companhia, a notificação de cumprimento de condições precedentes ao fechamento da operação de compra e venda.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 8 de março de 2012, foram aprovados os seguintes assuntos: (i) o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 7.439.555 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, as quais foram subscritas e integralizadas pela SN Power com o adiantamento concedido anteriormente, no montante de R\$ 120 milhões; (ii) alteração da composição do Conselho de Administração da Companhia; (iii) alteração da composição do Conselho Fiscal da Companhia; (iv) aprovação da estrutura, composição e atribuições dos Comitês de Assessoramento da Companhia; e (v) aprovação do novo Estatuto Social da Companhia. Nos termos desta aprovação ficou alterada a redação do artigo 5o do Estatuto Social da Companhia que passou a ter a seguinte redação: "O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 666,8 milhões, dividido em 107.439.555 de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal".

Na mesma data, os integrantes do novo bloco de controle da Companhia (Jackson e SN Power) celebraram um acordo de acionistas, regulando o seu relacionamento na qualidade de acionistas e controladores da Companhia. A Jackson passa a deter o controle indireto da Companhia através do Caixa Fundo de Investimento em Participações Cevix, enquanto SN Power e FUNCEF detêm o controle direto da Companhia. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson - 40,65%; SN Power - 40,65% e FUNCEF - 18,70%.

Em 19 de fevereiro de 2013, após uma reestruturação societária a SN Power Energia do Brasil Ltda transferiu suas ações para a SN Power Brasil Investimentos Ltda.

Em razão de alteração no controle acionário do Grupo SN POWER (Joint-Venture das empresas norueguesas Statkraft AS e Norfund AS), ocorrida no mês de junho de 2014, a partir de 18 de junho de 2014, a SN Power Brasil Investimentos Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Investimentos Ltda., mantendo os números do CNPJ e Municipal.

Já a SN Power Energia do Brasil Ltda. alterou sua denominação social para Statkraft Power Energia do Brasil Ltda.

Em relação às holdings estrangeiras que detêm a Statkraft Investimentos Ltda., estas também já tiveram seus nomes alterados.

## 1.1 Histórico do emissor

Em dezembro de 2014 a Statkraft Investimentos Ltda aumentou sua participação no capital da Companhia adquirindo ações do FIP Cevix, que passou a deter 44,47% do seu capital social.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 12 de maio de 2015, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 6.118.955 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. A participação no capital social da Companhia passou a ser a seguinte: Jackson – 35,01%; Statkraft Investimentos Ltda– 46,30% e FUNCEF - 18,69%.

Em 13 de Julho de 2015 a Companhia divulgou ao mercado o Fato Relevante, confirmando a conclusão da operação de alteração de controle acionário em que a Statkraft Investimentos Ltda adquiriu a totalidade das ações detidas pelo grupo Jackson na Companhia. Mediante a conclusão desta operação, a Statkraft Investimentos Ltda agora detém 81,31% do capital total da Companhia e FUNCEF (Fundação dos Economistas Federais) manteve sua participação em 18,69% do capital total.

Na mesma data os Acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram o aumento de capital social da Companhia, através da emissão de 20.226.547 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, na proporção de sua participação acionária.

### **Aumento de participação na Energen Energias Renováveis S.A.**

Em 19 de setembro de 2012 o Conselho de Administração reunido aprovou o aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., passando a Statkraft a ser titular de 15.675.000 (quinze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) Ações ordinárias do seu capital social, representando 95% (noventa e cinco por cento) de todas as Ações de emissão da Energen. O aumento de participação se dará pela aquisição de 1.100.000 (um milhão e cem mil) Ações da Água Quente, representando 6,67% de todas as ações de emissão da Energen, ao Preço de R\$ 1.094.283,11 (um milhão, noventa quatro mil e duzentos e oitenta e três reais e onze centavos). O pagamento à Água Quente será realizado parcialmente mediante a assunção, pela Statkraft, da obrigação da Água Quente de pagar uma parcela do Saldo Devedor do Mútuo à Energen, no montante de R\$ 522.854,54 (quinhentos e vinte e dois mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos). A parcela remanescente do Preço de Aquisição, no valor de R\$ 571.428,57 (quinhentos e setenta e um mil, quatrocentos e vinte e oito reais e cinquenta e sete centavos), será paga em moeda corrente nacional.

No dia 05 de agosto de 2016 a SKER aumentou sua participação no capital social da controladora Energen em R\$ 177,8 milhões, passando sua participação de 95% para 99,99%. O aumento de capital foi realizado mediante a capitalização de crédito de igual valor devido pela acionista SKER contra a subsidiária Energen. A AGE do dia 13 de outubro de 2016 autorizou o aumento de capital no valor de R\$ 6,4 milhões com direito de preferência a Acionista Statkraft, que subscreveu e integralizou a totalidade no dia 16 de novembro de 2016.

## 1.1 Histórico do emissor

### **Transferência societária da subsidiária São Roque Energética S.A.**

No dia 20 de dezembro de 2011, durante leilão de energia promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e ocorrido na sede da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), em São Paulo, a Statkraft arrematou a concessão para construção e operação da Usina Hidrelétrica de São Roque, localizada no rio Canoas, Estado de Santa Catarina. O empreendimento terá potência instalada de 135,00 MW e garantia física de 90,90 MW médios. No dia 18 de outubro de 2012 a Administração da Companhia protocolou junto a ANEEL pedido de anuência para a transferência societária da sua subsidiária integral, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix, controlado pelo FIP FIC Jackson, controlado pela Jackson Empreendimentos Ltda, que por sua vez é controladora da Statkraft com 40,65%.

No dia 14 de janeiro de 2013 a ANEEL, através da 1ª Reunião Pública Ordinária da Diretoria de 2013 aprovou a transferência societária da subsidiária integral da Statkraft, a São Roque Energética S.A., para o FIP Desenvix.

### **Transferência societária da subsidiária Enercasa Energia Caiuá S.A.**

Em 13 de Julho de 2015, com a conclusão da operação de alteração de controle acionário da Companhia, o controle acionário de Enercasa Energia Caiuá S.A., detentora da Usina Termelétrica Enercasa, projeto de biomassa, foi transferido para o Caixa FIP Cevix.

### **Aquisição da Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas S.A. e Santa Fé Energia S.A.**

Em 25 de outubro a Companhia celebrou contrato de compra e venda de ações com a EDP - Energias do Brasil S.A. para adquirir um cluster de oito usinas hidrelétricas operacionais no estado do Espírito Santo, no Brasil. Pelo acordo celebrado, a Statkraft adquirirá 100% das ações detidas pela EDP – Energias do Brasil S.A. na EDP Pequenas Centrais Hidroelétricas S.A., composta por sete usinas hidrelétricas, e na Santa Fé Energia S.A., totalizando 131,9 MW de capacidade instalada e 68,8 MW médios de garantia física, com prazo final de concessão entre 2025 e 2033, que correspondem à integralidade do capital social das companhias.

A transação está alinhada com a estratégia da Statkraft de desenvolver portfólios flexíveis de geração com aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer adquirindo e melhorando ativos em operação ou desenvolvendo nova capacidade de geração em energia hidrelétrica, eólica e solar.

Em 21 de dezembro de 2018 foi implementado o fechamento da operação referenciada no contrato de compra e venda de ações e outras avenças, resultando, portanto, na aquisição direta das ações referenciadas no parágrafo acima. O valor da aquisição acordado da Tamar Pequenas Centrais Hidrelétricas (anteriormente denominada EDP PCH) e Santa Fé Energia S.A. foi de R\$ 601,0 milhões, que foi

## 1.1 Histórico do emissor

composto de (i) R\$ 704,0 milhões, (ii) ajuste redutor do preço no montante de R\$ 89,0 milhões referente a dívida líquida e (iii) ajuste redutor de preço de R\$ 14,0 milhões, referente a ajuste de capital de giro.

### **Construção do Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia**

A Companhia participou do leilão A-6 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrido em 18 de outubro de 2019, com seus projetos eólicos. Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de R\$ 97,90 por MWh. Serra da Mangabeira teve 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. (preços com data base de outubro de 2019).

### **Construção do Complexo Eólico Morro do Cruzeiro**

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos vencedores tiveram 10,71 MW médios da energia vendida às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), o que representa 30% da sua garantia física, com prazo contratual de 15 anos, ao preço de R\$ 134,97 MWh e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

### **Aquisição da participação da FUNCEF pela SKIN**

Em 12 de setembro de 2023, a Statkraft Investimentos Ltda. (SKIN) fez a aquisição de 100% das 84.924.131 ações ordinárias da Fundação dos Economistas Federais (FUNCEF), totalizando assim 100% das 454.331.401 ações ordinárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER).

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### 1. Atividades do emissor

- 1.2. Descrever sumariamente as atividades principais desenvolvidas pelo emissor e suas controladas

#### Nosso Grupo Econômico

Bloco de Controle da Statkraft Energias Renováveis S.A.



#### Statkraft

A Statkraft é uma empresa líder em energia hidrelétrica internacionalmente e a maior geradora de energia renovável da Europa. O grupo produz energia hidrelétrica, energia eólica, energia solar, energia a gás e fornece aquecimento urbano. A Statkraft é uma empresa global em operações no mercado de energia. A Statkraft tem 5.000 funcionários em 20 países.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft Investimentos e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

Em junho/2014, resultado da reestruturação internacional do Grupo, assumiu o controle acionário das empresas SN POWER no Brasil, uma joint-venture formada em 2002 por ela mesma em parceria também com o fundo norueguês de investimentos NORFUND, criada com o objetivo de atuar em mercados emergentes, especificamente os mercados da América do Sul, América Central, Ásia e África. Presente ativamente no Brasil desde 2008, operando no mercado de comercialização de energia desde 2011 quando adquiriu a empresa Enerpar Energias do Paraná Ltda. cujos contratos de energia de longo prazo possuem vigência até 2025. Essa reestruturação ocorrida na parceria entre as duas acionistas proporcionou à STATKRAFT ampliar sua participação societária no negócio, a qual passa então a comandar as operações no Brasil, Chile, Peru e Índia. Ainda no Brasil, participa na empresa Statkraft Energias Renováveis S.A. desde março/2012 (81,31%), o que

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

configura sua participação em nosso país não somente na comercialização de energia, como também na geração de energia hidrelétrica e eólica.

A STATKRAFT tem experiência em atuar nos mercados para reduzir riscos e otimizar carteiras de energia, ambicionando no Brasil aplicar esta experiência e apresentar soluções para consumidores industriais e geradores. O Brasil é visto pelo Grupo como uma importante plataforma de crescimento no âmbito internacional, considerando o potencial da crescente demanda de energia elétrica bem como pelos excelentes recursos hídricos e eólicos disponíveis. Ao integrar a operação no país, a STATKRAFT aspira se beneficiar de sua experiência global no desenvolvimento e operação de hidrelétricas para fortalecer e aumentar a presença local aplicando a experiência em mercados internacionais.

Trata-se de uma empresa com trindade de valores claramente definidos: Competência (usando seu conhecimento e experiência para atingimento de metas em linha com sua forte política de governança), Responsabilidade (criando valor enquanto mostrando preocupação com empregados, clientes, meio ambiente e sociedade), Inovação (pensando criativamente, identificando oportunidade e desenvolvendo soluções efetivas), orgulhosa ainda por atuar conservadoramente perante suas obrigações fiscais e ambientais junto aos governos, confirmando sua postura honesta evitando assim, correr riscos que possam ser prejudiciais a sustentabilidade dos negócios e da própria empresa.

### Visão Geral da Companhia

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada em operação de 477,81 MW, compreendendo 23 ativos. Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia.

Com previsão de entregas por etapas até dezembro de 2023 o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia adicionará outros 490,2 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos compostos por 14 parques eólicos e 91 aerogeradores. A estimativa é que o complexo de Ventos de Santa Eugênia possa abastecer mais de 1 milhão de residências brasileiras.

Adicionalmente, no mês de junho de 2022 a companhia iniciou a construção de Morro do Cruzeiro I e II que adicionará mais 79,8 MW a sua capacidade instalada de geração de energia eólica, compostos por 14 aerogeradores.

Além dos projetos em construção, existe ainda projeto solar em estágio avançado de desenvolvimento, para o qual já foram emitidas pela ANEEL, 7 outorgas de 37,5MW de potência instalada. A companhia ainda constituiu a Statkraft Comercialização de Energia S.A. (SKER COM) com o objetivo de facilitar a gestão do portfólio atual, dos projetos em desenvolvimento e daqueles que constam no pipeline da companhia, representando-os frente ao mercado, realizando hedges e otimizando o resultado da Statkraft.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A Companhia participou do leilão A-6 promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), ocorrido em 18 de outubro de 2019, com seus projetos eólicos e Ventos de Santa Eugênia assegurou a comercialização de 75,30 MW médios, o que representa 55% da garantia física, com preço de venda de R\$ 97,90 por MWh. Já Serra da Mangabeira concretizou 12,1 MW médios vendidos, o que representa 30% da sua garantia física, com preço de venda de R\$ 99,88 por MWh. Importante destacar que os preços mencionados anteriormente possuem data base outubro de 2019.

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia participou do 35º Leilão de Energia Nova A-5 com os projetos eólicos Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II, com capacidade instalada total de 79,8 MW. Como resultado do leilão, os projetos vencedores tiveram 10,71 MW médios da energia vendida às distribuidoras de energia por meio de contratos fechados no ambiente regulado (CCEAR), o que representa 30% da sua garantia física. O prazo contratual estabelecido foi de 15 anos, ao preço de R\$ 134,97 MWh e início de suprimento para 1º de janeiro de 2026, conforme as diretrizes do Ministério de Minas e Energia (MME).

A Statkraft tem como estratégia ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos. A companhia possui como parte de sua estratégia viabilizar aquisições seletivas de projetos, em mercados priorizados.

A tabela abaixo possui informações acerca dos empreendimentos em que investimos, os quais representam os nossos Empreendimentos em Operação ao final de dezembro de 2022:

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

	Participação Statkraft (%)	Potência Instalada Usina (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
 <b>GERAÇÃO PCH</b>		<b>202,5</b>	<b>190,0</b>
1. Esmeralda	100%	22,20	22,20
2. Santa Laura	100%	15,00	15,00
3. Santa Rosa II	100%	30,00	30,00
4. Moinho	100%	13,70	13,70
5. Passos Maia	50%	25,00	12,50
6. Tamar			
- Viçosa	100%	4,50	4,50
- São João	100%	25,00	25,00
- Alegre	100%	2,06	2,06
- Fruteiras	100%	8,74	8,74
- Jucu	100%	4,84	4,84
- Rio Bonito	100%	22,50	22,50
7. Santa Fé	100%	29,00	29,00
 <b>GERAÇÃO UEE</b>		<b>158,2</b>	<b>158,2</b>
8. Macaúbas	100%	35,07	35,07
9. Seabra	100%	30,06	30,06
10. Novo Horizonte	100%	30,06	30,06
11. Barra dos Coqueiros	100%	34,50	34,50
16. VSE (Oslo II)	100%	28,50	28,50
 <b>GERAÇÃO UHE</b>		<b>594,3</b>	<b>129,6</b>
12. Monjolinho	100%	74,00	74,00
13. Tamar – Suíça	100%	35,34	35,34
14. Ceran			
- Monte Carlo	5%	130,00	6,50
- Castro Alves	5%	130,00	6,50
- 14 de Julho	5%	100,00	5,00
15. Dona Francisca	1,803%	125,00	2,254
<b>EM OPERAÇÃO</b>		<b>955,1</b>	<b>477,8</b>
 <b>EM CONSTRUÇÃO</b>		<b>570,0</b>	<b>570,0</b>
16. Complexo Eólico VSE	100%	490,20	490,20
17. Morro do Cruzeiro	100%	79,80	79,80
<b>EM OPERAÇÃO + CONSTRUÇÃO</b>		<b>1.525,1</b>	<b>1.047,8</b>

A tabela a seguir possui informações acerca dos empreendimentos em que investimos, os quais representam os nossos Empreendimentos em Construção ao final de dezembro de 2022:

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

<b>Empreendimento</b>	<b>Participação Statkraft</b>	<b>Potência Instalada</b>	<b>Potência Instalada Statkraft</b>
Ventos de Santa Eugênia (VSE) <sup>1</sup>	100%	518,7 MW	518,7 MW
Morro do Cruzeiro (MdC)	100%	79,8 MW	79,8 MW
<b>Total</b>	<b>n/a</b>	<b>598,5 MW</b>	<b>598,5 MW</b>

*1 – Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia. Com isso, permanecem em fase de construção 490,2 MW.*

As atividades realizadas pela Companhia envolvem também o constante desenvolvimento de novos projetos. Em 31 de dezembro de 2022 o Portfólio de Projetos da Companhia era composto por 2 Projetos Prioritários em Desenvolvimento.

A companhia considera os Projetos Prioritários em Desenvolvimento, aqueles projetos do portfólio que possuem registro ativo na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo compra ou arrendamento de terras e licenças emitidas, conforme detalhado na tabela abaixo). Com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 2 e 5 anos, dependendo de condições favoráveis do mercado e que são investimentos em energia limpa e renovável, confirmando a responsabilidade social e comprometimento com projetos ambientalmente sustentáveis da Companhia.

### Portfólio de Empreendimentos e Projetos

#### *Empreendimentos em Operação*

#### **PCH Esmeralda**

A PCH Esmeralda possui potência instalada de 22,2 MW (12,32 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Bernardo José, entre os municípios de Pinhal da Serra e Barracão, no norte do Estado do Rio Grande do Sul. Detemos 100% deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$ 72.625 mil, dos quais R\$ 55.425 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade project finance, com prazo de amortização de 12 anos em 144 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$ 121,35/MWh (data base: junho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 15 de dezembro de 2006 até 14 de dezembro de 2026. Referido contrato prevê a entrega de 105.680 MW/h por ano.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

As obras de implantação tiveram início em maio de 2005 e, em dezembro de 2006, a PCH Esmeralda entrou em operação comercial, criando no período aproximadamente 450 empregos diretos e 600 indiretos conforme relatórios de acompanhamento de obra encaminhados à ANEEL durante o período de construção do empreendimento.

A Esmeralda S.A. está devidamente autorizada pela FEPAM, a operar a PCH Esmeralda, por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 303/2022, com validade até 03 de maio de 2023.

Fomos autorizados a nos estabelecer como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Esmeralda pela Resolução ANEEL n.º 605, de 21 de dezembro de 2001. Tal autorização foi transferida para a PCE Projetos e Consultorias de Engenharia Ltda. pela Resoluções ANEEL n.º 191, de 4 de maio de 2004 e, posteriormente, para a Esmeralda S.A. pela Resolução ANEEL n.º 295, de 31 de agosto de 2005.

A PCH Esmeralda está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 7,67 Km de extensão até a SE da PCH São Bernardo, que por sua vez se conecta ao sistema da RGE na SE de Paim Filho no Estado do Rio Grande do Sul. Referida linha de transmissão possui Licença Ambiental de Operação – LO n.º. 998/2022, emitida pela FEPAM, com validade até 01 de abril 2027.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **PCH Santa Laura**

A PCH Santa Laura possui potência instalada de 15,0 MW (7,99 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Chapecozinho, a aproximadamente 58 km de sua foz, entre os municípios de Faxinal dos Guedes e Ouro Verde, ambos no Estado de Santa Catarina. Detemos 100% deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$ 65.821 mil, dos quais R\$ 40.821 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade project finance, com prazo de amortização de 12 anos em 144 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$ 123,01/MWh (data base: julho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 31 de dezembro de 2007 até 30 de dezembro de 2027. Referido contrato prevê a entrega de 69.642 MW/h por ano.

As obras de implantação da usina duraram 18 meses, período no qual foram criados aproximadamente 350 empregos diretos e 600 empregos indiretos segundo relatórios de acompanhamento da obra enviados à ANEEL e ELETROBRÁS durante o período de construção do empreendimento. Em outubro de 2007 a PCH Santa Laura entrou em operação comercial. O término das obras e o início da geração foram antecipados

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

em três meses. A energia gerada nesse período de antecipação foi vendida em contratos de curto prazo com consumidores livres.

A Santa Laura S.A. está devidamente autorizada pelo IMA, a operar a PCH Santa Laura, por meio da Licença Ambiental de Operação - LAO n.º 1094/2022, com validade até 03 de março de 2026.

A PCH Santa Laura está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 13,5 Km de extensão até a SE da Xanxerê, que pertence ao sistema elétrico da CELESC no Estado de Santa Catarina. Referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de Operação - LAO n.º. 7290/2018, emitida pelo IMA, com validade até 22 de agosto de 2022.

As técnicas alternativas aplicadas na recuperação de áreas degradadas na região da PCH Santa Laura renderam dois troféus Fritz Müller consecutivos ao empreendimento. O troféu Fritz Müller dado pela FATMA é a maior premiação ambiental do Estado de Santa Catarina.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **PCH Santa Rosa II**

A PCH Santa Rosa II possui potência instalada de 30,0 MW (17,1 MW de Garantia Física) e está localizada no rio Grande, afluente do rio Paraíba do Sul, entre os municípios de Bom Jardim e Cordeiro, no Estado do Rio de Janeiro. Detemos 100% deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$ 138.963 mil, dos quais R\$ 88.963 mil foram captados por meio de dois financiamentos indiretos junto ao BRADESCO/BNDES, na modalidade project finance indireto, com prazo de amortização de 14 anos em 168 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

A energia elétrica do empreendimento foi integralmente vendida à Eletrobrás no âmbito do PROINFA por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$ 121,35/MWh (data base: junho de 2004), por um período de suprimento de 20 anos, com início em 30 de junho de 2008 até 29 de junho de 2028. Referido contrato prevê a entrega de 148.036 MW/h por ano.

As obras de implantação iniciaram-se em abril de 2006, e em junho de 2008 a PCH Santa Rosa II entrou em operação comercial. Durante este período o empreendimento gerou aproximadamente 600 empregos diretos e 1000 empregos indiretos foram criados de acordo com relatórios de acompanhamento de obras encaminhados à ANEEL E ELETROBRAS.

A Santa Rosa está devidamente autorizada pelo INEA, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio de Janeiro, a operar a PCH Santa Rosa II, por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º FE014183, com validade até 19 de maio de 2013. O

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

processo de renovação da referida Licença de Operação foi protocolado tempestivamente, tendo sua licença prorrogada automaticamente. O processo de renovação da LO está em trâmite no Órgão Licenciador.

A Monteiro Aranha S.A. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Santa Rosa II pela Resolução ANEEL n° 197, de 31 de maio de 2001. Tal autorização foi transferida para a Santa Rosa S.A. pela Resolução ANEEL n° 279, de 17 de junho de 2003. A Resolução ANEEL n° 72, de 14 de fevereiro de 2005, autorizou a prorrogação dos prazos para a implantação da PCH Santa Rosa II e a modificação das características técnicas de suas instalações de transmissão.

A PCH Santa Rosa II está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 69 kV e 7 km aproximadamente de extensão até a SE LT Macabú – Val de Palmas, que pertence ao sistema elétrico da AMPLA no Estado do Rio de Janeiro.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **UHE Monjolinho**

A UHE Monjolinho possui potência instalada de 74,0 MW (41,7 MW de Garantia Física a partir de 2018) e está localizada no rio Passo Fundo, entre os municípios de Nonoai e Faxinalzinho, cujo reservatório abrange também os municípios de Benjamin Constant do Sul e Entre Rios do Sul, no norte do Rio Grande do Sul. Detemos 100% deste empreendimento, sendo que nossos investimentos foram da ordem de R\$ 280.000 mil, dos quais R\$ 169.659 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade project finance, com prazo de amortização de 16 anos. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

A UHE Monjolinho foi arrematada por nós no grupo E do leilão n.º 004/2001 promovido pela ANEEL em 20 de novembro de 2001, sendo o contrato de concessão de uso de bem público assinado em 23 de abril de 2002 (Contrato de Concessão n.º 018/2002). No 3º Leilão de Energia Nova comercializamos a energia referente a 42 MW médios a um preço de R\$ 122,63 MW/h (data base: outubro de 2006) por um prazo de 30 anos, com início em 01 de janeiro de 2011 até 31 de dezembro de 2040.

Desde setembro de 2009, a UHE Monjolinho está operando no SIN. O término das obras e o início da geração foram antecipados em 16 meses. A energia gerada nesse período de antecipação foi comercializada no ACL por meio da celebração de CCVE a um preço de R\$ 181,20 por MW/h (data base: abril de 2008).

A Statkraft Energias Renováveis S.A. está devidamente autorizada pela FEPAM, a operar a UHE Monjolinho, por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 3310/2019, com validade até 16 de maio de 2024.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

A UHE Monjolinho está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 138 kV e 18,85 km de extensão até a SE de Passo Fundo, que pertence ao sistema elétrico da Eletrosul do Estado do Rio Grande do Sul. A referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de Operação - LO n°. 924/2020, emitida pelo IMA, com validade até 19 de abril de 2023.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### CERAN

CERAN é o consórcio responsável pela construção e operação do Complexo Energético Rio das Antas, situado no trecho médio do Rio das Antas, na região Nordeste do Rio Grande do Sul. O Complexo é formado pelas UHEs Monte Claro (130,0 MW e 59,0 MW de Garantia Física), Castro Alves (130,0 MW e 64,0 MW de Garantia Física) e 14 de julho (100,0 MW e 50,0 MW de Garantia Física). O valor total investido é da ordem de R\$ 1.086.680 mil, dos quais parte foi obtida através de financiamento com o BNDES. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado. Investimos no empreendimento o montante de R\$ 23.046 mil de capital próprio.

Detemos, por meio da CERAN, 5% deste empreendimento.

A primeira unidade geradora da UHE Monte Claro encontra-se em operação desde dezembro de 2004, seguida pela entrada em operação da primeira unidade geradora da UHE Castro Alves em março de 2008. Por sua vez, a entrada em operação comercial da primeira unidade geradora da UHE 14 de julho foi em dezembro de 2008.

O empreendimento agrega 360,0 MW de potência ao SIN. A Garantia Física de 173,0 MW produzida nas 3 UHEs está contratada com as distribuidoras do Grupo CPFL e CEEE por meio de CCVEs.

A tabela abaixo contém um detalhamento de todas as UHEs que compõem o CERAN:

Nome	UHE Castro Alves	UHE 14 de Julho	UHE Monte Claro
Localização	Rio das Antas (RS) entre Nova Pádua e Nova Roma do Sul (RS)	Rio das Antas (RS) entre Cotiporã e Bento Gonçalves (RS)	Rio das Antas (RS) entre Bento Gonçalves e Veranópolis (RS)
Potência Instalada	130,0 MW	100,0 MW	130,0 MW
Área Inundada	5 km <sup>2</sup>	6 km <sup>2</sup>	1,4 km <sup>2</sup>

**1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas**

Tipo de Barragem	Gravidade/ Concreto Compactado Rolo – CCR	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR
Altura Máxima	45 m	37 m	25 m
Casa de Força	Subterrânea	Subterrânea	Semi abrigada
Turbinas	3 tipo Francis de eixohorizontal	2 tipo Kaplan	2 tipo Kaplan

**UHE Dona Francisca**

A UHE Dona Francisca possui potência instalada de 125,0 MW (80,0 MW de Garantia Física), situada no Rio Jacuí entre os municípios de Agudo do Sul e Nova Palma, no estado do Rio Grande do Sul. A UHE Dona Francisca é compartilhada por meio de um consórcio celebrado entre Dona Francisca e CEEE. Por sua vez, a Dona Francisca é detida por nós (2,12%), pela Copel (23,03%), CELESC (23,03%) e Gerdau (51,82%).

Nos termos do consórcio, o compartilhamento da energia observará os percentuais previamente pactuados entre as partes, conforme detalhado na tabela abaixo:

I - Para os 10 (dez) primeiros anos:

EMPRESA	%
CEEE	5,00
Dona Francisca	95,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

II - A partir do 11º (décimo - primeiro) até o 20º (vigésimo) ano:

EMPRESA	%
CEEE	10,00
Dona Francisca	90,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

III - A partir do 21º (vigésimo - primeiro) ano até o 35º (trigésimo-quinto) ano:

EMPRESA	%
CEEE	15,00
Dona Francisca	85,00
<b>TOTAL</b>	<b>100,00</b>

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O contrato de concessão possui prazo de duração de 35 anos contados a partir da data de assinatura, ocorrida em 28 de agosto de 1998. A energia elétrica é produzida pela UHE Dona Francisca na condição de PIE, sendo que a potência instalada foi definida pela ANEEL na Resolução 146/2004 e Nota Técnica 095/2004.

A tabela abaixo contém um detalhamento das informações da usina:

Nome	UHE Dona Francisca
Localização	Rio Jacuí (RS) entre Agudo e Nova Palma(RS)
Potência Instalada	125,0 MW
Garantia Física	80,0 MW
Área Inundada	19,2 km <sup>2</sup>
Tipo de Barragem	Gravidade / Concreto Compactado a Rolo - CCR
Altura Máxima	50,5 m
Casa de Força	Abrigada
Turbinas	2 tipo Francis de eixohorizontal

### PCH Moinho

A PCH Moinho encontra-se localizada no rio Bernardo José, afluente do rio Pelotas, entre os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, na região Norte do estado do Rio Grande do Sul. O empreendimento possui capacidade instalada total de 13,7 MW (6,98 MW de Garantia Física) e está em operação comercial desde setembro de 2011.

A Statkraft detém 100% de participação do empreendimento, sendo que os investimentos para sua implantação são da ordem de R\$ 93.000 mil, dos quais R\$ 47.850 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade project finance, com prazo de amortização de 16 anos em 192 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

A energia que será produzida pela PCH foi vendida em CCVE no ACL por 19,4 anos, a partir de agosto de 2011. O CCVE celebrado prevê a entrega de 61.320,0 MW/h ano a um preço médio de R\$ 145,7 por MW/h (data base: fevereiro de 2009).

A PCH Moinho S.A. está devidamente autorizada pela FEPAM, órgão ambiental licenciador do Estado do Rio Grande do Sul, a operar por meio da Licença Ambiental de Operação - LO n.º 6897/2020, com validade até 06 de novembro de 2025.

A PCH Moinho está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 138 kV e 24 km de extensão até o TAPE de conexão da SE OURO – SE Campos Novos. A referida linha de transmissão possui a Licença Ambiental de

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Operação - LO n°. 1344/2020, emitida pela FEPAM, com validade até 27 de fevereiro de 2025.

A Moinho S.A. foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Moinho por meio da Resolução ANEEL n° 1.451, de 8 de julho de 2008.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **PCH Victor Baptista Adami**

A ANEEL, por meio do Despacho no 378, de 1o de fevereiro de 2012, liberou as unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH Victor Baptista Adami para início da operação em teste, e por meio dos Despachos nos 583 e 606, de 17 de fevereiro e 23 de fevereiro de 2012, respectivamente, liberou as unidades geradoras para início da operação comercial. A PCH está localizada no rio Chapecó, município de Passos Maia/SC, possuindo potência instalada de 25,0 MW (13,70 MW de Garantia Física) e reservatório com área de 175 ha.

A PCH pertence integralmente à Passos Maia Energética S.A., sendo que detemos 50% de participação nesta SPE. Os demais 50% são detidos pela Adami S.A. – Madeiras. O investimento total para o empreendimento foi da ordem de R\$ 126.000 mil, dos quais R\$ 86.564 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNDES, na modalidade project finance, com prazo de amortização de 13,3 anos em 160 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

Em 8 de novembro de 2011 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a alteração do nome do empreendimento que passou a se chamar PCH Victor Baptista Adami, em substituição à PCH Passos Maia. A alteração foi autorizada pela ANEEL em despacho no 2.363 de 3 de junho de 2011.

A Adami S.A. – Madeiras foi autorizada a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica para a exploração da PCH Victor Baptista Adami pela Resolução n° 68, de 2 de março de 2004. Tal autorização foi posteriormente transferida para a Passos Maia Energética S.A. pela Resolução n° 1.880, de 7 de abril de 2009.

A energia produzida pela PCH foi vendida em CCVE no ACL, com início previsto para o fornecimento de energia a partir de 01 de janeiro de 2012 por um período de 19 anos. O CCVE celebrado prevê a entrega de 109.500 MWh ano a um preço médio de R\$ 147,1 por MWh (data base: outubro de 2009).

A Passos Maia está devidamente autorizada pelo IMA, órgão ambiental licenciador do Estado de Santa Catarina, a instalar a PCH Victor Baptista Adami, por meio da Licença Ambiental de Operação – LAO 10215/2016, com validade até 21 de dezembro de 2020. O licenciamento do empreendimento atendeu aos requisitos estabelecidos no

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Artigo 18 § 4º da Resolução CONAMA nº 237/97, pois foi protocolada solicitação de renovação da Licença de Operação por meio do processo administrativo nº DIV/00171/CRO em 05/08/2020, portanto com 138 dias de antecedência da expiração de seu prazo de validade. Sendo assim, o prazo de validade da Licença Ambiental, LO nº 10215/2016, fica prorrogado por tempo indeterminado, até manifestação do IMA.

A PCH Victor Baptista Adami está conectada ao SIN através de uma linha de transmissão com tensão de 138 kV e 26 km de extensão até o Subestação Copel em Palmas - PR.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **Complexo Eólico Statkraft Bahia**

O Complexo Eólico Statkraft Bahia está localizado no município de Brotas de Macaúbas, na região central da Bahia. Até o momento, o empreendimento é constituído por três usinas eólicas, UEE Macaúbas (35,07MW), UEE Novo Horizonte (30,06MW) e UEE Seabra (30,06MW), totalizando 95,19MW. Com investimentos de aproximadamente R\$ 425.000 mil, dos quais R\$ 267.984 mil foram captados por meio de financiamento direto junto ao BNB, na modalidade project finance com prazo de amortização de 15 anos em 180 prestações mensais. Destaca-se que tal financiamento já foi totalmente liquidado.

O desenvolvimento do projeto do Complexo Eólico Statkraft Bahia teve início em 2007 e se estendeu até final de 2009, ano em que ocorreu o primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER). Vendemos neste leilão 34,0 MW médios de energia, sendo 13,0 MW médios da UEE Macaúbas, 11,0 MW médios da UEE Seabra e 10,0 MW médios da UEE Novo Horizonte a um preço de R\$139,99/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Através dos despachos nº 2.220, nº 2.221 e nº 2.222, a ANEEL autorizou, a partir do dia 6 de julho de 2012, o início da operação comercial do Complexo Eólico Statkraft Bahia.

Ao todo foram implantados 57 aerogeradores com 1,67 MW de potência nominal.

Com relação ao licenciamento ambiental, o Complexo Eólico Statkraft Bahia possui Licença de Operação, emitida pelo INEMA, com validade até 22 de junho de 2023 para as Usinas Eólicas Seabra, Novo Horizonte e Macaúbas.

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Parque Eólico Barra dos Coqueiros

O Parque Eólico Barra dos Coqueiros pertence à empresa Energen Energias Renováveis S.A., (CNPJ/MF 08.207.876/0001-15), autorizada pela Portaria DOU No - 617, de 6 de Julho de 2010 a estabelecer-se como PíEE, mediante a implantação e exploração da central geradora eólica denominada “Barra dos Coqueiros”, constituída de vinte e três unidades aerogeradoras totalizando 34.500 kW de capacidade instalada e 10.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no município de Barra dos Coqueiros, Estado de Sergipe.

Através dos despachos nº 2.742, 2.831, 2.940 e 3.004, a ANEEL autorizou, a partir do mês de setembro de 2012, o início da operação comercial da Usina Eólica Barra dos Coqueiros.

Em 21 de janeiro de 2011, a Companhia e a JP Participações Ltda. assinaram contrato de compra e venda de ações da Energen Energias Renováveis S.A., empresa que possui autorização do Ministério das Minas e Energia para estabelecer-se como produtor independente de energia elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL - Barra dos Coqueiros, localizada no município de Barra dos Coqueiros, estado de Sergipe. Como parte do contrato, a Companhia adquiriu a participação de 88,33% das ações ordinárias e das ações preferenciais. Em 10 de maio de 2011 a ANEEL anuiu, por meio da Resolução Autorizativa no 2.880/2011, a troca de controle da Energen Energias Renováveis S.A., assim como em 25 de abril de 2011 as ações preferenciais foram convertidas em ordinárias.

O sistema de transmissão de interesse restrito da UEE Barra dos Coqueiros é constituído de uma subestação elevadora de 13,8/69 kV, junto ao empreendimento, além de uma LT em 69 kV, com cerca de vinte e um km de extensão, em circuito simples, interligando a subestação elevadora à subestação Taiçoca, de 69 kV, de propriedade da Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S.A.

A UEE Barra dos Coqueiros vendeu 10,0 MW médios de energia no primeiro leilão exclusivo de energia eólica do Brasil (2º LER) a um preço de R\$ 152,50/MWh (data base dezembro de 2009). Esta energia será contratada pela CCEE como energia de reserva por um prazo de 20 anos.

Com relação ao licenciamento ambiental, a UEE Barra dos Coqueiros possui Licença de Operação – LO 072/2021, emitida em 80 de abril de 2021 pela ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente do Estado de Sergipe, com validade até 08 de abril de 2024.

No dia 19 de setembro de 2012, o Conselho de Administração da Statkraft aprovou o aumento de participação societária na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A., passando a Statkraft a ser titular de 15.675.000 (quinze milhões, seiscentos e setenta e cinco mil) Ações ordinárias do seu capital social, representando 95% (noventa e cinco por cento) de todas as Ações de emissão da Energen. Tal participação foi aumentada até a atual 99,99%.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Os serviços de O&M do empreendimento e da LT estão contratados com a holding que, em conjunto com a nossa diretoria de operação, compartilham as atribuições de gestão técnica e administrativa, de modo a garantir o mais alto índice de disponibilidade para o SIN.

### **UHE Suíça**

Com relação ao licenciamento ambiental, a UHE Suíça possui Licença de Operação, emitida pelo IEMA, que se encontra em renovação uma vez que teve seu pedido de renovação realizado com 120 dias de antecedência em junho de 2016, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 237/1997.

### **PCH Rio Bonito**

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Rio Bonito possui Licença de Operação, emitida pelo IEMA, que se encontra em renovação uma vez que teve seu pedido de renovação realizado com 120 dias de antecedência em novembro de 2016, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 237/1997.

### **PCH São João**

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH São João possui Licença de Operação – LO 094/2018, emitida em julho de 2018 pelo IEMA – com validade de 06 anos.

### **PCH Francisco Gros**

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Francisco Gros possui Licença de Operação, emitida pelo IEMA, que se encontra em renovação uma vez que teve seu pedido de renovação realizado com 120 dias de antecedência em dezembro de 2012, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 237/1997.

### **PCH Fruteiras**

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Fruteiras possui Licença de Operação, emitida pelo IEMA, que se encontra em renovação uma vez que teve seu pedido de renovação realizado com 120 dias de antecedência em abril de 2016, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 237/1997.

### **PCH Jucu**

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Jucu possui Licença de Operação – LO 226/2020, emitida em dezembro de 2020 pelo IEMA – com validade de 06 anos.

### **PCH Viçosa**

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Viçosa possui Licença de Operação, emitida pelo IEMA, que se encontra em renovação uma vez que teve seu pedido de renovação realizado com 120 dias de antecedência em maio de 2016, conforme estabelecido pela resolução CONAMA nº 237/1997.

### PCH Alegre

Com relação ao licenciamento ambiental, a PCH Alegre possui Licença de Operação – LO 038/2017, emitida em junho de 2017 pelo IEMA – com validade de 06 anos.

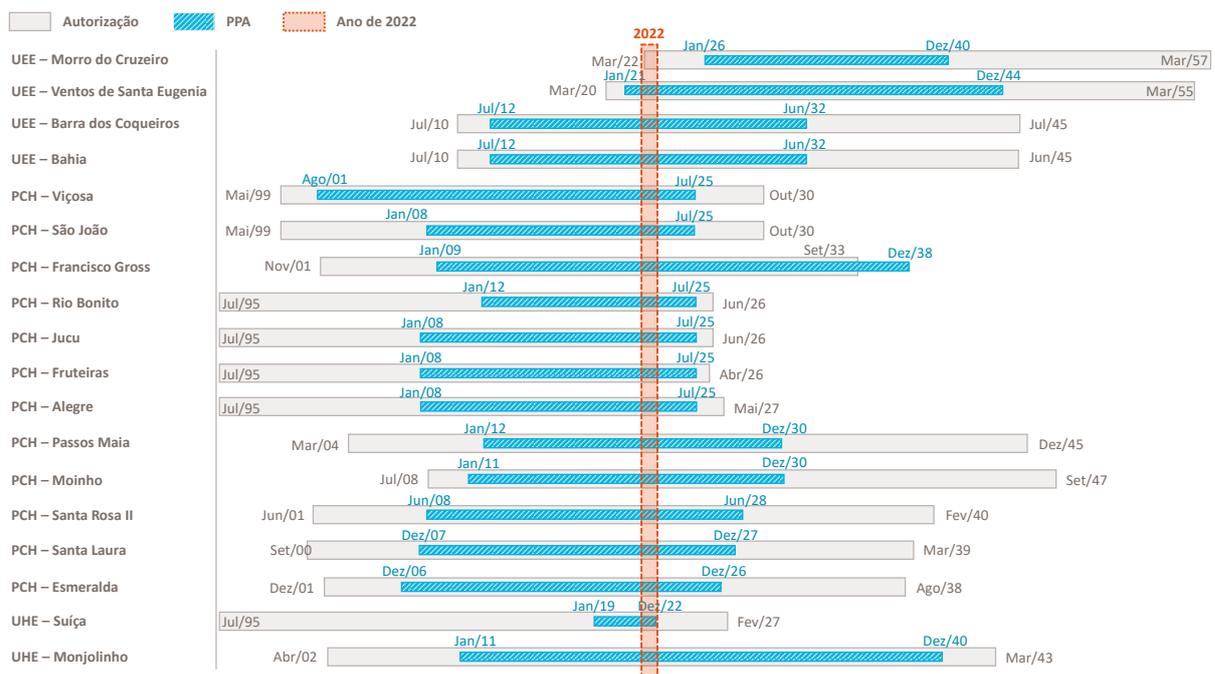
### Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia

Com relação ao licenciamento ambiental, o Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia é composto por 14 parque eólicos. Na fase de implantação, temos para os parques eólicos 09, 14 e Serra da Mangabeira a licença de instalação vigente até 24/12/2025. Na fase de operação, temos para os parques eólicos 01, 02, 03, 05, 06, 07, 08, 10, 11, 12 e 13 as licenças de operação emitida pelo INEMA com validade de 5 anos.

### Perfil de comercialização dos nossos empreendimentos em operação

A Statkraft prioriza a comercialização de energia através de Contrato de Compra e Venda de Energia de longo prazo, trazendo com isso maior previsibilidade ao seu fluxo de caixa.

A figura abaixo demonstra a energia contratada da Statkraft por concessão / autorização:



## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 8 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052, que trata do GSF e estabelece o ressarcimento às usinas integrantes do MRE, por meio de extensão de outorga decorrente dos impactos ocasionados pela Geração Térmica Fora da Ordem de Mérito - GFOM, antecipação de garantia física dos empreendimentos estruturantes e pelas restrições de transmissão, criando, assim, as bases para destravar o Mercado de Curto Prazo. Os termos dessa Lei foram regulamentados pela Aneel por meio da REN nº 895/2020.

Em 03 de agosto de 2021 e 14 de setembro de 2021, foram publicadas pela ANEEL, respectivamente, as REH Nº 2.919 e REN Nº 2.932, com os valores finais das extensões calculadas pela CCEE com base na REN Nº 895/20. O quadro abaixo descreve o impacto dessas extensões em cada usina do Grupo:

<b>Usina</b>	<b>Extensão Garantida por Lei (em anos)</b>
UHE Monjolinho	5,94
UHE Suíça	1,58
PCH Esmeralda	1,65
PCH Santa Laura	1,46
PCH Santa Rosa	1,67
PCH Moinho	5,97
PCH Passos Maia	3,81
PCH Alegre	1,85
PCH Fruteiras	0,76
PCH Jucu	0,93
PCH Rio Bonito	0,95
PCH Francisco Gross	1,85
PCH São João	1,45
PCH Viçosa	1,43

Em 02 de março de 2021, foi publicada a Lei nº 14.120, que incluiu a possibilidade de ajuste do prazo das outorgas de autorização para geração que (i) possuíam prazo de 30 (trinta) anos de outorga, (ii) entraram em operação antes de 1º de setembro de 2020, e (iii) não tenham sido objeto de penalidade por descumprimento do cronograma de implantação. No caso de atendimento a esses critérios, o prazo de 30 (trinta) anos das respectivas outorgas é contado a partir da entrada em operação comercial da primeira unidade geradora, refletindo numa extensão do período total de outorga para as usinas elegíveis.

Em 21 de julho de 2021, a Statkraft pleiteou à ANEEL o reconhecimento do atendimento aos critérios estabelecidos para a referida extensão do prazo de outorga, haja vista o enquadramento das usinas PCH Esmeralda, PCH Santa Laura, PCH Santa Rosa II, PCH Moinho e PCH Passos Maia nos requisitos estabelecidos na Lei.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Em 23 de fevereiro de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.131/2022, que ajustou o prazo das usinas supracitadas, representando uma extensão nos períodos de Outorga (chamada “Extensão por COD”) de:

Usina	Extensão por COD (anos)
PCH Moinho	3,18
PCH Esmeralda	5
PCH Santa Laura	7,02
PCH Santa Rosa	7,07
PCH Passos Maia	7,97

### Projetos Prioritários em Desenvolvimento

Em 2023 devido a corrida para obtenção do benefício de 50% da TUST que ocasionaram restrições de uso ao sistema de transmissão em várias subestações, a companhia focou no desenvolvimento prioritário de projetos híbridos, sem risco de conexão, e a continuidade do desenvolvimento de projetos estratégicos para o portfólio. A Companhia possuía dois Projetos Híbridos Prioritários em Desenvolvimento, totalizando uma capacidade de geração de 228 MW, e adicionalmente mais 269 MW, segregados em outros dois projetos renováveis.

Estão incluídos na categoria Projetos Prioritários em Desenvolvimento aqueles projetos do Portfólio que possuem registro na Aneel e se encontram em estado mais avançado de desenvolvimento (incluindo arrendamento de terras e licenças emitidas), com possibilidade de iniciarem a construção num horizonte entre 2 e 5 anos. A tabela abaixo resume as principais características desses projetos:

Projetos prioritários em Desenvolvimento	Projeto	Participação Statkraft	Capacidade Instalada (MW)
	Projeto 1	100%	239
	Projeto 2	100%	228
	Projeto 3	100%	30

A participação da Companhia em cada Projeto Prioritário em Desenvolvimento, bem como nas SPEs que poderão ser criadas para o desenvolvimento dos mesmos, caso estes sejam efetivamente implantados, é meramente indicativa e pode variar até o momento da efetiva implantação em razão de condições de mercado e estratégicas da Companhia.

Os itens abaixo apresentam uma descrição pormenorizada de cada um dos projetos referidos na tabela acima.

## 1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

### Projeto 1

O Projeto 1 é um projeto de geração eólica, sendo um complexo com capacidade instalada estimada em 239,4 MW, onde detemos 100,0% de participação no projeto. O complexo está planejado para ser instalado no estado da Bahia.

Este projeto é elegível ao benefício da TUST, possuem Licença Ambiental Prévia emitida, com a maior parte das terras necessárias para instalação do projeto arrendadas e regularizadas. Os estudos para obtenção de Licença Ambiental de Instalação estão em andamento assim como outras atividades prévias à construção do complexo.

### Projeto 2

O Projeto 2 é um projeto composto por dois complexos solares distantes em 100km, aplicando o conceito regulatório de projetos associados para suas conexões nas subestações dos projetos eólicos associados. Ambos possuem capacidade instalada estimadas em 163 MW e 65 MW, onde detemos 100,0% de participação no projeto. O projeto 2 está planejado para ser instalado no estado da Bahia.

Este projeto possui Outorgas emitidas pela ANEEL com o benefício da incentivada, Licença Ambiental Prévia em andamento e todas as terras necessárias para instalação do projeto arrendadas e regularizadas. As demais atividades prévias à construção do complexo estão em andamento, assim como os estudos para obtenção de Licença Ambiental de Instalação.

### Projeto 3

O Projeto 3 trata-se de uma Pequena Central Hidrelétrica (PCH), com capacidade instalada prevista de 30,0 MW, a qual está planejada para ser implantada no estado de Santa Catarina. O Projeto Básico desta PCH foi desenvolvido pela Companhia e aprovado pela ANEEL.

Atualmente a Companhia está desenvolvendo os estudos ambientais necessários à emissão da Licença Ambiental Prévia. Este projeto possui parte das terras necessárias para a construção das estruturas e constituição do reservatório já adquiridas.

### 1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

#### 1. Atividades do emissor

1.3. Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a. produtos e serviços comercializados
- b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor
- c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Companhia é registrada como emissora da 'Categoria B' e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

## 1.4 Produção/Comercialização/Mercados

### 1. Atividades do emissor

- 1.4. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:
- a. características do processo de produção
  - b. características do processo de distribuição
  - c. características dos mercados de atuação, em especial:
    - i. participação em cada um dos mercados
    - ii. condições de competição nos mercados
  - d. eventual sazonalidade
  - e. principais insumos e matérias primas, informando:
    - i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável
    - ii. eventual dependência de poucos fornecedores
    - iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia é registrada como emissora da 'Categoria B' e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

## 1.5 Principais clientes

### 1. Atividades do emissor

- 1.5. Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:
- a. montante total de receitas provenientes do cliente
  - b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Possuíamos em 31 de dezembro de 2022 quatro clientes relevantes, conforme descrição abaixo, responsáveis por aproximadamente 75% de nossa receita operacional líquida do período encerrado em 31 de dezembro de 2022.

- ELETROBRAS adquiriu, por um prazo de 20 anos a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Esmeralda até 14 de dezembro de 2026, Santa Rosa II até 29 de junho de 2028 e Santa Laura até 31 de dezembro de 2027, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado. Todas as PCHs listadas acima se enquadram no PROINFA, promovido pelo governo federal para estimular a produção de energia renovável e não convencional.
- CEMIG adquiriu, por um prazo de 19 anos a totalidade da energia elétrica produzida pelas PCHs Passos Maia e Moinho, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no ACL.
- CCEE adquiriu a totalidade da energia elétrica produzida pelas Usinas do Complexo Eólico da Bahia e Parque Eólico de Barra dos Coqueiros, por um prazo de 20 anos até julho de 2032, ambos nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado regulado.
- O Grupo EDP adquiriu energia dos empreendimentos UHE Suíça, PCH São João, Rio Bonito, Fruteiras, Alegre, Jucu e Viçosa até julho de 2025, nos termos do contrato de compra e venda de energia celebrado no mercado bilateral regulado

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### 1. Atividades do emissor

1.6. Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

- a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações
- b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor
- c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A implantação e operação de usinas geradoras com potência instalada superior a 5 MW dependem de outorga governamental, seja da ANEEL, para usinas para o mercado livre, seja do MME, para usinas vencedoras de leilões de energia nova.

Durante toda a vigência da outorga o Agente gerador deverá cumprir todas as obrigações estabelecidas na outorga e em legislação e regulamentação vigentes.

Para a conexão da usina à rede, é necessária a assinatura de contratos de conexão à Transmissão (CCT) ou à Distribuição (CCD). Para o uso da rede, deve ser assinado o contrato de uso da transmissão (CUST) com o ONS ou de uso da distribuição (CUSD), com a Distribuidora, com as obrigações decorrentes desses contratos.

Nós e nossas subsidiárias estamos sujeitos, na condução de nossos negócios, a abrangente legislação ambiental nas esferas federal, estadual e municipal. Tais leis e regulamentos disciplinam, por exemplo, a utilização de recursos naturais, a reabilitação e restauração de áreas degradadas, o controle de emissões de poluentes, o tratamento de efluentes industriais, a utilização de produtos perigosos, além do acondicionamento, transporte e destinação final de resíduos sólidos.

Nós e nossas subsidiárias observamos, no desenvolvimento de nossas atividades, toda a legislação ambiental aplicável, de forma que nossa atividade seja conduzida de acordo com os mais altos padrões de responsabilidade social e ambiental. Mais especificamente:

### **Licenciamento ambiental do portfólio da Companhia**

Cada projeto passa por uma análise individualizada, em conjunto com o órgão ambiental competente, acerca da profundidade dos estudos ambientais necessários para o seu licenciamento. Após esta etapa iniciamos a contratação de empresas especializadas sob a coordenação de nossa equipe de meio ambiente.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### Implantação dos programas ambientais

Cada licença ambiental outorgada aos nossos empreendimentos possui determinadas condicionantes. Tais condicionantes devem ser observadas por nós para a manutenção da validade de cada licença. Dessa maneira, após o recebimento das licenças ambientais, nosso corpo técnico inicia os procedimentos necessários para a implantação dos programas ambientais necessários para o cumprimento das referidas condicionantes. Estes programas envolvem, entre outros: (i) plantio de mudas nativas; (ii) monitoramento das condições ambientais (qualidade de água, peixes, fauna terrestre, avifauna e flora); (iii) monitoramento e resgates arqueológicos; e (iv) programas socioeconômicos (monitoramento da população atingida, remanejamentos, monitoramento das condições de infraestrutura dos municípios abrangidos pelos projetos, dentre outros).

### Investimentos Sociais

Adotamos, sempre que possível, políticas de desenvolvimento de ações sociais em nossos empreendimentos, garantindo que nossa atividade se dê de acordo com os mais altos indicadores de responsabilidade social. Indicamos abaixo alguns exemplos de projetos socioambientais desenvolvidos em alguns de nossos empreendimentos:

#### UHE Monjolinho

Na fase de implantação e primeiros quatro anos de operação, desenvolvemos cerca de 15 projetos relacionados com educação, saúde e infraestrutura direcionados às comunidades em que este empreendimento se encontra instalado. Dentre outros, estas ações envolvem:

- Cobertura do centro poliesportivo da escola do município de Faxinalzinho, estado do Rio Grande do Sul;
- Expansão do Centro Municipal de Atendimento à Criança e Adolescente (CEMACAAD) do município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul;
- Aquisição de material hospitalar para o município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul;
- Apoio à cultura por meio de patrocínios a eventos típicos do município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul;
- Aquisição de ônibus adaptados para a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais do município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul; e
- Implantação de projeto de revitalização cultural nas terras indígenas localizadas no município de Nonoai, estado do Rio Grande do Sul, envolvendo, dentre outras ações, a doação de livros para bibliotecas comunitárias.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Para além dos projetos sociais mencionados acima, atualmente desenvolvemos na UHE Monjolinho o atendimento das 74 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da Usina e das 53 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão, das quais podemos destacar:

- Apoio à produção agrícola de duas comunidades indígenas, totalizando o repasse de cerca de R\$ 185.000,00 anuais;
- Apoio técnico as duas comunidades indígenas;
- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de fauna terrestre e aquática;
- Programa de educação ambiental e comunicação social;
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente (APP); e
- Recuperação de áreas degradadas e reflorestamento da APP.

### **PCH Moinho**

Na fase de implantação e primeiros quatro anos de operação, desenvolvemos projetos relacionados com educação, saúde e infraestrutura direcionadas às comunidades em que este empreendimento se encontra instalado. Estas ações envolveram, dentre outras, a:

- Negociação com autoridades municipais para o desenvolvimento de projetos sociais focados, notadamente, na área da saúde;
- Aquisição de Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) móveis para o município de Pinhal da Serra, estado do Rio Grande do Sul;
- Expansão do centro de saúde pública do município de Barracão, estado do Rio Grande do Sul; e
- Construção de uma ponte com capacidade para 45 ton sobre o rio Bernardo José, ligando definitivamente os municípios de Barracão e Pinhal da Serra, no estado do Rio Grande do Sul. Até a construção desta ponte, a ligação entre os municípios era realizada por meio de uma balsa com capacidade para somente 15ton.

Além dos projetos sociais mencionados acima, atualmente desenvolvemos o atendimento das 100 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da PCH e das 62 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão, das quais podemos destacar:

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de fauna terrestre, voadora e aquática;
- Programa de educação ambiental e comunicação social;
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente; e
- Recuperação de áreas degradadas.

### **PCH Santa Rosa II**

Desenvolvemos ao longo do processo de construção do empreendimento inúmeros projetos com o objetivo de recuperar, manter e preservar a qualidade ambiental das áreas diretamente ligadas com a implantação do empreendimento. Estas ações envolveram mais de 12 programas ambientais. Atualmente mantemos o atendimento das 31 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da PCH e das 14 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão, das quais podemos destacar:

- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de efluentes;
- Monitoramento de fauna aquática;
- Monitoramento Topo batimétrico;
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente; e
- Monitoramento e Manejo de Macrófitas.

### **PCH Passos Maia**

Durante a fase de implantação do projeto, foram desenvolvidos mais de 13 programas relacionados à minimização de possíveis impactos, visando manter e preservar a qualidade ambiental nas áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento. Atividades envolvendo trabalhadores e a comunidade local também fizeram parte dos programas.

Atualmente diversos programas permanecem em atendimento, sendo 30 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da PCH e 28 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão, das quais podemos destacar:

- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de fauna aquática e terrestre;

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Monitoramento de efluentes; e
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente.

### PCH Santa Laura

Durante a fase de implantação do projeto, foram desenvolvidos mais de 21 programas relacionados à minimização de possíveis impactos, visando manter e preservar a qualidade ambiental nas áreas direta e indiretamente afetadas pelo empreendimento. Atividades envolvendo trabalhadores e a comunidade local também fizeram parte dos programas. Atualmente diversos programas permanecem em atendimento, sendo 23 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da PCH e 7 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão., das quais podemos destacar:

- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de fauna aquática e terrestre;
- Monitoramento de efluentes; e
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente.

### Complexo Eólico da Bahia

Além de o empreendimento colaborar significativamente com uma política sustentável de desenvolvimento energético do país, aplicando uma tecnologia totalmente “limpa” e coerente com a expectativa mundial de preservação do meio ambiente, a empresa utilizou-se de soluções de engenharia que minimizaram o impacto ambiental das obras de implantação e, marcantemente, oportunizou benefícios de ordem socioambiental e estrutural às comunidades do entorno. Mais de 270 famílias e cerca de 9 comunidades foram contempladas com melhorias de acessos viários, programas de capacitação profissional e desenvolvimento cultural, ganhando noções da importância da preservação ambiental e da nova tecnologia que chegava em seu quintal. A parceria com a Prefeitura do Município foi um dos segredos do sucesso das campanhas realizadas. A implantação de um novo traçado e total recuperação de 35 quilômetros de estrada vicinal – acesso ao Canteiro de Obras - contemplaram essas comunidades locais que tinham péssimas condições de trafegabilidade aos seus redutos e aos municípios vizinhos. Foram criados mais de 600 empregos durante o desenvolvimento da obra, buscando mão de obra efetiva nas comunidades locais e nos municípios vizinhos. No pico da obra foram contratados 276 trabalhadores oriundos das comunidades localizadas no entorno do empreendimento, representando 47% do total de mão de obra requerida. No processo de seleção dos trabalhadores a STATKRAFT promoveu ação conjunta com a Prefeitura Municipal de

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

Brotas de Macaúbas para regularização documental de 171 pessoas, com emissão de carteiras de identidade, CPFs e Carteiras de Trabalho. Também foram realizadas ações voltadas para a capacitação da população local. Em parceria com o SENAI, foi efetuada a capacitação profissional na área da construção civil de 35 pessoas residentes nas comunidades do entorno do Parque Eólico. Outra ação, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal de Brotas de Macaúbas, trata do Projeto de Educação de Jovens e Adultos, beneficiando cerca de 40 pessoas. Nesse projeto, a Statkraft financiou o transporte dos alunos. Destaca-se também a ação conjunta com o Município e outras instituições, como Sebrae, Embrapa e Associações Comunitárias, onde a Statkraft está desenvolvendo um projeto de geração de renda que envolverá 16 comunidades do entorno do Parque Eólico. Destaca-se a implantação, no final de 2015, da Unidade de Multiplicação Rápida de Mudas de Mandioca, em parceria com a Embrapa. Ao todo foram desenvolvidos 11 programas socioambientais, destacando-se as ações do programa de Educação Ambiental e Saúde, onde foram capacitados professores do ensino fundamental das escolas públicas municipais e Agentes Comunitários de Saúde dos municípios de Brotas de Macaúbas e Seabra, formando Comitês Antidrogas nas Comunidades Boa Vista e Cocal, problema já pungente no ambiente rural. O acesso à água foi outra prioridade da STATKRAFT junto às comunidades do entorno do Parque Eólico. Aproveitando a infraestrutura de poços artesianos perfurados para atender as necessidades da obra, a Statkraft doou dois poços artesianos e 4 motobombas, beneficiando cerca de 140 famílias das comunidades de Sumidouro, Baixio de Sumidouro, Boa Vista e Ouricuri. Outro benefício alcançado foi a implantação de rede de energia elétrica nas comunidades Sumidouro e Baixio do Sumidouro, beneficiando cerca de 70 famílias. Através de gestão e apoio da Statkraft, junto com Governo do Estado, estas comunidades foram priorizadas no Programa Luz Para Todos e passaram a ter o benefício a partir de novembro de 2010. Atualmente a empresa continua auxiliando a comunidade através de apoio técnico e capacitação para desenvolvimento de projetos de interesse para a região.

Durante a fase de operação do projeto, desenvolvemos no complexo eólico o atendimento de 30 condicionantes ambientais estabelecidas nas Licenças de Operação. Em andamento no empreendimento, temos o programa de monitoramento dos impactos sobre a fauna, acompanhamento das ações do plano de recuperação de áreas degradadas e do controle de processos erosivos, o gerenciamento dos resíduos sólidos e o desenvolvimento de ações de comunicação e educação ambiental nas comunidades, que fazem parte da gestão ambiental do complexo eólico. Especialmente, relacionados com atividades sociais, das quais destacamos:

- **Projeto RENIVA:** através do viveiro do parque eólico, produzimos mudas de mandioca (manivas) que são doadas para a comunidade para desenvolver a produção agrícola. Em 2021, foram distribuídas 2.800 mudas para 46 famílias locais, um aumento de 14,5 % no número de famílias atendidas em relação ao ano de 2020 (40 famílias). A expectativa é que com as manivas que distribuímos sejam colhidas 12,5 toneladas de mandioca, que podem ser convertidas em 2.550 kg de farinha, que por sua vez, tem potencial de gerar renda a comunidade de até R\$13.000 reais;

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- **Projeto de Apicultura:** damos apoio e assistência técnica a 20 famílias das comunidades da área de influência do complexo eólico para o desenvolvimento da apicultura. Em 2021, realizamos a doação de 76 kg de cera alveolada, proporcionando aos apicultores incluírem em seus exames ceras novas, o que é um fator importante para a agilidade na produção do mel. Em 2021, a produção de mel ficou em 1.711,32 kg, um aumento de 24 % em relação ao ano anterior (1293,7 kg);
- **Projeto Fruticultura:** através do nosso viveiro, produzimos mudas de frutas da região que são doados as comunidades para o desenvolvimento de uma nova fonte de renda. Em 2021, foram doadas 796 mudas e fornecemos apoio e assistência técnica para o desenvolvimento das lavouras junto as famílias;
- **Associação Artesãs Filhas do Vento:** colaboramos com apoio técnico para capacitação e suporte administrativo (participações de licitações e editais para fomentar a geração de renda) e a disponibilização de lotes dentro do viveiro do parque eólico para que a comunidade possa desenvolver seus cultivos em área apropriada e irrigada;
- **Projeto Frutidoces:** com apoio técnico e em complemento ao projeto de fruticultura, tem como objetivo a produção de polpas de frutas, doces em compotas, biscoitos, geleias, salgados e bolos para a comercialização nas comunidades da região e a entrega para complemento da merenda escolar da região;
- Em 2021 houve ações de comunicação e educação ambiental em 5 escolas das comunidades da região. Foram atendidos 111 alunos, com idade escolar entre 4 a 16 anos. Os temas abordados foram: Água, Caatinga, Biodiversidade, Biomas Brasileiros, Caça, Desmatamento, boas práticas alimentares e Consumo consciente.

### PCH Esmeralda

No período de implantação do empreendimento diversos programas ambientais foram realizados a fim de minimizar os possíveis impactos, garantindo a conservação ambiental nas áreas afetadas pelo empreendimento. Dentre as atividades desenvolvidas, houve a recuperação das áreas degradadas, ações de educação ambiental junto à comunidade e proteção ao ecossistema aquático. Atualmente mantemos o atendimento das 91 condicionantes estabelecidas na Licença de Operação da PCH e das 22 condicionantes da licença ambiental da Linha de Transmissão, das quais se destacam:

- Monitoramento de Qualidade da Água;
- Monitoramento de fauna aquática;
- Monitoramento de efluentes;
- Monitoramento do reservatório e área de preservação permanente; e
- Recuperação de áreas degradadas.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **PCH São João**

A PCH São João, que entrou em operação em 2007, desenvolveu uma série de programas ambientais objetivando mitigar seus impactos ambientais. A Licença de Operação atual, renovada em 2018 conta com 31 condicionantes em atendimento, destacando os programas abaixo:

- Monitoramento de Qualidade de Água;
- Programa de Comunicação com a implantação de canal telefônico gratuito do tipo 0800;
- Programa de Monitoramento de Macrófitas;
- Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Monitoramento de Acessos, Taludes e Drenagens; e
- Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial.

### **PCH Francisco Gros**

Operando desde 2009, a PCH Francisco Gros que possui 35 condicionantes ambientais em atendimento desenvolveu até o momento diversas ações de proteção ao meio ambiente, destacando-se a recuperação de áreas degradadas no entorno do empreendimento, além da elaboração do Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial que se encontra em análise pelo órgão ambiental. A PCH que conta com dois reservatórios (derivação e geração), realiza a gestão dos recursos hídricos por meio de monitoramento da qualidade de água e monitoramento hidrométrico de pontos distribuídos entre montante e jusante do empreendimento e monitoramento de margens ao longo dos dois reservatórios.

### **PCH Rio Bonito e UHE Suíça:**

A PCH Rio Bonito e a UHE Suíça estão localizadas no Rio Santa Maria da Vitória, em cascata, possuindo importante sinergia no que diz respeito às questões ambientais. Estão em operação desde 1959 e 1965 respectivamente, e tiveram o processo de licenciamento ambiental regularizado em 2006. Desenvolveu desde então vários projetos de mitigação de impactos ambientais e monitoramentos tais como recuperação de áreas degradadas, monitoramentos de ictiofauna e diversos programas de educação ambiental. A Licença de Operação da PCH Rio Bonito vigente conta com 26 condicionantes e da UHE Suíça com 27 condicionantes, estando todas em atendimento, destacando o programa de monitoramento de qualidade de água e hidrométrico, monitoramento de margens e monitoramento de acessos, taludes e drenagens e o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial sendo que este último se encontra em análise pelo órgão ambiental.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### **PCH Viçosa**

Com início da operação em 2001, desde sua construção até a fase atual de operação, a PCH Viçosa já desenvolveu diversos programas ambientais. Atualmente, possui uma Licença de Operação com 25 condicionantes que abordaram os temas de recuperação de áreas degradadas, monitoramento de ictiofauna, educação ambiental, dentre outros. Enfatiza-se em andamento os programas de monitoramento de qualidade, monitoramento de acessos, taludes e drenagens e o monitoramento do reservatório quanto ao assoreamento.

### **PCH Fruteiras**

Com início da operação datado de 1909 e regularização ambiental em 1999 com emissão da primeira licença ambiental, a PCH Fruteiras conta hoje em sua licença de operação com 19 condicionantes ambientais. Foram desenvolvidos programas de educação e comunicação social e recuperação de áreas degradadas. Atualmente, evidencia-se os programas de monitoramento de qualidade da água, monitoramento hidrométrico e monitoramento do reservatório quanto ao assoreamento.

### **PCH Jucu**

Inaugurada em 1909, a PCH Jucu teve sua primeira licença de operação emitida em 1999. A PCH Jucu teve sua Licença Ambiental renovada em dezembro de 2020 e conta com 24 condicionantes, no qual podemos destacar o Programa de Educação Ambiental (PEA) que visa manter um canal de comunicação aberto entre o empreendimento e seu público-alvo, que é a comunidade localizada no entorno do empreendimento, por meio da difusão do conhecimento e realização de práticas ambientais educativas. O Programa permite conciliar a disseminação de informações sobre o meio ambiente identificadas no Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno do Reservatório (PACUERA), com a realidade local da comunidade localizada no entorno do empreendimento.

### **PCH Alegre**

Localizada no Rio Ribeirão Alegre, a PCH está inserida dentro da área urbana do município de Alegre- ES. A PCH Alegre entrou em operação em 1920 e teve seu processo de regularização ambiental com emissão da primeira licença de operação em 1999. A Licença de Operação vigente datada de 2017 conta com 19 condicionantes em especial o programa de educação ambiental para a comunidade, monitoramento de qualidade dos recursos hídricos e manutenção de acessos, taludes e drenagens na área do empreendimento.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### Parque Eólico Barra dos Coqueiros

Durante a fase de implantação do projeto algumas medidas mitigadoras foram realizadas para minimizar os eventuais impactos decorrentes das obras do empreendimento, compreendendo a recomposição topográfica e trabalhos de plantio de taludes e áreas de reflorestamento. Durante a fase de operação do projeto, desenvolvemos no complexo eólico o atendimento de 23 condicionantes ambientais estabelecidas na Licença de Operação. Em andamento, temos o programa de monitoramento dos impactos sobre a avifauna, o monitoramento do ruído ambiental, o acompanhamento das ações do plano de recuperação de áreas degradadas e do controle de processos físicos ativos e o gerenciamento dos resíduos sólidos, que fazem parte da gestão ambiental do complexo eólico.

Para além do cumprimento da legislação ambiental, incorporamos em nossas atividades os seguintes princípios e práticas ambientais:

- Nossa equipe técnica atua intensamente em nossos empreendimentos, realizando estudos e trabalhos de auditoria e, ainda, qualificando as empresas prestadoras de serviços, garantido que as empresas contratadas tenham uma política ambiental em linha com os princípios de preservação e prevenção de danos ao meio ambiente;
- No que se refere às nossas usinas em operação, mantemos o compromisso constante de adequação à legislação ambiental, como forma de garantir a manutenção do licenciamento ambiental de todos os nossos empreendimentos. Nesse sentido, mantemos continuamente programas ambientais em nossos empreendimentos, especialmente aqueles voltados a verificar as interferências com o ambiente local, garantindo que qualquer modificação no meio seja prontamente perceptível e mitigada;
- Nosso trabalho também sempre busca alinhamento com os conceitos do IFC Performance Standard\*, e realiza controles, monitoramentos e estudos para atendimento à esses padrões. (\*A IFC (International Finance Corporation), membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento);
- Além disso, mantemos um canal aberto com nossos stakeholders através do e-mail site [socioambiental@statkraft.com](mailto:socioambiental@statkraft.com) para atendimento às demandas socioambientais existentes na área dos nossos ativos.

## 1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

### Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia

Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia (VSE), localizado em Uibaí e Ibipêba na Bahia, o maior projeto da Statkraft fora da Europa. O projeto tem números grandiosos: 14 parques eólicos, sendo 11 parques vencedores do Leilão de Energia Nova promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, realizado em 18 de outubro de 2019, conforme o Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL, comercializado no Ambiente de Contratação Regulado – ACR foram autorizados pelo Ministério de Minas e Energia – MME, e 3 parques participantes 100% do Ambiente de Contratação Livre – ACL, foram autorizados pela ANEEL. O Complexo possui um total de 91 aerogeradores de 5,7 MW de potência instalada.

O Complexo Eólico, que entrou em operação em dezembro de 2022, durante a fase de implantação, desenvolveu uma série de programas ambientais objetivando mitigar seus impactos ambientais. As Licenças de Operação contam com 07 condicionantes em atendimento, destacando os programas abaixo:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
- Programa de Gestão de Resíduos Sólidos;
- Programa de Medidas de Controle de Processos Erosivos e Assoreamento;
- Programa de proteção e Monitoramento de recursos hídricos;
- Programa de Comunicação Social;
- Programa de Educação Ambiental; e
- Comissão de Acompanhamento do Empreendimento.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos
- ii. em favor de partidos políticos
- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

Não houve contribuição financeira classificada em nenhuma das categorias citadas no item “d” e suas alíneas (i, ii e iii).

## 1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

### 1. Atividades do emissor

1.7. Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quase a totalidade das nossas receitas foi proveniente do Brasil.

- b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, quase a totalidade das nossas receitas foi proveniente do Brasil.

## 1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

### 1. Atividades do emissor

- 1.8. Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, em função da inexistência o baixo percentual de receitas provenientes de outros países que não o Brasil, conforme informado no Item 1.6 deste Formulário de Referência.

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

### 1. Atividades do emissor

1.9. Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

Relatório annual de Sustentabilidade com base na metodologia do Global Reporting Initiative (GRI).

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://www.statkraft.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

No Relatório de Sustentabilidade 2021 no Brasil, a Statkraft apresentou uma matriz de materialidade realizada a partir de entrevistas com colaboradores, e formulários virtuais enviados para clientes, governo, fornecedores, parceiros, imprensa, sociedade, comunidades, terceirizados. Este trabalho identificou os

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

temas de governança corporativa e gestão de riscos, ética e integridade, resultados financeiros e operacionais, saúde, segurança e bem-estar, biodiversidade e comunidades. Para o Relatório de Sustentabilidade 2022, que está previsto para ser divulgado em junho, alguns dos temas foram ainda mais detalhados e alguns temas foram priorizados, tais como clima, biodiversidade e direitos humanos.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A Estratégia de Sustentabilidade da Companhia traz uma abordagem integrada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), priorizando em nível global sete ODS (ODS 13 conectado com o nosso propósito, ODS 7 e 11 com o nosso negócio principal, ODS 5, 8, 15 e 16 com o jeito como trabalhamos) e dois ODS que foram considerados importantes no contexto brasileiro (ODS 2 e 4).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Statkraft possui metas de neutralização e emissões de carbono divulgadas em sua Estratégia de Sustentabilidade, em seu relatório corporativo global e relatório corporativo Brasil (publicação prevista para junho).

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

## 1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

O primeiro inventário de emissões de gases de efeito estufa da Statkraft no Brasil foi realizado com ano base 2021 com escopo 1 e 2 parcialmente escopo 3. Informações adicionais podem ser encontradas no endereço eletrônico <<https://www.statkraft.com.br/sustentabilidade/relatorios-de-sustentabilidade/>>.

O inventário continuará sendo realizado anualmente.

- i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso
  - i. a não divulgação de informações ASG
  - ii. a não adoção de matriz de materialidade
  - iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG
  - iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Subitem iv. Em 2022 a Statkraft no Brasil publicou o seu primeiro relatório de sustentabilidade nos moldes GRI (ano base 2021), já reportando indicadores ASG previstos na metodologia. Em 2023, a Companhia está evoluindo o seu relatório visando abarcar ainda mais indicadores GRI, em um processo de melhoria contínua em termos de número de indicadores monitorados e reportados, quanto em termo de qualidade da informação. Considerando a inclusão de novos temas e indicadores, o planejamento da evolução do relatório de sustentabilidade prevê processo de auditoria até ano base 2024.

- v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas
- vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

## 1.10 Informações de sociedade de economia mista

### 1. Atividades do emissor

1.10. Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

- a. interesse público que justificou sua criação
- b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:
  - i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra “a”
  - ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições
  - iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas
- c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

A Companhia não se enquadra como uma sociedade de economia mista.

## **1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante**

### **1. Atividades do emissor**

- 1.11. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

Em 2022 não houve nenhuma aquisição ou alienação de ativos relevantes.

## 1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

### 1. Atividades do emissor

- 1.12. Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

#### Aumentos de Capital Social

No ano de 2022 a Companhia teve aumento de capital conforme detalhado na tabela a seguir:

Data de deliberação	Órgão que deliberou	Data de emissão	Valor total emissão (reais)	Tipo de aumento	Ordinárias (unidades)	Preferenciais (unidades)	Total de ações (unidades)	Preço emissão
15/12/2021	AGE	14/01/2022	259.999.998,49	Subscrição particular	45.290.658	0	45.290.658	5,74
11/03/2022	AGE	11/03/2022	688.740.061,39	Subscrição particular	101.507.473	0	101.507.473	6,79

Os demais itens do tópico não ocorreram no exercício de 2022 da Companhia.

## 1.13 Acordos de acionistas

### 1. Atividades do emissor

- 1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Em 12 de setembro de 2023, a Statkraft Investimentos Ltda. (SKIN) fez a aquisição de 100% da participação da Fundação dos Economiários Federais (FUNCEF) na Statkraft Energias Renováveis S.A. (SKER), totalizando assim 100% da participação na Companhia. Com isso, o acordo de acionistas foi extinto.

## **1.14 Alterações significativas na condução dos negócios**

### **1. Atividades do emissor**

#### **1.14. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor**

Não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor ao longo do ano de 2022.

## **1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas**

### **1. Atividades do emissor**

- 1.15. Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não há contratos firmados pela Companhia que não estejam diretamente ligados com suas atividades operacionais.

## **1.16 Outras informações relevantes**

### **1. Atividades do emissor**

#### **1.16. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações consideradas relevantes foram apresentadas nos itens acima.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### 2. Comentários dos diretores

2.1. Os diretores devem comentar sobre:

- a. condições financeiras e patrimoniais gerais

#### **Afirmação da Statkraft no Brasil**

O ano de 2023 representa para a Statkraft no Brasil mais um importante marco na afirmação das ambições desta Companhia em se tornar um importante player no mercado brasileiro, com a finalização das obras e finalização da entrada em operação do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia (519 MW), além do avanço previsto na construção do Complexo Eólico Morro do Cruzeiro (79,8MW) com previsão de término das obras no início de 2024.

#### **Plano de crescimento**

A Companhia possui atualmente 23 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 477,81 MW. Em dezembro de 2022 a Statkraft teve o início das operações da Oslo II do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia, adicionando 28,5 MW de capacidade instalada ao total da companhia. Com previsão de entregas por etapas até outubro de 2023, o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia adicionará outros 490,2 MW de capacidade instalada de geração de energia, totalizando 10 novos ativos. Em 30 de maio de 2022 a companhia iniciou a construção da expansão do complexo Eólico Brotas de Macaúbas, denominado Morro do Cruzeiro. O complexo conta com 2 ativos e adicionará 79,8 MW de capacidade instalada nas operações da companhia.

Os projetos estão alinhados com a estratégia da Statkraft de ser detentora de portfólios flexíveis de geração renovável por meio do desenvolvimento dos seus próprios projetos, bem como via aquisições seletivas em mercados priorizados. No Brasil, a ambição é crescer de forma robusta para adquirir e otimizar ativos em operação, de forma a incrementar sua capacidade de geração de energia hidráulica, eólica e solar.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### b. estrutura de capital

A Companhia prioriza financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, com o objetivo de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia, na categoria project finance com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Para suportar aquisições de ativos já em operação, a Companhia também poderá optar por financiamentos de médio prazo.

No 2T20 a Companhia concluiu importantes iniciativas relacionadas à melhoria de sua estrutura de capital (liability management), efetuando o pagamento antecipado dos financiamentos de suas subsidiárias (i) UHE Monel Monjolinho, (ii) PCH Moinho, (iii) PCH Passos Maia e (iv) Complexo Eólico da Bahia. O total da operação de pré-pagamento somou R\$ 360 milhões, sendo o valor uma combinação de recursos próprios utilizados (R\$ 105 milhões) e recursos de terceiros (R\$ 255 milhões).

Adicionalmente, em setembro de 2020, a Companhia captou R\$ 145 milhões em um empréstimo ponte para financiamento do início das obras do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.

A Administração entende que tais iniciativas fortalecem ainda mais a estrutura de capital da Companhia, tornando um perfil de endividamento adequado ao futuro ciclo de investimentos que é esperado.

Em dezembro de 2020, a Companhia celebrou junto ao Banco do Nordeste (BNB) contratos de financiamento de até R\$1.063 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio dessa captação é de 1,25% a.a. adicionado ao IPCA. Os três primeiros desembolsos no total de R\$ 400 milhões foram recebidos em junho, setembro e dezembro de 2021.

Em 09 de março de 2022 o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. – contratos de financiamento no montante de R\$ 257,0 milhões, no nível das investidas constituídas para o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 22 anos. O custo desta captação foi de 3,61% a.a. adicionados ao IPCA.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

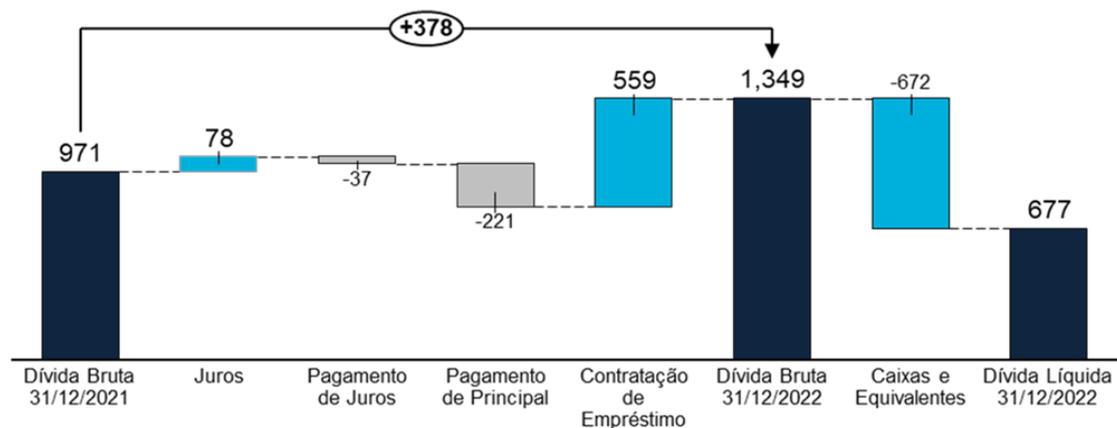
Em 31 de dezembro de 2022 a dívida líquida somava R\$ 676,7 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

Dívida Líquida (R\$ mil)	31 de Dezembro de 2022	31 de Dezembro de 2021	Diferença nominal	Var. %
<b>Endividamento</b>	<b>1.349.015</b>	<b>970.974</b>	<b>378.041</b>	<b>38,9%</b>
- Financiamento de Obras – BNB	1.011.850	412.161	599.689	145,5%
- Debêntures	76.456	152.598	-76.142	-49,9%
- Outros Empréstimos	260.709	406.215	-145.506	-35,8%
<b>Caixa e aplicações financeiras</b>	<b>672.342</b>	<b>201.245</b>	<b>471.097</b>	<b>234,1%</b>
<b>Dívida líquida</b>	<b>676.673</b>	<b>769.729</b>	<b>-93.056</b>	<b>-12,1%</b>
<b>EBITDA (últimos 12 meses)</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>53.858</b>	<b>15,5%</b>
<b>Dívida líquida / EBITDA</b>	<b>1,7</b>	<b>2,2</b>	<b>-0,5</b>	<b>-23,9%</b>

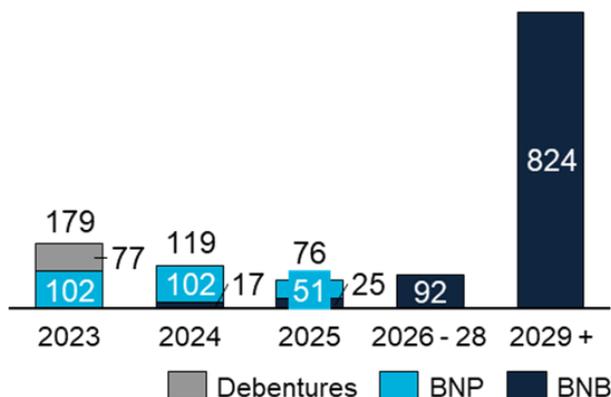
### Endividamento

Entre os períodos em análise o endividamento bancário da Companhia cresceu em R\$ 378,0 milhões, explicado pelos desembolsos junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.



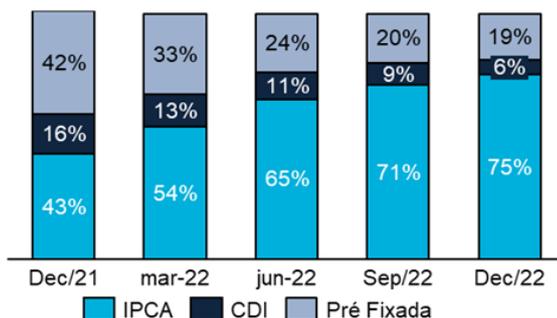
O cronograma de amortização do endividamento, em 31 de dezembro de 2022, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

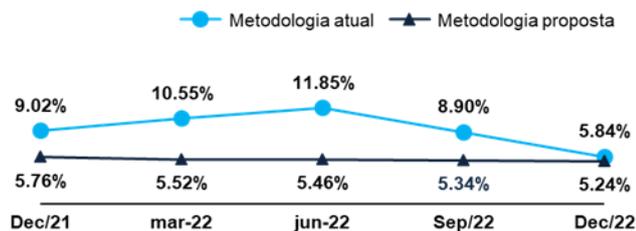


Em dezembro de 2022, a participação da dívida atrelada ao CDI era de 6%, representada pelas debêntures, ante a 19% da pré-fixada, e 75% atreladas ao IPCA, representados pelas dívidas contratadas junto ao BNB.

### Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



### Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária



\* Nova metodologia considera as curvas futuras de IPCA e CDI ao invés de considerar os últimos 12 meses.

### Caixa e aplicações financeiras

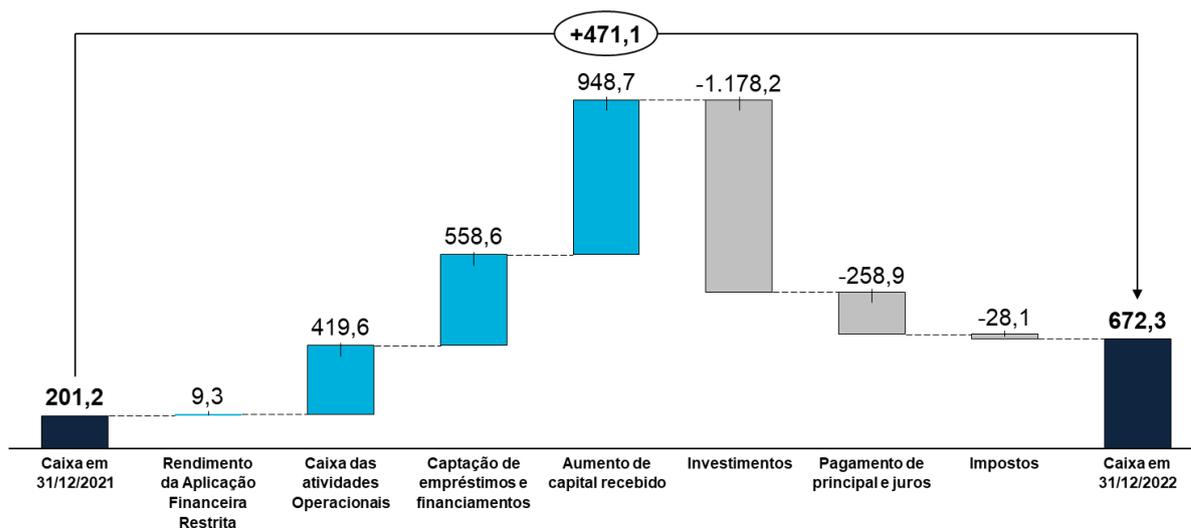
Entre dezembro de 2021 e dezembro de 2022 houve aumento de R\$ 471,1 milhões no saldo de caixa e aplicações financeiras, saindo de um total de R\$ 201,2 milhões

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

em dezembro de 2021 para o total de R\$ 672,3 milhões de reais em dezembro de 2022. O saldo de caixa e aplicações financeiras de 31 de dezembro de 2022 considera um saldo de R\$ 24,1 milhões referente ao saldo de aplicação financeira restrita vinculado ao financiamento do BNB.

O saldo do caixa em 31 de dezembro de 2022 é composto pelo saldo de caixa de 31 de dezembro de 2021 acrescidos do rendimento da aplicação financeira restrita, da geração de caixa operacional no total de R\$ 419,6 milhões, pelo aumento de capital recebido no montante de R\$ 948,7 milhões e pela captação de financiamentos no valor total de R\$ 558,6 milhões do desembolso junto ao BNB para a construção dos parques eólicos que compõem o Complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia. O caixa foi atenuado pelos investimentos realizados no período de R\$ 1.178,2 milhões, pelos pagamentos de principal e juros de empréstimos de R\$ 258,9 milhões, além dos pagamentos de impostos e encargos no valor total de R\$ 28,1 milhões.

A Companhia acumula volume de caixa e equivalentes de caixa decorrente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Tal postergação é comum em projetos de engenharia de grande porte e estes marcos determinam o pagamento de seus principais fornecedores. Conservadoramente, a Companhia opta por deixar o recurso em caixa, de maneira a honrar estes compromissos concomitantemente ao alcance destes.



## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Considerando o perfil de endividamento e posição de liquidez da companhia, a Diretoria acredita ter liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores já contratados, embora não haja garantias que tal situação permanecerá sem alterações nos demais exercícios sociais. Abaixo são apresentados os principais e mais recentes eventos de readequação do perfil da dívida da Companhia:

- Em 2022 foi captado um montante de R\$558,6 milhões de reais junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil, voltado a obra de construção do complexo energia eólica Ventos de Santa Eugenia – VSE. O montante foi liberado em 4 tranches ao longo do ano.
- Ao longo de 2022 houve também o pagamento de um montante de R\$221,6 milhões (pagamento de principal) e o montante de R\$37,2 milhões (pagamento de encargos).
- Foram reconhecidos, em 2022, um total de R\$87,7 milhões de reais referentes a custos e encargos.
- Importante ressaltar que a companhia detém um fluxo de caixa recorrente e previsível, uma vez que grande parte da produção de energia é vendida antecipadamente por meio de contratos de longo prazo. Este fator reforça a solidez e segurança com os compromissos financeiros assumidos pela companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Pretendemos manter a estratégia de captação de recursos de longo prazo para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos nossos projetos. Mais especificamente, pretendemos continuar captando tais recursos (i) por intermédio de nossas SPEs titulares de concessões ou autorizações, e (ii) de instituições financeiras de fomento, na modalidade de project finance.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Não possuímos necessidades relevantes de capital de giro. Caso surjam demandas desta natureza, as instituições financeiras de fomento, assim como os bancos comerciais, possuem linhas de financiamento específicas para estas necessidades de caixa. De toda forma, acreditamos que estamos atualmente em condições de contratar tais financiamentos para custear nossas necessidades de caixa.

- e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Somos uma empresa que investe em ativos de alto valor agregado, demandando assim grandes volumes de recursos financeiros. Nossas fontes de recursos são através de (i) aportes de capital de nosso controlador (ii) financiamentos de longo prazo com instituições bancárias e (iii) recebimento de dividendos de nossas subsidiárias em operação.

Nosso bloco de controle é formado pela Statkraft Investimentos Ltda. (100,00%).

Acreditamos que à medida que nossa capacidade instalada cresça, os dividendos que recebemos das nossas subsidiárias também aumentem. De forma geral, o fluxo de dividendos de nossas subsidiárias é crescente, uma vez que parte substancial de suas despesas está atrelada ao pagamento de encargos bancários atrelados ao financiamento de longo prazo, cujo valor é decrescente ao longo do tempo.

Para necessidades de caixa de curto prazo, nosso controlador, também poderá realizar empréstimos na forma de mútuos que também poderão vir a ser transformados em aporte de capital. Adicionalmente poderemos recorrer a empréstimos de curto prazo com instituições financeiras para cobrirmos necessidades de giro operacional da Companhia.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

As tabelas apresentadas abaixo demonstram o nosso endividamento, em 31 de dezembro de 2022 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

- i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes
- ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras
- iii. grau de subordinação entre as dívidas
- iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

Os empréstimos e financiamentos da Companhia e de suas empresas controladas têm basicamente as seguintes características:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2022	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2021
Financiamento de obras - BNB (a)	-	-	1.011.850	412.161
Debêntures (b)	76.456	152.598	76.456	152.598
Outros Empréstimos (c)	260.709	406.215	260.709	406.215
<b>Total</b>	<b>337.165</b>	<b>558.813</b>	<b>1.349.015</b>	<b>970.974</b>
Apresentados como:				
Passivo circulante	184.165	227.765	184.165	244.953
Passivo não circulante	153.000	331.048	1.164.850	726.021

- **Financiamento de obras – Banco do Nordeste do Brasil S.A.**

No decorrer do 4º trimestre de 2020, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.724, dos quais, em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 91% já foram desembolsados no nível das investidas constituídas para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Ventos de Santa Eugênia. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo total de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 9 de março de 2022, o Grupo celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A. contratos de financiamento no montante de R\$256.729 para a construção dos parques eólicos que compõem o projeto Morro do Cruzeiro. Os contratos possuem carência de 3 anos e prazo total de 22 anos. O custo de captação compreende juros de 3,6113% a.a. adicionados ao IPCA. Até o período findo em 31 de dezembro de 2022 não houve desembolsos incorridos para tais contratos.

- **Debêntures**

Em 20 de dezembro de 2018, a Companhia emitiu 230.000 debêntures não conversíveis em ações com garantia real a ser convolada em espécie quirografária, valor nominal unitário de R\$1 (mil reais), e prazo de vencimento de 5 anos, sendo a primeira amortização liquidada em junho de 2021. A última amortização ocorrerá em dezembro de 2023. Conforme previsto na escritura de emissão, após o atingimento de algumas condições precedentes a operação passou a não possuir garantias, o que foi atingido ainda em 2018, sendo as principais características juros remuneratórios e “covenants” especificados a seguir:

**(i) Juros remuneratórios**

Sobre o valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada da taxa DI, acrescida de sobretaxa de 0,95% ao ano calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis decorridos, desde a primeira taxa de integralização ou a data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento.

**(ii) Cláusulas de Eventos de Inadimplemento**

A escritura de debêntures possui cláusula que requer que, durante o período de amortização do contrato, a Companhia acompanhe em bases semestrais o índice financeiro calculado por meio da dívida líquida sobre EBITDA igual ou menor do que 3,5. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2022 (2,2 para 31 de dezembro de 2021), ou seja está adimplente para os referidos períodos.

- **Outros empréstimos**

- (i) **Gerenciamento da dívida**

Em 20 de fevereiro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$255.000 com o Banco BNP Paribas Brasil. Esse contrato está amparado pela Lei 4.131 de setembro de 1962. O empréstimo foi utilizado para realizar aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade de liquidação de dívidas a nível das investidas junto aos bancos BNB e BNDES. A taxa de juros fixa é de 6,5% a.a., e a dívida está denominada em reais. As garantias estão atreladas aos recebíveis oriundos de alguns contratos de longo prazo de venda de energia da Companhia. Para evitar vencimento antecipado, a Companhia terá que manter seu índice de dívida líquida sobre EBITDA menor ou igual a 3,5 semestralmente, a partir de 30 de junho de 2020. A Companhia se mantém em conformidade com a referida cláusula, tendo apurado índice de 1,7 para 31 de dezembro de 2022 (2,2 para 31 de dezembro de 2021). As amortizações ocorrerão por meio de parcelas iguais e semestrais, com o primeiro vencimento em 27 fevereiro de 2023 encerrando em 27 de fevereiro de 2025.

- (ii) **Empréstimo ponte para construção**

Em 8 de setembro de 2020, a Companhia contratou o montante de R\$145.000 por meio do aditamento do contrato constante do item c.1 acima. O empréstimo foi utilizado para aportes de capital nas subsidiárias da Companhia com a finalidade construção. A taxa de juros fixa foi determinada em 4,5% a.a. e condições de amortização do principal em 8 de junho de 2022 e amortização dos juros em parcelas trimestrais iniciando em 8 de dezembro de 2020 e encerrando em 8 de junho de 2022.

A movimentação dos financiamentos do Grupo pode ser assim demonstrada:

Em 1º de janeiro de 2021	<u>Controladora</u> 634.448
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Juros capitalizados	6.571
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	27.469
Em 31 de dezembro de 2021	558.813
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	2.863
Custos e encargos financeiros apropriados ao resultado	34.393

	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2021	634.448
Captação de financiamentos	399.236
Custos e encargos a apropriar	(5.417)
Pagamento de principal	(76.636)
Pagamento de encargos	(33.039)
Juros capitalizados	26.816
Custos e encargos apropriados no resultado	25.566
Em 31 de dezembro de 2021	970.974
Captação de financiamentos	558.620
Custos e encargos a apropriar	(9.374)
Pagamento de principal	(221.637)
Pagamento de encargos	(37.267)
Juros capitalizados	53.306
Custos e encargos apropriados no resultado	34.393
Em 31 de dezembro de 2022	1.349.015

Abaixo é demonstrado o fluxo de vencimento das parcelas apresentadas no longo prazo:

Em 31 de Dezembro de 2022	2024	2025	2026	2027	Após 2027	Total
Financiamento de obras - Banco do Nordeste do Brasil S.A.	17.519	26.283	29.656	32.296	906.096	1.011.850
Outros Empréstimos	102.000	51.000	-	-	-	153.000
	173.025	76.282	28.345	30.809	856.389	1.164.850

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O financiamento junto ao BNB – Banco do Nordeste do Brasil possui um total aprovado de R\$ 1.062,3 milhões de reais, sendo que deste montante, a empresa já recebeu R\$ 400 milhões em 2021, e outros R\$ 558 milhões em 2022, totalizando assim R\$ 958 milhões de reais no período, ou seja, 90,2% do valor total aprovado.

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

## **2.1 Condições financeiras e patrimoniais**

A análise e discussão apresentada a seguir sobre a nossa estrutura patrimonial e nosso resultado operacional baseia-se nas informações financeiras resultantes de nossas Demonstrações Financeiras auditadas para o exercício social de 2022.

Na discussão a seguir, referências a aumentos ou reduções em qualquer exercício social são feitas em comparação ao exercício social anterior correspondente, exceto se o contexto indicar de maneira diversa.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- ATIVO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

<b>ATIVO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	584.145	11,77%	186.403	5,43%	213,38%
Aplicação financeira restrita	64.115	1,29%	-	0,00%	n/a
Contas a receber	107.372	2,16%	61.926	1,80%	73,39%
Dividendos a receber	12.633	0,25%	2.982	0,09%	323,64%
Estoques	14.039	0,28%	8.027	0,23%	74,90%
Tributos a recuperar	18.752	0,38%	19.194	0,56%	-2,30%
Repactuação do risco hidrológico	1.063	0,02%	970	0,03%	9,59%
Outros ativos	17.962	0,36%	14.006	0,41%	28,25%
Ativo não circulante mantidos para venda	16.633	0,34%	-	0,00%	n/a
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>836.714</b>	<b>16,86%</b>	<b>293.508</b>	<b>8,55%</b>	<b>185,07%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Aplicação financeira restrita	24.082	0,49%	14.842	0,43%	62,26%
Contas a receber	25.334	0,51%	17.424	0,51%	45,40%
Partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	180	0,00%	180	0,01%	0,00%
Repactuação do risco hidrológico	1.635	0,03%	2.698	0,08%	-39,40%
Propriedades para investimento	2.239	0,05%	19.092	0,56%	-88,27%
Operações descontinuadas	-	0,00%	-	0,00%	n/a
Investimentos ao valor justo	7.571	0,15%	84.434	2,46%	-91,03%
Outros ativos	6.332	0,13%	6.498	0,19%	-2,55%
Investimentos	53.288	1,07%	46.892	1,37%	13,64%
Imobilizado	3.643.903	73,43%	2.554.763	74,44%	42,63%
Intangível	361.144	7,28%	391.586	11,41%	-7,77%
<b>Total do ativo não circulante</b>	<b>4.125.708</b>	<b>83,14%</b>	<b>3.138.409</b>	<b>91,45%</b>	<b>31,46%</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>4.962.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.431.917</b>	<b>100,00%</b>	<b>44,60%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### CIRCULANTE

#### Caixa e equivalentes de caixa

A variação positiva de R\$ 397,7 milhões em 2022 quando comparada a 2021 se deve, principalmente à postergação de marcos na construção dos projetos Morro do Cruzeiro e Ventos de Santa Eugênia. Esta disponibilidade será consumida à medida que os compromissos contratuais forem realizados.

#### Aplicação financeira restrita circulante e não circulante

Por força dos contratos de financiamentos firmados com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. (“BNB”) para o custeio das obras das usinas eólicas das controladas pertencentes ao projeto Ventos de Santa Eugênia (vide nota explicativa nº 1.1), tais empresas devem manter saldos em conta corrente remunerada, ou de aplicação financeira, denominada “conta reserva”, que visam assegurar o pagamento dos serviços de dívida com o banco. As aplicações financeiras restritas são constituídas de forma prévia baseadas na taxa média de 2,26% sobre o valor desembolsado até o referido período e limitado a um valor fixo determinado por Companhia, mantido por todo o prazo do financiamento. A rentabilidade está referenciada no CDI.

#### Contas a receber circulante e não circulante

A variação positiva do saldo de contas a receber está substancialmente vinculada a (i) Saldo de recebíveis de clientes pelo fornecimento de energia elétrica em contratos firmados no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, dos contratos regulados e contratos bilaterais, das operações de venda de energia da controlada SKERCOM e outros contratos, com prazo médio de vencimento de 35 dias; (ii) Saldo de recebíveis de fornecimento de energia elétrica liquidado no mercado de curto prazo; (iii) Saldo mantido no ativo não circulante referente ao excedente de geração de energia entre 100% e 130% ao montante contratado pelo Contrato de Energia de Reserva - CER mantido com a CCEE nas subsidiárias que compõem os parques eólicos em operação do Grupo Statkraft, que é recebido ao final da apuração de cada quadriênio, quando os saldos são transferidos gradativamente para o curto prazo, conforme expectativa de realização de caixa e atualizados pelo índice IPCA. Já a geração acima de 130% é classificada no curto prazo, conforme expectativa de realização nos próximos 12 meses; e (iv) Saldos de contas a receber com partes relacionadas referente a venda de energia e saldos a receber decorrente de redução de capital, serviço de administração do proprietário e serviços de O&M (operação e manutenção) das controladas e controlada em conjunto com vencimento médio de 28 dias.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Dividendos a receber

Em 2022 a investida PCH Passos Maia (controlada em conjunto) destinou para SKER dividendos no montante de R\$ 1,1 milhões e Ceran – Companhia Energética Rio das Antas destinou dividendos no montante de R\$ 11,5 milhões.

### Estoques

Saldo de materiais em almoxarifado para operação e manutenção das usinas em operação.

### Repactuação do risco hidrológico circulante e não circulante

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de atingiu R\$ 2,7 milhões, frente ao saldo de R\$ 3,7 milhões em 31 de dezembro de 2021. A variação é da apropriação de ativo regulatório decorrente da adesão à repactuação dos riscos hidrológicos.

### Ativo circulante total

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Ativo circulante total” atingiu R\$ 836,7 milhões, apresentando queda de 185,07% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 293,5 milhões.

## NÃO CIRCULANTE

### Investimentos ao valor justo

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos não controlados ao valor justo” atingiu R\$ 7,6 milhões, representando diminuição de 91,0% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 84,4 milhões. A diminuição deu-se em função de ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 25,3 milhões e reclassificação de investimento mensurado ao valor justo para o método de equivalência patrimonial no total de -R\$ 51,6 milhões ambos relacionados, em sua maioria, ao investimento junto a Usina Hidrelétrica Ceran.

### Investimentos

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Investimentos” atingiu R\$ 53,3 milhões, representando aumento de 13,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 46,9 milhões. O aumento deu-se pelos resultados: (i) da controlada em conjunto PCH Passos Maia atribuíveis a Statkraft R\$ 4,6 milhões, Ceran – Companhia Energética Rio das Antas R\$ 15,9 milhões, abatidos dos dividendos

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

destinados R\$ 12,4 milhões e outras movimentações em investimentos R\$ 1,8 milhões.

### Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Imobilizado” atingiu R\$ 3.643,9 milhões, representando aumento de 42,6% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 2.554,8 milhões. O aumento deu-se, essencialmente, por conta das adições realizadas em 2022 no valor de R\$ 1.180,8 milhões, tendo como parte relevante de sua composição os valores pagos pelas subsidiárias envolvidas no projeto Ventos de Santa Eugênia ao fornecedor de turbinas para início da construção do parque eólico, atenuado pela depreciação incorrida em 2022 no valor -R\$ 78,1 milhões.

### Intangível

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de “Intangível” atingiu R\$ 361,1 milhões, representando diminuição de 7,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 391,6 milhões. A diminuição deu-se por conta de maiores amortizações no período no total de R\$30,8 milhões, devido, principalmente, a extensão do prazo de concessão das usinas no ativo intangível no total de R\$96.364 reconhecido em 2021.

### Total do ativo não circulante

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo não circulante” atingiu R\$ 4.125,7 milhões, apresentando aumento de 31,5% em comparação a 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.138,4 milhões.

### Total do ativo

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do ativo” atingiu R\$ 4.962,4 milhões, 44,6% acima do ativo de 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,9 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### • PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 31 DE DEZEMBRO DE 2022 COMPARADO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021

<b>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>AV %</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>AV %</b>	<b>AH %</b>
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	69.473	1,40%	32.787	0,96%	111,89%
Financiamentos e debêntures	184.165	3,71%	244.953	7,14%	-24,82%
Partes relacionadas	70.881	1,43%	61.409	1,79%	15,42%
Concessões a pagar	15.714	0,32%	14.605	0,43%	7,59%
Salários e encargos sociais	14.116	0,28%	13.326	0,39%	5,93%
Arrendamentos	4.432	0,09%	4.261	0,12%	4,01%
Tributos a recolher	11.182	0,23%	12.839	0,37%	-12,91%
Imposto de renda e contribuição social	5.268	0,11%	3.896	0,11%	35,22%
Dividendos a pagar	11.296	0,23%	8.722	0,25%	29,51%
Outros passivos	6.310	0,13%	11.195	0,33%	-43,64%
<b>Total do passivo circulante</b>	<b>392.837</b>	<b>7,92%</b>	<b>407.993</b>	<b>11,89%</b>	<b>-3,71%</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Financiamentos e debêntures	1.164.850	23,47%	726.021	21,15%	60,44%
Concessões a pagar	98.002	1,97%	96.215	2,80%	1,86%
Tributos a recolher	925	0,02%	636	0,02%	45,44%
Imposto de renda e contribuição social	780	0,02%	537	0,02%	45,25%
Provisão para remoção de imobilizado	26.495	0,53%	65.937	1,92%	-59,82%
Arrendamentos	10.295	0,21%	13.706	0,40%	-24,89%
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	17.669	0,36%	7.848	0,23%	125,14%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	43.801	0,88%	42.344	1,23%	3,44%
Provisão para passivo a descoberto	0	0,00%	-	n/a	n/a
Outros passivos	2.787	0,06%	2.842	0,08%	-1,94%
<b>Total do passivo não circulante</b>	<b>1.365.604</b>	<b>27,52%</b>	<b>956.086</b>	<b>27,86%</b>	<b>42,83%</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	2.620.650	52,81%	1.671.910	48,72%	56,75%
Reservas de Lucros	571.000	11,51%	335.760	9,78%	70,06%
Ajuste de avaliação patrimonial	12.324	0,25%	60.161	1,75%	-79,51%
	<b>3.203.974</b>	<b>64,56%</b>	<b>2.067.831</b>	<b>60,25%</b>	<b>54,94%</b>
Participação de não controladores	7	0,00%	7	0,00%	0,00%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>3.203.981</b>	<b>64,56%</b>	<b>2.067.838</b>	<b>60,25%</b>	<b>54,94%</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.962.422</b>	<b>100,00%</b>	<b>3.431.917</b>	<b>100,00%</b>	<b>44,60%</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### CIRCULANTE

#### Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Fornecedores” atingiu R\$ 69,5 milhões, apresentando aumento de 111,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 32,8 milhões. A variação observada dá-se, principalmente, devido aos aumentos dos passivos com fornecedores de materiais e serviços no valor de R\$ 10,0 milhões, além de outros R\$ 27,5 milhões referentes a contratos de compra de energia elétrica.

#### Financiamentos (circulante e não circulante)

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Financiamentos e debêntures” atingiu R\$ 1.349 milhões circulante e não circulante, apresentando um aumento de 38,9% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 971 milhões. Este passivo é composto por (i) financiamento de obras – BNB, com variação positiva de R\$599,7 milhões; (ii) debêntures, com variação negativa de -R\$ 76,4 milhões e (iii) outros empréstimos, com variação negativa de -R\$ 145,5 milhões.

#### Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Partes Relacionadas” atingiu R\$ 70,9 milhões, apresentando aumento de 15,5% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 61,4 milhão. A variação observada dá-se por conta, principalmente, do saldo de mútuo R\$ 10,3 milhões devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI.

#### Concessões a pagar (circulante e não circulante)

O saldo de concessões a pagar em 31 de dezembro de 2022, circulante e não circulante, totaliza R\$ 113,7 milhões, aumentando 2,6% quando comparado com 31 de dezembro de 2021 quando apresentava o montante de R\$ 110,8 milhões. A variação do saldo é impactada pelos pagamentos ao longo de 2022 (R\$ 13,6 milhões) e pela atualização monetário do saldo devedor pelo IGPM (R\$ 16,5 milhões).

#### Total do passivo circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo circulante” atingiu R\$ 392,8 milhões, apresentando uma diminuição de 3,7% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 408 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### NÃO CIRCULANTE

#### Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários era de R\$ 17,7 milhões, apresentando um aumento de 126,9% frente ao saldo do exercício anterior, quando apresentava um saldo de R\$ 7,8 milhões. O aumento está composto pela adição de provisão no valor de R\$ 9,5 milhões, atualização no valor de R\$ 0,5 milhão e na reversão de provisão no valor de -R\$ 0,2 milhões.

#### Total do passivo não circulante

Em função do acima exposto, em 31 de dezembro de 2022 o saldo da conta “Total do passivo não circulante” atingiu R\$ 1.365,6 milhões, apresentando um aumento de 42,8% em comparação com 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 956,1 milhões.

#### Patrimônio líquido

Em 31 de dezembro de 2022 o patrimônio líquido da Companhia representava R\$ 3.203,9 milhões, sendo o aumento de 54,9% na comparação com 31 de dezembro de 2021, quando representou R\$ 2.067,8 milhões. A variação deu-se, principalmente, devido a (i) aumento do capital social no valor de R\$ 948,7 milhões; (ii) lucro líquido do período no valor de R\$ 237,8 milhões; (iii) ajuste de avaliação patrimonial de -R\$ 47,8 milhões; (iv) reversão de dividendos de exercícios anteriores no valor de R\$ 8,7 milhões; e (v) destinação de dividendos obrigatórios no valor de R\$11,3 milhões.

#### Total do passivo e patrimônio líquido

Em decorrência principalmente das explicações apresentadas anteriormente, em 31 de dezembro de 2022, o saldo de “Total do passivo e patrimônio líquido” atingiu R\$ 4.962,4 milhões, frente ao saldo 31 de dezembro de 2021, quando atingiu R\$ 3.431,9 milhões.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### • COMPARAÇÃO DOS RESULTADOS OPERACIONAIS DOS EXERCÍCIOS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

<b>Demonstração do Resultado do Exercício - R\$ mil</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
Custo do fornecimento de energia elétrica	(461.242)	(297.232)	55,2%
Repactuação do risco hidrológico	0	96.364	-100,0%
Custo dos serviços prestados	(7.176)	(4.923)	45,8%
<b>Lucro bruto</b>	<b>393.465</b>	<b>359.224</b>	<b>9,5%</b>
<b>Despesas</b>	<b>(101.427)</b>	<b>(120.320)</b>	<b>-15,7%</b>
Gerais e administrativas	(142.238)	(120.468)	18,1%
Outras (despesas) receitas	19.908	(13.298)	-249,7%
Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro</b>	<b>292.038</b>	<b>238.904</b>	<b>22,2%</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>
Despesas financeiras	(70.404)	(61.328)	14,8%
Receitas Financeiras	86.657	34.020	154,7%
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>308.291</b>	<b>211.596</b>	<b>45,7%</b>
Imposto de renda e contribuição social	(70.476)	(27.799)	153,5%
Resultado proveniente de operações descontinuadas	0	(178)	-100,0%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>237.815</b>	<b>183.619</b>	<b>29,5%</b>
Acionistas da Controladora	0	0	N/A
Participação de não controladores	-	-	-

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida somou R\$ 861,9 milhões, 52,5% maior do que a receita líquida apurada no mesmo período de 2021.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2022	2021	Var %
<b>Receita Líquida Total</b>	<b>861.883</b>	<b>565.054</b>	<b>52,5%</b>
<b>Fornecimento de energia</b>	<b>860.866</b>	<b>564.454</b>	<b>52,5%</b>
- Contrato de energia de reserva – CER	119.926	102.221	17,3%
- Contrato de compra de energia regulada (CCEAR)	153.305	144.903	5,8%
- Programa de Incentivo às Fontes Al. de Energia Elétrica (PROINFA)	143.665	119.643	20,1%
- Contrato ambiente de contratação livre (ACL)	351.384	62.296	464,1%
- Contrato Bilateral Regulado (CBR)	131.484	96.603	36,1%
- Mercado de curto prazo (CCEE)	30.833	80.883	-61,9%
- Tributos sobre a venda de energia elétrica	(71.682)	(42.369)	69,2%
- Outras Receitas (venda de certificados de energia renovável)	1.952	274	612,4%
<b>Outros serviços</b>	<b>1.017</b>	<b>600</b>	<b>69,5%</b>

### Contrato de Energia de Reserva (CER)

Em 2022 houve um incremento de R\$ 17,7 milhões, devido ao reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA além do aumento do excedente em R\$ 12,0 milhões.

As receitas decorrentes do contrato de energia de reserva (CER) são provenientes das usinas Eólicas: Energen, Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra.

### Contrato de Compra de Energia Regulada (CCEAR)

Em 2022 o aumento de R\$ 9,6 milhões quando comparado com 2021 é, em sua maior parte, decorrente do reajuste contratual por inflação vinculado ao IPCA e IGP-M e efeito da sazonalização dos contratos entre os meses, principalmente no último trimestre.

As receitas decorrentes do CCEAR são provenientes da UHE Monjolinho, PCH Santa Fé e SKER (ativos Tamar).

### Programa de Incentivos às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA)

O aumento de R\$ 24,0 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, ao reajuste vinculado ao IGP-M.

As receitas decorrentes do PROINFA são provenientes das PCHs Esmeralda, Santa Laura e Santa Rosa, as quais aderiram ao seguro regulatório (Resolução Normativa nº 684/ANEEL), optando pelo produto SP100 o qual transfere 100% do risco hidrológico à distribuidora.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Contrato Ambiente de Contratação Livre (ACL)

O aumento de R\$ 294,4 milhões em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, principalmente, aos novos contratos de vendas da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia.

As receitas decorrentes do ACL são provenientes da PCH Moinho, UHE Suíça e SKER (ativos Tamar) e comercializadora SKERCom.

### Contrato Bilateral Regulado (CBR)

O aumento de R\$ 34,8 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido ao reajuste de inflação vinculado ao IGP-M, efeito da sazonalização dos contratos entre os meses do ano e decorrente a Cessão dos contratos de CERAN a partir de 15 de fevereiro de 2022.

As receitas decorrentes do CBR são provenientes da SKER (ativos Tamar) e Cessão dos contratos de CERAN.

### Mercado de Curto Prazo (CCEE)

A redução de R\$ 50,0 milhões em 2022 em comparação com 2021 ocorreu, principalmente, devido a diferença da posição energética do portfólio nos respectivos anos, atrelado ainda à diferentes níveis de PLD e GSF observados, compensado por fatores não operacionais (encargos, recontabilizações, ajustes financeiros, saldo de liquidação por inadimplência etc.) que inverteram o comportamento observado na contabilização energética na comparação com 2021.

### Custos operacionais

Em 2022 os custos operacionais totalizaram R\$ 468,4 milhões, um aumento de 55,0% em relação a 2020.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela a seguir:

<b>Custos Operacionais (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Custo Total</b>	<b>468.418</b>	<b>302.155</b>	<b>55,0%</b>
<b>Custo do fornecimento de energia elétrica</b>	<b>461.242</b>	<b>297.232</b>	<b>55,2%</b>
- Depreciação e amortização	105.724	104.795	0,9%
- Encargos setoriais	32.301	21.610	49,5%
- Custo com compra de energia elétrica	304.265	157.109	93,7%
- Seguro regulatório	6.613	6.137	7,8%
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	12.339	7.581	62,7%
<b>Custo dos serviços prestados</b>	<b>7.176</b>	<b>4.923</b>	<b>45,8%</b>
- Outros serviços	7.176	4.923	45,8%

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Depreciação e Amortização

O custo com depreciação e amortização totalizou R\$ 105,7 milhões em 2022, um aumento de 0,9% quando comparado com o ano anterior. Tal desempenho segue em linha, apontando leve variação quando comparado a 2021 devido, principalmente, à repactuação do risco hidrológico reconhecido após o 3T21, que causou um aumento no ativo intangível impactando diretamente no acréscimo de valor depreciado/amortizado, conforme Lei nº 14.052/2020, compensado pela entrada de operação de VSE.

### Encargos Setoriais

O aumento de 49,5% em 2022 quando comparado com 2021 deu-se, essencialmente, devido aos encargos relacionados a operação de Ventos de Santa Eugênia (VSE) e ao reajuste das tarifas CCD e CUSD pelo IGP-M.

### Custo com Compra de Energia Elétrica

Dentre os principais custos, a compra de energia em 2022 totalizou R\$ 304,3 milhões, representando um aumento de 93,7% quando comparado com o mesmo período do ano anterior. Grande parte foram voltadas para suprir o volume de energia vendida através da comercializadora SKERCom relacionados aos ativos de Ventos de Santa Eugênia e uma pequena parte para operações de hedge.

### Outros custos de fornecimento de energia elétrica

A variação observada entre 2022 e 2021 deve-se, principalmente, ao prêmio de seguros de construção de Ventos de Santa Eugênia e de Morro do Cruzeiro, que não são capitalizáveis.

### Outros Serviços

Neste grupo são apresentados os gastos relacionados a salários dos mantenedores das plantas e aos serviços de O&M prestados pela Controladora para suas subsidiárias. No período, houve um aumento de 45,8% nos gastos devido, principalmente, a entrada em operação de Complexo Eólico de Ventos de Santa Eugênia.

### Despesas (receitas) gerais

Em 2022 o total de despesas foi de R\$ 122,3 milhões, uma queda de 8,5% em relação a 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

<b>Despesas Gerais (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Despesas Totais</b>	<b>122.330</b>	<b>133.766</b>	<b>-8,5%</b>
<b>- Gerais e Administrativas totais</b>	<b>142.238</b>	<b>120.468</b>	<b>18,1%</b>
- Salários e encargos	51.728	46.402	11,5%
- Gerais e administrativas	68.745	51.967	32,3%
- Remuneração dos administradores	10.829	9.178	18,0%
- Encargos setoriais	4.769	2.613	82,5%
- Depreciação e amortização	3.138	3.343	-6,1%
- Com estudos em desenvolvimento	3.030	6.965	-56,5%
<b>- Outras despesas (receitas)</b>	<b>(19.908)</b>	<b>13.298</b>	<b>-249,7%</b>

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

### Salários e encargos

A variação observada em 2022 quando comparado a 2021, apresenta um aumento de 11,5% essencialmente devido ao crescimento do total de funcionários alinhado com o plano de crescimento da Companhia e ao acordo coletivo ocorrido em maio de 2022 aliado ao plano de bônus dos colaboradores.

### Gerais e administrativas

Em 2022, o aumento de R\$ 16,8 milhões deu-se, principalmente, por gastos com processo de diligência em projeto de M&A, além das atividades de construção não capitalizáveis.

### Remuneração dos Administradores

Nesta rubrica estão contabilizadas as despesas relativas à remuneração dos Administradores da Companhia, Conselheiros de Administração e Conselheiros Fiscais. Em 2022 os valores apurados, apresentam um aumento de R\$ 1,7 milhão quando comparado com 2021 decorrente, principalmente, do ajuste de inflação, inclusão do FGTS e novo plano de remuneração variável.

### Encargos Setoriais

Em 2022 os gastos com encargos setoriais foram maiores do que 2021 devido ao retorno das operações da PCH São João, início das atividades de VSE, além do aumento da inflação diretamente relacionado ao CFURH.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Estudos e Desenvolvimento

Esta linha contempla os gastos com desenvolvimento de projetos que, em função do cenário regulatório em 2022, teve parte dos seus dispêndios designados para o ano seguinte, com isso apresentando redução no período. Vale destacar que ainda assim segue alinhado com a estratégia de crescimento da companhia conforme seu planejamento estratégico. As ações estão também, alinhadas com estratégias de M&A que vem sendo adotadas.

### Outras despesas (receitas)

O resultado decorrente de outras despesas ou receitas totalizou R\$ 19,9 milhões em 2022, devido, principalmente, a provisão para contingência legal de Moinho S.A, além dos ressarcimentos de lucros cessantes e danos materiais relacionados a sinistros cobertos pelo seguro e do reembolso dos gastos de desenvolvimento do projeto greenfield Sakura.

### Resultado de participação societária

Em 2022 o resultado de participações societárias totalizou ganho de R\$ 20,9 milhões contra um ganho de R\$ 13,4 milhões em 2021. Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

<b>Ganho (perda) provenientes participações societárias (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
- Equivalência patrimonial	20.549	12.555	63,7%
- Dividendos auferidos	354	891	-60,3%
<b>Resultado de participações</b>	<b>20.903</b>	<b>13.446</b>	<b>55,5%</b>

### Equivalência Patrimonial

Composto pelo resultado das subsidiárias Passos Maia Energética S.A. (50%) e CERAN (5%), sendo esta considerada como investimento em coligada sob o método de equivalência patrimonial, alterando assim seu método de classificação desde junho de 2022.

### Dividendos auferidos

Composta pelos dividendos reconhecidos da Dona Francisca (2,12%) e CERAN (5%).

### Resultado financeiro

Em 2022 o resultado financeiro correspondeu a uma receita líquida de R\$ 16,3 milhões contra uma despesa líquida de R\$ 27,3 milhões em 2021.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

<b>Resultado Financeiro (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
<b>Receitas financeiras</b>	<b>86.657</b>	<b>34.020</b>	<b>154,7%</b>
- Com aplicações financeiras (i)	85.827	24.389	251,9%
- Variação monetária ativa	652	398	63,8%
- Juros sobre contrato de mútuo	0	95	-100,0%
- Juros e correções monetárias sobre provisão para contingências	0	8.814	-100,0%
- Outras receitas financeiras	178	324	-45,1%
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(70.404)</b>	<b>(61.328)</b>	<b>14,8%</b>
- Com financiamentos (ii)	(34.420)	(28.118)	22,4%
- Comissão de fiança e garantias	0	0	N/A
- IOF, multa e juros sobre tributos	(2.155)	(1.514)	42,3%
- Variação monetária passiva	(968)	(407)	137,8%
- Concessões a pagar e outras despesas (iii)	(16.494)	(27.206)	-39,4%
- Juros sobre contrato de mútuo (iv)	(10.217)	(987)	935,2%
- Juros sobre arrendamento mercantil	(928)	(1.286)	-27,8%
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.378)	(1.370)	0,6%
- Outras despesas financeiras	(3.844)	(440)	773,6%
<b>Resultado Financeiro</b>	<b>16.253</b>	<b>(27.308)</b>	<b>-159,5%</b>

### Receitas Financeiras

Em 2022 as receitas financeiras totalizaram R\$ 86,7 milhões, representando um aumento de 154,7% quando comparado a 2021. Tal variação é decorrente, principalmente, (i) do maior rendimento sobre aplicações financeiras em função do maior saldo médio de caixa e CDI apurado no período.

### Despesas Financeiras

Em 2022 as despesas financeiras totalizaram R\$ 70,4 milhões, representando um aumento de 14,8% quando comparado a 2021 devido, principalmente, a (ii) aumento da alíquota de CDI compensada pelo saldo menor da dívida, (iii) por ser um ativo financeiro, houve redução das concessões a pagar devido ao impacto da inflação no saldo e (iv) maior alíquota de CDI sobre o saldo de mútuo, reversão do desconto nos juros compensados parcialmente pela baixa da provisão de IOF por conta de sua prescrição.

### Imposto de renda e contribuição social

A Statkraft optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real nas empresas SKER e SKER COM. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 2022 o imposto de renda e a contribuição social tiveram um saldo negativo que totalizou R\$ 70,5 milhões, principalmente pelo maior lucro realizado e pelo impacto de R\$ 8,5 milhões devido ao ajuste de avaliação patrimonial conforme variação dos investimentos avaliados a valor justo e R\$ 15,7 milhões devido ao novo tratamento contábil referente ao CERAN (5%).

### Operações descontinuadas

Em 2022 as operações descontinuadas somaram perda de R\$ 178 mil, representando o resultado da subsidiária Enex. A Enex foi incorporada pela SKER em dezembro de 2021.

### Lucro líquido no período

Em 2022 o lucro líquido registrado foi de R\$ 237,8 milhões, um aumento de R\$ 54,2 milhões quando comparado com o 2021 conforme explicações apresentadas anteriormente.

### EBITDA e Margem EBITDA – conforme Instrução CVM 527

Em 2022 o EBITDA alcançou R\$ 400,1 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente, um aumento de 15,5% em relação aos R\$ 347,0 milhões alcançados em 2021, com uma margem EBITDA de 46,5% (queda de 14,9 pontos percentuais em relação à 2021). Quando olhamos para o EBITDA recorrente, que desconsidera os efeitos da repactuação do risco hidrológico e de contingências legais, ou seja, considerando apenas os efeitos “normais” de operação, temos um total de R\$ 421,6 milhões em 2022 contra R\$ 250,7 milhões de 2021, um aumento de 68,2% com margem EBITDA de 48,9% contra 44,4% (aumento de 4,6 pontos percentuais).

<b>EBITDA (R\$ mil)</b>	<b>2022</b>	<b>2021</b>	<b>Var %</b>
Lucro (prejuízo) líquido do período	237.815	183.619	29,5%
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	70.476	27.799	153,5%
(+) Despesas financeiras líquidas	(16.253)	27.308	-159,5%
(+) Depreciação, amortização	108.862	108.138	0,7%
(+) Operação descontinuada	0	178	-100,0%
<b>EBITDA – ICVM nº 527</b>	<b>400.900</b>	<b>347.042</b>	<b>15,5%</b>
(-) Repactuação risco hidrológico	0	(96.364)	-100,0%
(+) Contingência legal	20.744	0	N/A
<b>EBITDA recorrente – ICVM nº 527</b>	<b>421.644</b>	<b>250.678</b>	<b>68,2%</b>
Receita Líquida	861.883	565.054	52,5%
<b>Margem EBITDA (%)</b>	<b>46,5%</b>	<b>61,4%</b>	<b>-14,9 p.p</b>
<b>Margem EBITDA recorrente (%)</b>	<b>48,9%</b>	<b>44,4%</b>	<b>4,6 p.p</b>

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### 2. Comentários dos diretores

#### 2.2. Os diretores devem comentar:

##### a. resultados das operações do emissor, em especial:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita é composta preponderantemente pela venda da energia elétrica gerada por meio de nossos empreendimentos em operação. A previsibilidade da receita é assegurada por meio dos contratos de longo prazo firmados em ambiente regulado, protegendo nossos resultados das oscilações do mercado de curto prazo.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2022, ao contrário de 2021 e nos anos anteriores, a situação hidrológica não causou impacto significativo nos resultados operacionais da Companhia.

##### b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação

Nossa receita decorre preponderantemente da venda de energia negociada por meio de CCVE no ACR. Tais contratos são corrigidos pelo IPCA ou pelo IGP-M. Eventual variação nestes índices podem em tese afetar nossas receitas.

Até o presente momento não identificamos nenhuma variação relevante em nossas receitas que possam ser atribuídas a variações de preço ou inflação. Ainda, não introduzimos nenhum novo produto ou serviço e nem tampouco estamos expostos a variações nas taxas de câmbio.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

- c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

No caso de nossos Empreendimentos em Operação, o aumento da inflação acarreta um aumento nas receitas derivado da correção de nossos CCVEs e, ao mesmo tempo, um aumento de nossos custos derivado da correção do preço a eles atribuído.

Assim como nossa receita, o endividamento está majoritariamente indexado ao IPCA, no caso dos empreendimentos com financiamento junto ao BNB e debentures, e taxa fixa no caso de “*Loan 4131*”.

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### 2. Comentários dos diretores

#### 2.3. Os diretores devem comentar:

- a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apresentam alterações nas práticas contábeis.

- b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

As demonstrações financeiras publicadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não apresentam ressalvas.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### 2. Comentários dos diretores

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional

Não possuímos segmento operacional distinto daqueles que operamos atualmente, sendo Geração de Energia, através de fontes eólicas e hídricas, bem como prestação de serviços de Operação e Manutenção.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária ao longo do exercício de 2022.

c. eventos ou operações não usuais

Não houve eventos ou operações não usuais ao longo do exercício de 2022.

## 2.5 Medições não contábeis

### 2. Comentários dos diretores

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis
- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas
- c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

A Companhia é registrada como emissora da 'Categoria B' e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### 2. Comentários dos diretores

- 2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

As demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não contemplam as operações ou transações ocorridas após esta data. Para fins de divulgação de eventos subsequentes, a administração julgou relevante chamar atenção para os seguintes temas:

#### **Aporte de capital / Acordo de leniência**

Em 10 de fevereiro de 2023, a Moinho S.A. subsidiária integral da SKER, bem como Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, firmaram um Acordo de Leniência com o poder público do estado de Minas Gerais para um dos casos denunciados e realizaram o pagamento de R\$9.280 e R\$22.928, respectivamente, em multas e ressarcimentos de vantagem indevidas obtidas antes da aquisição do controle acionário pela Statkraft. Como fruto do acordo, as Companhias implementarão melhorias no seu sistema de conformidade, de forma a assegurar que as mesmas continuem a operar no País de acordo com os mais elevados padrões éticos, com tolerância zero a corrupção. No estágio atual, não é possível prever o resultado final para os casos remanescentes.

#### **Aporte de capital em subsidiárias**

Em 23 de janeiro de 2023 a controlada Serra da Mangabeira S.A. realizou aumento de capital no montante de R\$ 24.521 via conversão de saldo de AFAC.

Em 17 de fevereiro de 2023 a Companhia aportou capital na Moinho S.A. subsidiária integral da SKER e Passos Maia Energética S.A., controlada em conjunto da Companhia, nos montantes de R\$5.500 e R\$9.750 respectivamente. O aporte foi necessário para fazer frente aos pagamentos do tema descrito no parágrafo supracitado na nota explicativa nº 33.1 das demonstrações financeiras, supracitada.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

### **Recebimento de desembolsos de financiamentos**

Em 17 de fevereiro de 2023 as investidas Morro do Cruzeiro I e Morro do Cruzeiro II receberam seu 1º desembolso referente aos contratos de financiamentos firmados com o BNB – Banco do Nordeste nos montantes de R\$ 79.368 e R\$ 57.638, respectivamente.

## 2.7 Destinação de resultados

### 2. Comentários dos diretores

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

#### Aspectos Gerais

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A.

Cumprir observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 5% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima; e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

- a. regras sobre retenção de lucros

#### Exercício Social Findo em 31.12.2022

Nos termos dos artigos 31 e 32 do nosso Estatuto Social vigente no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022 e da Lei das Sociedades por Ações, do resultado apurado no exercício, aplicar-se-ia as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal; (ii) 5% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, imputando-se ao dividendo obrigatório os dividendos e juros sobre capital próprio pagos antecipadamente no curso do exercício, por deliberação do Conselho de Administração (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); (iii) eventuais dividendos intermediários deverão ser pagos sob as condições e prazos estabelecidos por deliberações da Diretoria, mas sempre dentro do exercício social; e (iv) o saldo

## 2.7 Destinação de resultados

remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

- b. regras sobre distribuição de dividendos

### **Exercício Social findo 31.12.2022**

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 5% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

Os acionistas reunidos em AGO realizada no dia 18 de abril de 2023, deliberaram pela distribuição do dividendo mínimo obrigatório correspondente a 5% do lucro líquido, após a apropriação da reserva de lucros. A Administração propôs distribuir dividendos totais de 5% do valor do lucro líquido, com montante de R\$ 11.296,18 mil, que corresponde a R\$ 0,02486330078 por ação.

- c. periodicidade das distribuições de dividendos

### **Exercício Social Findo em 31.12.2022**

No Estatuto Social vigente no exercício social a findo em 31 de dezembro de 2022 prevê a distribuição de dividendo mínimo obrigatório equivalente a 5% do lucro líquido.

## 2.7 Destinação de resultados

- d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

### **Exercício Social a Findo em 31.12.2022**

Após o pagamento antecipado dos contratos de financiamento vinculados ao BNDES, não possuímos restrições para o pagamento de dividendos além do mínimo obrigatório.

- e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, a AGO é competente para, dentre outros, deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos, conforme exigido pela Lei das S.A. Cumpre observar que nossa administração apresenta anualmente proposta sobre a destinação do lucro líquido remanescente após as seguintes deduções e provisões legais: (i) 5% para constituição de reserva legal, até; (ii) 5% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das S.A., a título de dividendo obrigatório, (a constituição da reserva indicada no item (i) acima não prejudicará o direito dos acionistas de receber o pagamento do dividendo obrigatório previsto no item (ii) acima); e (iii) o saldo remanescente do lucro, se houver, terá a destinação que lhe for dado pela Assembleia Geral, atendidas as prescrições legais aplicáveis.

## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

### 2. Comentários dos diretores

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Não há itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iii. contratos de construção não terminada
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não possuímos conhecimento de nenhum ativo ou passivo material que não esteja evidenciado em nossas demonstrações financeiras.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não contemplam as operações ou transações ocorridas após esta data. Para fins de divulgação de eventos subsequentes, a administração julgou relevante chamar atenção para os temas apontados no item 2.6 do presente Formulário de Referência.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

### 2. Comentários dos diretores

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

- b. natureza e o propósito da operação

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Todos os itens requeridos pelas normas foram evidenciados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 2.10 Planos de negócios

### 2. Comentários dos diretores

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos
- ii. fontes de financiamento dos investimentos
- iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Nossos investimentos estão concentrados nas áreas de prospecção, desenvolvimento e implantação de empreendimentos de geração por fontes renováveis de energia elétrica.

#### **Desenvolvimento**

Na área de desenvolvimento, os recursos financeiros são destinados basicamente à elaboração de estudos de inventário, estudos de viabilidade e projetos básicos. Tais estudos e projetos incluem, dentre outros, levantamentos topográficos, estudos geológico-geotécnicos, estudos hidrológicos, medições de ventos, pesquisa de materiais de construção, estudos de conexão etc. Ainda, alocamos nossos recursos na elaboração de EIA/RIMA, levantamentos fundiários, cadastro socioeconômico e, no caso das PCHs e UEEs, compra de terras para implantação dos empreendimentos.

#### **Implantação**

Durante o ano de 2020 a Companhia iniciou a implantação do Complexo Eólico Ventos Santa Eugênia, de 519 MW, na Bahia. A Companhia iniciou em janeiro de 2021 a construção do Complexo Eólico Ventos de Santa Eugenia o qual adicionará 518,7 MW a sua capacidade instalada de geração de energia, sendo que, conforme mencionado

## 2.10 Planos de negócios

anteriormente, 28,50 MW já entraram em operação em dezembro de 2022 e o restante entrará em operação de forma gradual até dezembro de 2023. Sua previsão orçamentária de investimentos é da ordem de R\$ 2,7 bilhões e, para sua construção, a Companhia, ao longo de 2020, celebrou junto ao BNB – Banco do Nordeste contratos de financiamento no montante de até R\$1.062.378, no nível das investidas constituídas para esses projetos. Os contratos possuem carência de 3 anos com juros capitalizados e prazo para pagamento de 24 anos. O custo médio ponderado dessa captação é de 1,2531% a.a. adicionado ao IPCA.

Em 15 de dezembro de 2021 a Administração da Companhia aprovou o início da construção dos projetos Morro do Cruzeiro I e II. A previsão orçamentária é de R\$ 672.000, para os quais a Companhia estabeleceu uma estrutura de capital considerando capital próprio e de terceiros para financiamento. As atividades de construção do Projeto Eólico Morro do Cruzeiro, localizados no município de Brotas, estado da Bahia, com capacidade instalada de 79,8 MW, tiveram início na data de 30 de maio de 2022 e a entrada em operação está prevista para fevereiro de 2024.

- b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Ao longo de 2022 foram necessários investimentos relacionados a substituição de equipamentos com defeitos em Brotas de Macaúbas.

- c. novos produtos e serviços, indicando:
  - i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas
  - ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços
  - iii. projetos em desenvolvimento já divulgados
  - iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

## 2.10 Planos de negócios

Não fazemos diferenciação entre pesquisas em andamento e desenvolvimento de projetos. Dessa maneira as informações referentes ao item c.i. do Anexo C da Instrução CVM 80 serão apresentadas em conjunto com o item c.iii. Da mesma forma, as informações referentes ao item c.ii. serão apresentadas em conjunto com o item c.iv.

Conforme consta no nosso Plano de Crescimento 2022-2028, considerando projetos greenfield em pleno curso de desenvolvimento, Statkraft Energias Renováveis S.A. possui um pipeline acima de 3,5 GW em projetos considerando-se as três fontes, ou seja, projetos eólicos, solares e hidráulicos.

- d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Statkraft, por ser geradora de energia renovável, possui diversas oportunidades de negócio, considerando que evoluções do mercado que tem requerido cada vez mais fontes de energia renováveis. Em virtude de questões ASG, a Statkraft também possui oportunidades como, por exemplo, comercialização certificados de energia renováveis (IRECs e créditos de carbono).

## **2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional**

### **2. Comentários dos diretores**

- 2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

### 3.1 Projeções divulgadas e premissas

#### 3. Projeções

3.1. As projeções devem identificar:

- a. objeto da projeção
- b. período projetado e o prazo de validade da projeção
- c. premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração do emissor e quais escapam ao seu controle
- d. valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM Nº 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

## 3.2 Acompanhamento das projeções

### 3. Projeções

- 3.2. Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores:
- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário
  - b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções
  - c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM Nº 80, a divulgação de projeções e estimativas neste Formulário de Referência é facultativa, desde que a administração da Companhia não tenha divulgado projeções e estimativas. Assim, tendo em vista que não foram divulgadas projeções e estimativas até o momento, a administração da Companhia optou por também não divulgar neste Formulário de Referência projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais e financeiras) relacionadas aos negócios ou atividades da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### 4. Fatores de risco

4.1. Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

a. Emissor

A estratégia de expandir nossos negócios por meio de aquisições envolve riscos relacionados à negociação bem-sucedida de ativos e negócios que complementam o portfólio da Companhia. Além disso, as aquisições criam riscos que poderão reduzir os benefícios que esperávamos alcançar na época das aquisições das operações, como à descoberta de eventuais contingências não identificadas anteriormente.

A aquisição de ativos operacionais de terceiros constitui elemento fundamental da estratégia de crescimento da Companhia. Assim, pode incorrer em custos significativos nas transações e, ainda assim, elas podem não ser concluídas ou, se concluídas, podem não apresentar os retornos esperados. A capacidade da Companhia de continuar a ampliar os negócios por meio de aquisições depende de diversos fatores, como, por exemplo: (i) capacidade de identificar e avaliar oportunidades no mercado e negociar condições favoráveis para a Companhia; (ii) capacidade de obtenção de recursos financiamento em condições favoráveis; e (iii) capacidade de integrar de forma eficiente na Companhia novas operações ou determinado negócio adquirido e de gerir satisfatoriamente tal negócio.

O crescimento por meio de aquisições está sujeito a riscos de responsabilidades sucessórias relacionadas às sociedades adquiridas. Esses riscos incluem, mas não se limitam, a possibilidade de (i) superestimar o valor do negócio/operação objeto de aquisição e investimentos nas aquisições podem não gerar os retornos esperados, onde tais investimentos podem gerar prejuízos ou um fluxo de caixa negativo; (ii) não implementar com eficiência as novas operações ou ser mal sucedido em integrar atividades das empresas adquiridas visando obter sinergias ou economias de escala esperadas; (iii) demora no processo de aquisição e desvio da atenção da administração da Companhia das operações do dia-a-dia; (iv) passivos e/ou contingências inesperadas envolvendo uma empresa adquirida, podendo não ser identificado no procedimento de auditoria legal (due diligence), que antecede o

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

fechamento da aquisição, e não compreendido ou insuficiente pelas garantias contratuais pré-estabelecidas na aquisição; (v) ser responsabilizada pelos seus passivos, cujos fatos geradores ocorreram antes da transação, assim como pode estar sujeita a riscos com sua imagem decorrentes desses potenciais passivos; (vi) ao celebrar aquisições, é possível que termos e condições passados dessa nova operação não estejam alinhados com as direções estratégicas da Companhia, podendo levar a prejuízos financeiros futuros nas operações da Companhia; (vi) Estar exposta a sanções administrativas ou financeiras, em caso de não realizar uma análise minuciosa ou não obter as permissões regulatórias obrigatórias para as atividades das empresas adquiridas ou em processo de aquisição; e (vii) impacto financeiro e reputacional negativos em caso de materialização de riscos por falta de diligência do cumprimento das regras de integridade corporativa, incluindo compliance, regras anticorrupção e outras, pelas adquiridas ou em negócios em processo de aquisição.

Certas aquisições podem requerer a aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), da Agência Nacional de Energia Elétrica ANEEL e possíveis instituições financeiras credoras. É importante ressaltar que decisões adversas de qualquer uma dessas entidades pode ter um impacto negativo na adquirida e na Companhia e até mesmo levar ao cancelamento da transação.

Não é possível assegurar que a Companhia será bem-sucedida ao lidar com esses ou outros riscos ou problemas relacionados a qualquer outra operação/transação futura. A incapacidade da Companhia em integrar suas operações com sucesso, ou qualquer atraso significativo em alcançar esta integração poderá causar efeitos adversos relevantes na capacidade financeira e nos resultados operacionais da Companhia.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

- b. seus acionistas, em especial os acionistas controladores

### **Ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle**

Os interesses dos acionistas controladores podem ser contrários aos interesses dos demais acionistas. Sujeito às disposições do estatuto social e acordo de acionistas da Companhia, os acionistas controladores possuem poderes para:

- (i) Eleger a maioria dos membros do conselho de administração e, por consequência, eleger a diretoria da Companhia, estabelecer as políticas administrativas e controlar as operações da Companhia; e
- (ii) Aprovar qualquer matéria que necessite da aprovação de acionistas representando a maioria do capital social, incluindo reorganização societária, aquisição e venda de ativos e o pagamento de dividendos.

O exercício do poder de voto pelos acionistas controladores poderá ser restringido em caso de conflito de interesses. O item 7.1 “c” deste Formulário de Referência contém mais informações sobre a identificação e a administração de conflitos de interesse.

O exercício do poder de voto pelos acionistas controladores poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

### **Aos seus acionistas**

#### *Capacidade de investimento de nossos Acionistas.*

Pertencemos a um setor que demanda capital intensivo para seu crescimento. Neste sentido, nossa principal fonte de recurso é a através do aporte de capital de nossos acionistas. Dessa forma a capacidade de investimento de nossos acionistas poderá influenciar diretamente nossa capacidade de crescimento.

- c. suas controladas e coligadas

Nós somos uma empresa holding e dependemos dos resultados de nossas subsidiárias, que podem não vir a ser distribuídos. A nossa capacidade de distribuir dividendos (inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio) e de cumprir com nossas obrigações financeiras depende do fluxo de caixa e dos lucros de nossas

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

subsidiárias, bem como da distribuição desses lucros sob a forma de dividendos ou juros sobre capital próprio. Algumas de nossas subsidiárias estão, ou podem no futuro, estar sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de dividendos para nós e/ou requeiram que as demais dívidas das controladas estejam subordinadas às dívidas incorridas sob tais contratos de empréstimo. Por essa razão, não é possível assegurar que quaisquer desses recursos serão disponibilizados ou que serão suficientes para o pagamento das nossas obrigações e para a distribuição de dividendos a nossos acionistas. Adicionalmente, algumas de nossas subsidiárias poderão estar sujeitas a restrições de distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, o que poderá limitar os nossos resultados financeiros como sociedade holding.

Ainda, a legislação brasileira restringe o pagamento de dividendos ou outras distribuições nos casos em que a companhia tenha apurado prejuízos ou tenha prejuízos acumulados ou, ainda, nos casos em que possua débitos federais de natureza tributária e previdenciária.

### d. seus administradores

Os administradores sujeitam-se, além das normas de responsabilidade civil gerais previstas no Código Civil, às normas específicas aplicáveis em decorrência da função que exercem. No caso das sociedades por ações, essas regras estão dispostas na Lei 6.404/1976, entre os artigos 153 e 160. Ressalte-se que a responsabilidade de que trata a Lei 6.404/1976 restringe-se à esfera civil, tendo as esferas administrativa e penal sistemas próprios. Essa seção, dedicada aos deveres e responsabilidades dos administradores – incluindo-se aí diretores e conselheiros, discorre sobre deveres específicos atinentes às funções de administração de companhia: diligência, lealdade, dever de informar. Trata ainda das possibilidades em que o administrador responde pessoalmente perante a companhia, acionistas e terceiros por prejuízos causados. Bem como sobre a ação de responsabilidade em face dos administradores em cada um dos casos. Com relação aos riscos relacionados a seus administradores a Companhia possui seguro D&O devidamente contratado e renovado anualmente.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### e. seus fornecedores

Compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossos empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, poderemos sofrer um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

A construção de nossos empreendimentos é feita por meio da contratação de empresas terceirizadas. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderão gerar o não cumprimento de condições declaradas ao poder concedente reduzir temporariamente nossa capacidade de geração e de fornecimento de energia, afetando nossas receitas e nossa imagem, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

A implantação de nossos projetos depende de produtos e serviços altamente especializados, e podemos não conseguir substituí-los prontamente. Depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que contratamos junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Impactos adversos sofridos por nossos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado de nossos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

A implantação de projetos de geração de energia envolve o uso intensivo de mão-de-obra terceirizada, podendo acarretar diversas responsabilidades para nós. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) causar atraso e inadimplemento de nossas obrigações previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

risco a preservação das nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas usinas, conseqüentemente, sujeitando-nos à menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em nossos contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre nós.

A implantação de nossos projetos pode ser afetada em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos prestadores de serviços contratados por nós. Qualquer paralisação significativa ou redução de carga horária poderá afetar o cronograma de implantação de nossos projetos e, conseqüentemente, afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nossas subsidiárias e a nós não atendam às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, poderemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas destas empresas, podendo, ainda, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados. Ainda, não podemos garantir que empregados de empresas contratadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que também poderá causar um efeito adverso relevante.

Por fim, a Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que independe de culpa e alcança todos aqueles direta e indiretamente relacionados ao dano. Diante disso, poderemos ser responsabilizados, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um de nossos fornecedores no exercício de atividades relacionadas aos nossos projetos e às nossas atividades – como, por exemplo, no caso de dano ambiental ocasionado em uma obra civil contratada. Caso sejamos condenados à reparação do meio ambiente, e, se tais condenações envolverem valores substanciais, nossas operações e resultados, poderão ser relevante e negativamente impactados.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### f. seus clientes

Nossos empreendimentos possuem CCVEs e Contratos no ACR advindos, dentre outros, das distribuidoras de energia elétrica e Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, podendo causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Nossas receitas dependem do fluxo de pagamentos, por nossas subsidiárias, dos contratos citados acima. Ao término destes contratos, podemos renová-los ou realizar novos, porém poderemos não obter condições favoráveis para a comercialização de nossa energia elétrica. Ainda, caso não possamos celebrar novos contratos de longo prazo, podemos ser obrigados a vender nossa energia no mercado de curto prazo ou no mercado spot nos quais o preço da energia elétrica sofre constantes oscilações. Todos estes eventos podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

### g. setores da economia nos quais o emissor atue

Poderemos ser penalizados pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de nossas autorizações e concessões ou da legislação e regulamentação aplicáveis.

Nossas atividades de geração de energia elétrica são conduzidas de acordo com termos de autorizações e concessões firmados com o poder concedente, alguns dos quais são passíveis de renovação mediante nossa solicitação e a critério do poder concedente, dentro dos limites fixados na legislação aplicável. Com base nas disposições de nossos contratos de concessão, de nossos termos de autorizações e na legislação e regulamentação aplicáveis, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos contratos de concessão e termos de autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive no que se refere a atrasos no cronograma de implantação e na entrada em operação comercial, a ANEEL poderá impor penalidades que, dependendo da gravidade do descumprimento, tal como disposto na Resolução ANEEL n.º 846, de 18 de junho de 2019, poderão incluir:

- advertências;
- multas;

#### 4.1 Descrição dos fatores de risco

- interdição das instalações;
- embargos de obras;
- restrições à operação de instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica;
- revogação da autorização;
- intervenção administrativa; ou
- caducidade da concessão ou da permissão.

Nos termos da Resolução supramencionada, a ANEEL poderá impor penalidades por descumprimento de qualquer disposição de nossos contratos de concessão e autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis. Conforme a gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir multas por infração de até 2,0% do valor anual estimado da receita operacional líquida com vendas de energia elétrica do autorizado ou concessionário que tenha cometido a infração. A ANEEL pode, ainda, sem prejuízo das penalidades descritas acima, intervir temporariamente nas concessões ou permissões outorgadas para assegurar a adequada exploração dos serviços de energia elétrica e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Qualquer das penalidades relacionadas acima poderá ter um efeito relevante e negativo na condução de nossos negócios e em nossos resultados operacionais. Todos estes fatores poderão afetar nosso plano de investimento e nossos resultados.

De acordo com a legislação do setor elétrico brasileiro, os projetos desenvolvidos para UHEs são entregues ao governo, por intermédio da ANEEL e da EPE. Tais projetos, a fim de atender a agenda de expansão da oferta de energia do mercado brasileiro, são licitados por meio de leilões de energia, ocasião na qual a outorga de concessão das UHEs é concedida ao empreendedor que ofertou o menor preço de venda da parcela mínima da energia do empreendimento destinada ao ACR.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nestes leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (30 anos) são firmados com os vencedores. Não podemos assegurar que seremos capazes de ofertar os melhores preços nos leilões de energia de forma a vencê-los. Se o Governo Federal não realizar novos leilões, por qualquer motivo, ou caso os leilões sejam realizados, não formos vencedores, nossa estratégia de crescimento, nossos negócios e nossos resultados poderão ser adversamente afetados.

Por fim, no que se refere aos projetos de PCH em fase de desenvolvimento de estudos, não somos capazes de assegurar que a exploração destes será, necessariamente, outorgada a nós, uma vez que a regulamentação setorial não assegura às empresas que estão desenvolvendo os estudos de inventário e/ou projetos básicos o direito de exploração, sendo que, existindo outros empreendedores interessados na exploração de determinado potencial hídrico, o MME outorgará o direito de exploração com base nos critérios de seleção determinados pela Resolução nº 395/1998, para os casos em que o pedido de registro ativo para elaboração de Projetos Básicos tenham sido aceitos antes de dezembro de 2008, e na Resolução nº 343/2008, para os casos em que o pedido de registro ativo para a elaboração de Projetos Básicos tenham sido aceitos em período posterior a dezembro de 2008. Caso não nos seja concedida a outorga de exploração de PCHs em fase de desenvolvimento de estudos, nossa estratégia de crescimento e nossos resultados poderão ser afetados.

Uma redução na disponibilidade de financiamentos ou a alteração no custo desses financiamentos poderá restringir a capacidade de realização dos investimentos previstos por nós.

Nosso crescimento exige volumes significativos de capital. Além do fluxo de caixa gerado internamente, dependemos de financiamentos de longo prazo sob a forma de linhas de crédito concedidas notadamente pelo BNDES e BNB, além de, em menor grau, empréstimos bancários e outras fontes de financiamentos, incluindo a emissão de títulos e valores mobiliários para a realização de investimentos. No entanto, não é certo que nós conseguiremos captar recursos para custear os investimentos necessários por meio de operações de crédito ou de emissão de ações. Condições econômicas desfavoráveis no Brasil e no mundo, e no mercado nacional e internacional de crédito e de capitais, tais como altas de taxas de juros, liquidez reduzida ou uma diminuição no interesse dos investidores e das instituições

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

financeiras na concessão de empréstimos ou concessão de crédito, podem vir a limitar nosso acesso à fontes diversas de financiamento. O custo de captação de dívida poderá aumentar significativamente se as taxas de juros aumentarem, limitando nossa capacidade de tomar empréstimos ou emitir dívida. Uma redução na disponibilidade desses financiamentos ou a alteração no custo desses endividamentos poderá restringir nossa capacidade de realização dos investimentos previstos e ter um efeito adverso relevante sobre nossas atividades, situação financeira, retorno sobre investimento e resultados operacionais. Ainda, é importante observar poderemos ter contratos financeiros que contenham cláusulas restritivas para a tomada de novas dívidas sem prévia anuência dos respectivos credores, o que poderá nos impedir de obter novos financiamentos.

Adicionalmente, variações adversas significativas nos indexadores de nossos empréstimos, inclusive em decorrência de aumento de inflação ou taxa de juros, causando um aumento de nossas despesas futuras com encargos de dívida, poderão reduzir o nosso lucro líquido e, conseqüentemente, os valores disponíveis para distribuição a nossos acionistas.

Atrasos na construção e maturação de nossos projetos, bem como eventuais custos excedentes, podem encarecer e afetar nosso negócio e resultados operacionais de maneira adversa. Podem afetar o início da geração de fluxo de caixa derivado de nossas unidades, o que poderia aumentar nossas necessidades de financiamento para custear investimentos de capital. Ainda, nossos projetos estão sujeitos a aumentos de custo ocorridos por fatores fora de nosso controle.

Além disso, firmamos contratos de venda de energia com previsão de datas específicas para o início da entrega da energia. Atrasos na implantação dos projetos podem provocar atraso no início de geração da energia contratada. Nesse caso, seremos obrigados a comprar energia para honrar nossos compromissos de venda. Esta compra pode ser feita por meio de contrato bilateral com qualquer agente gerador ou comercializador ou, ainda, por meio do mercado de curto prazo, ou mercado spot, na CCEE.

A impossibilidade de concluir a construção de nossos projetos, atrasos significativos nas obras e aumentos nos custos podem afetar adversamente nossos negócios e nossos resultados operacionais. Além disso, poderemos estar sujeitos a sanções dos

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

órgãos reguladores, incluindo, dentre outras, advertências, multas, embargos, interdições e revogação da concessão ou da autorização, o que poderia nos impactar adversamente. A ANEEL, por exemplo, estabelece que no caso de atraso na implantação dos empreendimentos, além das penalidades advindas da celebração dos contratos, de acordo com a Resolução nº 846 de 18 de junho de 2004, o empreendedor pode vir a sofrer multa de até 2% sobre a receita operacional líquida ou sobre o valor estimado da energia produzida e ainda, em casos reiterados, pode vir a ter a revogação da concessão ou da autorização.

Poderemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros, inclusive por (i) perdas e danos causados a terceiros em decorrência de falhas na construção e operação de nossas usinas, que acarretem interrupções ou distúrbios aos sistemas de distribuição e/ou transmissão ou (ii) interrupções ou distúrbios que não possam ser atribuídos a um agente identificado do setor elétrico, exceto em casos de força maior. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou não indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante nós ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso sobre nossos resultados. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro, o que também poderia afetar adversamente nossos resultados.

Não é possível garantir ainda que conseguiremos (i) renovar nossas apólices em termos suficientes e favoráveis ou (ii) contratar seguros em termos suficientes e favoráveis para nossos projetos que se encontram atualmente em fase de desenvolvimento.

Por fim, sinistros que não estejam cobertos pelas nossas apólices ou a impossibilidade de renovação delas podem afetar adversamente nossos negócios e nossa condição financeira.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Ademais, as atividades do setor de energia elétrica podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação federal impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente, causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. No âmbito administrativo, as penalidades podem variar de advertência a multas. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá nos impedir, ou nos levar a retardar ou redirecionar planos de investimento em outras áreas, o que poderá afetar adversamente nossos resultados.

Se por algum motivo haja redução da Garantia Física de nossos empreendimentos, seremos obrigados a adquirir energia no mercado de curto prazo, no qual estaremos expostos ao PLD. Um dos parâmetros utilizados para o cálculo da Garantia Física de um empreendimento de geração de energia elétrica é o valor declarado de indisponibilidade, calculado levando-se em consideração a projeção da Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada (TEIF) e Indisponibilidade Programada (IP) de cada empreendimento.

No curso de operação de nossos empreendimentos, podemos registrar indisponibilidades superiores às aquelas declaradas na ocasião de cálculo da Garantia Física. Estas indisponibilidades superiores às previstas podem ocorrer, dentre outros motivos, por força de mau funcionamento nos equipamentos, tempo de manutenção programada superior ao esperado, quebras nos equipamentos, dentre outros. Nesta hipótese, a legislação prevê a aplicação, para as UHEs, do Mecanismo de Redução da Energia Assegurada (MRA) por meio do qual verifica-se uma redução temporária (em bases mensais) da Garantia Física dos empreendimentos. Dessa forma, o montante de energia reduzido por força de aplicação do MRA deve ser compensado por meio da aquisição de energia no mercado de curto prazo, no qual estamos expostos ao PLD, podendo tal aquisição se mostrar mais custosa que o preço a ser recebido pela entrega da energia. Caso nossos empreendimentos sofram tais reduções, nosso resultado operacional será adversamente afetado.

A ANEEL poderá extinguir os termos de nossas autorizações e concessões antes do vencimento de seus prazos e a indenização poderá ser insuficiente para que recuperemos o valor integral de nossos investimentos.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Nossas autorizações podem ser revogadas e nossas concessões podem ser encampadas a qualquer tempo pelo poder concedente, quando o interesse público assim o exigir, respeitadas as garantias conferidas em sede legal aos autorizados e concessionários. Ainda, em caso de determinadas infrações graves, o poder concedente pode declarar a caducidade das nossas concessões ou a revogação de nossas autorizações. A ocorrência de qualquer um destes eventos poderá causar um impacto adverso sobre nossos resultados.

Caso os termos de autorizações detidos por nós sejam revogados pela ANEEL ou as concessões encampadas, a indenização recebida pela parcela não amortizada de nossos investimentos poderá não ser suficiente para a recuperação integral de nossos investimentos. No caso de revogação de nossas autorizações ou de declaração de caducidade de nossas concessões em decorrência de infrações, também a indenização a que temos direito não precisará ser previamente paga pelo poder concedente.

Cumpre, ainda, ressaltar que no caso de empreendimentos de geração que não sejam a partir de fonte hidrelétrica (como a eólica e/ou solar), não ocorre a reversão de bens e, portanto, não há a reversão dos bens ao poder concedente, de modo que não nos seria devida indenização nos casos de revogação ou encampação.

Atrasos ou a não obtenção das licenças ou quaisquer outros documentos necessários para o desenvolvimento de nossos projetos poderão afetar nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Parcela significativa de nossos negócios advém de licitações, as quais dependem da pré-qualificação dos interessados e do cumprimento de determinadas exigências, incluindo requisitos mínimos como indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. Não podemos assegurar que teremos capacidade para satisfazer todos os requisitos necessários para adquirir novas concessões ou participar de novos processos licitatórios.

Ainda, para conduzirmos nossos negócios e desenvolvermos nossas atividades, é necessária a obtenção de diversas licenças, certificações, acervos entre outros documentos perante diferentes agências e órgãos públicos, agências reguladoras e

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

autoridades federais e estaduais com jurisdição sobre o meio-ambiente. No Brasil, o processo de obtenção de documentos perante estas agências e órgãos públicos pode ser, em determinados casos, bastante demorado. Caso enfrentemos dificuldades de qualquer natureza para obter as licenças, autorizações, certificações, certidões ou acervos necessários para o desenvolvimento dos nossos negócios, o que conferiria atraso nos cronogramas de implantação dos projetos, nossa situação financeira e resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

O aumento na demanda por energia elétrica no Brasil poderá ser inferior às estimativas da EPE. Nossos investimentos em projetos de geração de energia elétrica foram baseados na expectativa de aumento da demanda por energia elétrica conforme indicado pela EPE. No entanto, caso esse aumento da demanda seja inferior, a receita estimada para nossos projetos de investimento pode ser reduzida, gerando um impacto adverso em nossos resultados. Além disso, nossas autorizações para geração de energia elétrica nos submetem ao regime de produção independente de energia elétrica, que, por definição legal e regulamentar, obriga-nos a comercializar a energia gerada em nossos empreendimentos por nossa conta e risco, vale dizer, tais autorizações não nos conferem qualquer garantia de mercado consumidor para nossa produção de energia elétrica, no todo ou em parte. Conseqüentemente, nossas vendas de energia elétrica estão sujeitas à existência de demanda suficiente do mercado consumidor. Caso não sejamos capazes de comercializar a totalidade da energia por nós gerada no futuro, poderemos ter uma redução de nossa receita estimada, o que pode gerar um efeito adverso em nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Consumidores de energia no ACR podem reduzir a demanda inicialmente contratada. Poderemos não conseguir vender toda nossa capacidade de geração de energia no ACR. De acordo com nossa estratégia de negócios, venderemos nossa energia elétrica preferencialmente no ACR, por meio de leilões públicos. Excepcionalmente venderemos nossa energia no ACL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico as distribuidoras adquirentes de energia elétrica no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; e (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Caso as distribuidoras de energia elétrica decidam reduzir o montante de energia contratada, nossos negócios e operações poderão ser adversamente afetados. Adicionalmente, se não pudermos negociar a venda de toda nossa capacidade instalada total no ACR ou no ACL, poderemos ser compelidos a vender nossa capacidade de geração excedente no mercado de curto prazo ou spot, onde os preços estão sujeitos à significativa volatilidade. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, poderemos sofrer um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Nossa estratégia de crescimento e rentabilidade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro. Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos projetos de geração, submetidos ao processo de autorização ou concessão outorgada pela ANEEL ou pelo MME, na qualidade de representantes do poder concedente. Esta atividade poderá ser prejudicada pela diminuição dos potenciais disponíveis e pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. A rentabilidade de nossos projetos poderá ser afetada pela necessidade de oferta de preços baixos de energia nos certames em função da concorrência em projetos de geração de energia. Ainda, a concorrência em projetos de geração eólica, solar ou hídrica pode impactar o custo de aquisição das áreas necessárias para a implantação dos projetos, reduzindo a atratividade deles.

Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende em parte de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Qualquer incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.

Caso nossas PCHs, UHEs e UEEs tenham suas Garantias Físicas reduzidas por meio de revisão prevista na regulação do setor, nosso resultado operacional será adversamente afetado. Todos os empreendimentos de geração de energia elétrica no Brasil possuem um montante calculado de energia, parâmetro conhecido no mercado como Garantia Física. Este montante determina o limite máximo de energia elétrica a

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

ser vendido por cada empreendimento no ACR e/ou no ACL. Tais limites estão, nos termos da legislação, sujeitos a revisões periódicas.

O Decreto 2.655 de 2 de julho de 1998 prevê, em seu artigo 21, que a Garantia Física de cada empreendimento de geração hidrelétrica passará, a cada 5 anos, por uma revisão. Ainda, nos termos do referido Decreto, tais revisões não poderão implicar em redução superior a 5% do valor estabelecido na última revisão, limitadas as reduções, em seu todo, a dez por cento do valor de base, constante do respectivo contrato de concessão, durante a vigência deste. Referida revisão pode ocorrer em função, dentre outros, de avaliação hidrológica errada no dimensionamento da usina ou indisponibilidades acima daquelas utilizadas para o cálculo da Garantia Física. Caso nossos empreendimentos tenham suas Garantias Físicas reduzidas no contexto de tais revisões, nosso resultado operacional será adversamente afetado. Ainda, é importante observar que tal redução poderá ser revertida sempre que novas revisões ocorrerem.

Em qualquer hipótese de redução da Garantia Física de nossos empreendimentos, tal redução poderá nos impossibilitar de entregar o montante de energia contratado por nossas controladas no ACL ou no ACR, caso tais montantes não sejam ajustados de comum acordo entre as partes (exceto com relação aos contratos celebrados no ACR na hipótese de racionamento, uma vez que a legislação prevê que os montantes de tais contratos deverão ser reduzidos na proporção da redução do consumo verificado). Nesta hipótese seremos obrigados a adquirir energia em montante suficiente para recompor o montante de energia contratado. Esta aquisição poderá ser feita por meio de contratos bilaterais de curto prazo ou ainda, por meio da aquisição de energia no mercado spot. Os custos com a contratação de energia adicional afetarão adversamente nosso resultado.

O Contrato de Energia de Reserva celebrado pelas geradoras vencedoras do 2º LER prevê que o montante de energia contratado em cada CCVE de reserva poderá ser revisto a cada 4 (quatro) anos, conforme previsto no edital do 2º LER e na Nota Técnica EPE-DEE-RE-014/2009-r0, emitida pela EPE em 22 de maio de 2009. Esta revisão do montante contratado pode se dar em caso de a geração média do quadriênio ser inferior ao valor contratado. Caso o montante de energia contratado seja reduzido, nosso resultado será adversamente afetado.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

O MRE pode, em determinadas condições hidrológicas desfavoráveis, não ser suficiente para realocar a energia produzida no sistema de forma a garantir o atendimento da demanda total. Nesta hipótese, todas as usinas hidrelétricas podem sofrer uma redução temporária da Garantia Física, o que afetará adversamente nosso resultado operacional.

Numa situação extrema de condições hidrológicas desfavoráveis, a energia gerada por todas as hidrelétricas no sistema pode ficar abaixo da Garantia Física total do sistema (calculada como a soma de todas as Garantias Físicas individuais). Neste caso, aplica-se sobre todas as hidrelétricas um fator redutor da Garantia Física, calculado a partir da relação entre a energia total efetivamente gerada e a Garantia Física total do sistema.

Nesta hipótese, a diferença entre o montante de energia elétrica contratado e o produto da aplicação do fator de redução na Garantia Física, é arcado por todas as hidrelétricas ao custo do preço da energia no mercado de curto prazo (PLD). Não temos como controlar os fatores que afetam a geração de energia elétrica no sistema, razão pela qual, na ocorrência de tais eventos hidrológicamente desfavoráveis, seremos obrigados a arcar com o custo da energia despachado no sistema ao PLD, afetando adversamente nossos resultados.

Por fim, em situações hidrológicas extremamente desfavoráveis em que os níveis pluviométricos não atinjam os montantes necessários à recomposição dos reservatórios ou manutenção da vazão dos rios, o governo poderá decretar um racionamento a todos os geradores e consumidores, reduzindo compulsória e temporariamente nossa Garantia Física. Nesta hipótese, a redução em nossa Garantia Física não nos obriga adquirir energia no mercado spot (o que nos colocaria em exposição ao PLD) uma vez que a demanda será compulsoriamente reduzida na mesma proporção. Ainda assim, a redução mencionada acima afetará adversamente nosso resultado, já que a receita derivada dos nossos CCVEs passará a ser calculada com base na nova Garantia Física.

É importante observar que os níveis de chuva e a vazão dos rios podem ser afetados por uma série de fatores, tais como acúmulo de sedimentos no leito do rio, temperatura do ar, níveis de evaporação, urbanização, bem como as mudanças climáticas associadas ao aquecimento global. Tal risco materializou-se no período compreendido

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, quando o Brasil enfrentou um racionamento de energia elétrica, tendo o Governo Federal, por meio da Câmara de Gestão da Crise Energética – CGE, imposto aos agentes de geração de energia hidrelétrica e aos consumidores finais uma redução compulsória da disponibilidade de energia elétrica. Se houver outra situação de risco sistêmico e escassez generalizada de energia hidrelétrica, o governo poderá impor redução compulsória na Garantia Física dos geradores de energia elétrica, bem como no consumo de energia elétrica pelos consumidores finais, para fins de recomposição dos reservatórios de UHEs e PCHs, que podem reduzir proporcionalmente a quantidade de energia elétrica vendida pelas geradoras, causando um efeito adverso sobre nossos resultados.

Nossas UEEs celebrarão CCVEs que estão sujeitos à redução do montante de energia contratada, o que poderá afetar adversamente nosso resultado. Os novos empreendimentos de energia eólica de Ventos de Santa Eugênia - VSE (Leilão de Energia Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, realizado em 18 de Outubro de 2019, conforme o Edital de Leilão nº 04/2019-ANEEL) e Morro do Cruzeiro - MdC (35º Leilão de Energia Proveniente de Novos empreendimentos de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, realizado em 30 de Setembro de 2021, conforme o Edital de Leilão nº 8/2021-ANEEL) , que estão, respectivamente, em fase final de construção e fase inicial de construção, são regidos pelo Decreto nº5.163, de 30 de julho de 2004 e estão sujeitos aos riscos de não cumprimento do referido decreto.

A pressão de movimentos sociais contrários à construção de grandes empreendimentos no setor elétrico pode sujeitar as empresas do setor elétrico, inclusive nós, a interrupções na implantação e/ou operação desses empreendimentos.

Movimentos sociais organizados, contrários à expansão do setor elétrico por meio do desenvolvimento de grandes empreendimentos, podem levar a interrupções ou atrasos significativos no curso da implantação e/ou operação desses projetos, por meio de reivindicações de reassentamento coletivo e/ou individual, concessão de benefícios, compensações ou indenizações, dentre outros. Movimentos populares tais como o Movimento dos Atingidos por Barragens, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras e movimentos de defesa de populações indígenas ou causas ambientais são ativos no país e, por vezes, invadem e ocupam obras ou usinas em

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

operação. Não podemos garantir que nossas usinas não serão invadidas, ocupadas ou sofrerão reivindicações por movimentos sociais. Qualquer ação nesse sentido por parte de tais movimentos sociais que atinja um de nossos projetos poderá afetar de maneira negativa nossos negócios e resultados.

### h. regulação dos setores em que o emissor atue

Nós atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes renováveis e comercializadas a consumidores livres e consumidores especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios; e
- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal e/ou pelos governos estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

Qualquer alteração na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico brasileiro poderá impor um ônus relevante sobre nossas atividades e causar um efeito adverso sobre nós. Na medida em que não formos capazes de repassar aos clientes os custos decorrentes da edição de novas leis e regulamentos, nossos resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A nossa atividade é regulamentada e supervisionada, principalmente, pelo MME e pela ANEEL. O Governo Federal, por meio do MME, e a ANEEL tem, historicamente, exercido um grau substancial de influência sobre os nossos negócios, inclusive sobre as modalidades, os termos e as condições dos contratos de venda de energia que estamos autorizados a celebrar, bem como sobre os níveis de produção de energia.

Nos últimos anos, o Governo Federal implantou novas políticas para o setor elétrico brasileiro. Essas políticas tiveram como objetivo incentivar investimentos privados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica no Brasil. Nesse sentido, em 15 de março de 2004, foi aprovada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que alterou substancialmente as diretrizes até então vigentes e as regras aplicáveis à venda de energia elétrica no Brasil.

Ademais, reformas na legislação e na regulamentação do setor elétrico brasileiro e seus efeitos sobre nós são difíceis de prever. Por exemplo, há projetos de lei em tramitação no congresso nacional que dispõem sobre a modernização do Setor Elétrico Brasileiro, tentando trazer mais racionalidade e investimentos, mas sempre há a possibilidade de serem incluídos dispositivos que podem impactar negativamente as atividades de G, T, D ou comercialização. Assim, não podemos assegurar que reformulações no arcabouço legal não afetará adversamente nossos resultados operacionais e nossa condição financeira. Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

O nosso setor de atuação é altamente regulado e demanda o cumprimento de uma série de exigências legais e regulamentares, bem como a obtenção de diversas licenças. Qualquer incapacidade de cumprirmos com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, a suspensão e cancelamento de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis a nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como, na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos, levando-nos a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre os nossos negócios e a nossa situação financeira.

O poder concedente possui discricionariedade para determinar os termos e as condições aplicáveis às futuras outorgas de uso de potenciais hidrelétricos e de projetos eólicos, necessários para a realização dos investimentos projetados por nós. Assim, é possível que tenhamos que se sujeitar a aumentos não previstos em nossos custos.

Referidas outorgas concedem o direito de exploração de potenciais hidráulicos ou eólicos por prazo determinado, limitado a 35 anos, bem como estabelecem direitos e obrigações do outorgado, incluindo, mas não se limitando, ao dever de observar os prazos para a execução das obras e implantação da usina e a obtenção das licenças ambientais. Além disso, a autorização estabelece a obrigação do outorgado sujeitar-se à fiscalização da ANEEL, sendo que, para tanto, deve ser paga a chamada taxa de fiscalização, além de outros encargos setoriais aplicáveis. Estamos também sujeitos a regulamentações futuras da ANEEL, do MME e de autoridades ambientais. Há, portanto, certo nível de discricionariedade do poder concedente, que poderá alterar unilateralmente custos de fiscalização, regras para comercialização futura da energia elétrica, incidência de encargos setoriais, bem como despesas relacionadas a temas ambientais, entre outros, que podem impactar adversamente a rentabilidade de nossos negócios.

- i. países estrangeiros onde o emissor atue

Nosso acionista Controlador possui origem na Noruega e variações naquela economia poderão afetar a nossa capacidade de investimento.

## 4.1 Descrição dos fatores de risco

### j. questões sociais

Questões sociais e ambientais são observadas para todo e qualquer decisão de investimento e riscos reais ou efetivos são acessados em diferentes momentos do ciclo do investimento. Durante a fase de desenvolvimento de um projeto (greenfield), a definição do layout, por exemplo de um parque eólico, é realizada por profissionais multidisciplinares para garantir que os possíveis impactos sociais e ambientais sejam mínimos e/ou mitigáveis. Em processos de aquisições, os riscos socioambientais também são fatores decisórios.

### k. questões ambientais

Respondido no item anterior.

### l. questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição

Para fatores de riscos climáticos, particularmente para os ativos de geração de energia hidráulica, são avaliadas situações como potencial de eventos excepcionais e estas avaliações de risco são feitas periodicamente e são importantes para o processo de tomada de decisões corporativas de investimento. Além disso, questões meteorológicas são acompanhadas por um time que avalia os possíveis impactos na geração de receitas, considerando o negócio de energias renováveis.

### m. outras questões não compreendidas nos itens anteriores

Todos os riscos compreendidos foram citados nos itens anteriores

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

### 4. Fatores de risco

4.2. Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos

e. seus fornecedores

Compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossos empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, poderemos sofrer um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

A construção de nossos empreendimentos é feita por meio da contratação de empresas terceirizadas. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderão gerar o não cumprimento de condições declaradas ao poder concedente reduzir temporariamente nossa capacidade de geração e de fornecimento de energia, afetando nossas receitas e nossa imagem, e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso em nossa situação financeira e em nossos resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

A implantação de nossos projetos depende de produtos e serviços altamente especializados, e podemos não conseguir substituí-los prontamente. Depende, em grande parte, do fornecimento de produtos e serviços que contratamos junto a terceiros altamente especializados, tais como serviços de engenharia relacionados à construção de empreendimentos de geração e transmissão de energia elétrica. Impactos adversos sofridos por nossos fornecedores podem afetar de forma determinante a qualidade ou tempo de entrega dos produtos ou serviços contratados e, conseqüentemente, podem levar a um impacto no resultado de nossos projetos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

A implantação de projetos de geração de energia envolve o uso intensivo de mão-de-obra terceirizada, podendo acarretar diversas responsabilidades para nós. A incapacidade ou indisposição desses terceiros em prestar os serviços contratados com a qualidade prevista em contrato, poderá: (i) causar atraso e inadimplemento de nossas obrigações previstas nas autorizações concedidas pela ANEEL, (ii) colocar em risco a preservação das nossas centrais geradoras, (iii) reduzir temporariamente a disponibilidade/capacidade de geração de energia elétrica das nossas usinas, conseqüentemente, sujeitando-nos à menor receita de vendas e ao pagamento de multas e penalidades previstas em nossos contratos de longo prazo de compra e venda de energia elétrica, bem como na regulamentação do setor elétrico, causando um efeito adverso sobre nós.

A implantação de nossos projetos pode ser afetada em caso de paralisações significativas, greves ou redução de carga horária dos prestadores de serviços contratados por nós. Qualquer paralisação significativa ou redução de carga horária poderá afetar o cronograma de implantação de nossos projetos e, conseqüentemente, afetar adversamente nossos negócios e resultados operacionais. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, nossos resultados poderão ser impactados adversamente.

Além disso, caso as empresas terceirizadas que prestam serviços a nossas subsidiárias e a nós não atendam às obrigações trabalhistas, previdenciárias ou fiscais, poderemos ser considerados solidária ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas destas empresas, podendo, ainda, ser autuados e/ou obrigados a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de sermos responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito adverso em nossos resultados. Ainda, não podemos garantir que empregados de empresas contratadas não tentarão reconhecer vínculo empregatício conosco, o que também poderá causar um efeito adverso relevante.

Por fim, a Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que independe de culpa e alcança todos aqueles direta e indiretamente relacionados ao dano. Diante disso, poderemos ser responsabilizados, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um de nossos fornecedores no exercício de atividades relacionadas aos nossos projetos e às nossas atividades – como, por exemplo, no caso de dano ambiental ocasionado

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

em uma obra civil contratada. Caso sejamos condenados à reparação do meio ambiente, e, se tais condenações envolverem valores substanciais, nossas operações e resultados, poderão ser relevante e negativamente impactados.

### f. seus clientes

Nossos empreendimentos possuem CCVEs e Contratos no ACR advindos, dentre outros, das distribuidoras de energia elétrica e Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, podendo causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Nossas receitas dependem do fluxo de pagamentos, por nossas subsidiárias, dos contratos citados acima. Ao término destes contratos, podemos renová-los ou realizar novos, porém poderemos não obter condições favoráveis para a comercialização de nossa energia elétrica. Ainda, caso não possamos celebrar novos contratos de longo prazo, podemos ser obrigados a vender nossa energia no mercado de curto prazo ou no mercado spot nos quais o preço da energia elétrica sofre constantes oscilações. Todos estes eventos podem afetar adversamente nossos resultados operacionais.

### g. setores da economia nos quais o emissor atue

Poderemos ser penalizados pela ANEEL em caso de descumprimento das disposições de nossas autorizações e concessões ou da legislação e regulamentação aplicáveis.

Nossas atividades de geração de energia elétrica são conduzidas de acordo com termos de autorizações e concessões firmados com o poder concedente, alguns dos quais são passíveis de renovação mediante nossa solicitação e a critério do poder concedente, dentro dos limites fixados na legislação aplicável. Com base nas disposições de nossos contratos de concessão, de nossos termos de autorizações e na legislação e regulamentação aplicáveis, em caso de descumprimento de qualquer disposição de referidos contratos de concessão e termos de autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive no que se refere a atrasos no cronograma de implantação e na entrada em operação comercial, a ANEEL poderá

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

impor penalidades que, dependendo da gravidade do descumprimento, tal como disposto na Resolução ANEEL n.º 846, de 18 de junho de 2019, poderão incluir:

- advertências;
- multas;
- interdição das instalações;
- embargos de obras;
- restrições à operação de instalações e equipamentos existentes;
- suspensão temporária de participação em licitações para obtenção de novas concessões, permissões ou autorizações, bem como impedimento de contratar com a ANEEL e de receber autorização para serviços e instalações de energia elétrica;
- revogação da autorização;
- intervenção administrativa; ou
- caducidade da concessão ou da permissão.

Nos termos da Resolução supramencionada, a ANEEL poderá impor penalidades por descumprimento de qualquer disposição de nossos contratos de concessão e autorizações ou da legislação e regulamentação aplicáveis. Conforme a gravidade do inadimplemento, tais penalidades podem incluir multas por infração de até 2,0% do valor anual estimado da receita operacional líquida com vendas de energia elétrica do autorizado ou concessionário que tenha cometido a infração. A ANEEL pode, ainda, sem prejuízo das penalidades descritas acima, intervir temporariamente nas concessões ou permissões outorgadas para assegurar a adequada exploração dos serviços de energia elétrica e o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis.

Qualquer das penalidades relacionadas acima poderá ter um efeito relevante e negativo na condução de nossos negócios e em nossos resultados operacionais. Todos estes fatores poderão afetar nosso plano de investimento e nossos resultados.

- h. regulação dos setores em que o emissor atue

## 4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Nós atuamos em um ambiente altamente regulado e poderemos ser afetados adversamente por medidas governamentais.

A implantação da nossa estratégia de crescimento e a condução de nossas atividades podem ser afetadas de forma adversa por ações governamentais, dentre as quais podem ser citadas:

- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de autorizações para exploração de potenciais hidrelétricos, eólicos, de biomassa e de outras fontes renováveis;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para concessão de licenças ambientais por parte do Governo Federal ou dos governos estaduais, conforme o caso;
- descontinuidade e/ou mudanças nos critérios para aquisição de energia elétrica no ACR ou no ACL, entre outras alterações de natureza regulatória;
- descontinuidade ou redução no desconto de 50% nas tarifas de transmissão e distribuição de energia gerada por fontes renováveis e comercializadas a consumidores livres e consumidores especiais;
- alteração das normas aplicáveis aos nossos negócios; e
- alterações das regras ambientais, trabalhistas e tributárias.

Adicionalmente, não podemos assegurar as ações que serão tomadas pelo Governo Federal e/ou pelos governos estaduais no futuro com relação ao desenvolvimento do sistema elétrico brasileiro, e em que medida tais ações poderão nos afetar adversamente.

### j. questões sociais

Questões sociais e ambientais são observadas para todo e qualquer decisão de investimento e riscos reais ou efetivos são acessados em diferentes momentos do ciclo do investimento. Durante a fase de desenvolvimento de um projeto (greenfield), a definição do layout, por exemplo de um parque eólico, é realizada por profissionais multidisciplinares para garantir que os possíveis impactos sociais e ambientais sejam mínimos e/ou mitigáveis. Em processos de aquisições, os riscos socioambientais também são fatores decisórios.

## 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

### 4. Fatores de risco

- 4.3. Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

Além dos riscos indicados no item 4.1 deste Formulário de Referência, a Companhia também está exposta a outros riscos de mercado, inerentes ao curso normal das operações as quais a Companhia está inserida, sejam eles: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco de liquidez;

#### **Riscos de Taxa de Juros**

Considerando que o Grupo não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia não são, substancialmente, afetados pelas mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco associado é oriundo apenas da possibilidade de o Grupo incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que venham aumentar as despesas financeiras relativas às debêntures e financiamentos emitidos pelo Grupo indexadas à CDI e ao IPCA. Substancialmente, os demais passivos do Grupo não apresentam riscos de taxas de juros que possam afetar de forma relevante o fluxo de caixa, pois os mesmos estão expostos à juros pré-fixados.

#### **Riscos de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco de o Grupo não vir a dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas periodicamente pela área de Tesouraria.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros (não derivativos) do Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados.

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

	Controladora	Consolidado			
	Menos de um ano	Menos de um ano	Entre um e três anos	Entre três e cinco anos	Mais de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2022:					
Fornecedores nacionais	10.916	71.147	-	-	-
Financiamentos	184.165	184.165	226.458	66.493	871.899
Partes relacionadas	71.228	70.478	-	-	-
Arrendamentos	3.231	4.432	7.904	2.017	14.620
Concessões a pagar	14.509	14.509	46.729	48.972	204.893
Dividendos a pagar	11.296	11.296	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	404.167
Em 31 de dezembro de 2021:					
Fornecedores nacionais	11.612	32.787	-	-	-
Financiamentos	227.765	244.953	287.196	73.196	365.629
Partes relacionadas	60.448	61.409	-	-	-
Concessões a pagar	14.605	14.605	27.574	38.645	30.067
Dividendos a pagar	8.722	8.722	-	-	-
Provisão para remoção de imobilizado	-	-	-	-	65.937

#### Análise de Sensibilidade

A seguir, quadro ilustrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os efeitos sobre as variações monetárias, bem como sobre as despesas financeiras apuradas sobre o cenário projetado para 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, caso tais variações nos componentes dos riscos identificados ocorressem.

Simplificações financeiras foram efetuadas no isolamento da variabilidade do fator de risco em análise. Como consequência, as estimativas apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser apurados nas próximas informações financeiras intermediárias. O uso de diferentes hipóteses e/ou metodologias pode gerar um efeito material sobre as estimativas apresentadas a seguir.

#### Metodologia utilizada

### 4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

A partir dos saldos dos valores expostos, conforme demonstrado na tabela a seguir e assumindo que os mesmos se mantenham constantes, apurou-se o diferencial de juros para cada um dos cenários projetados.

Na avaliação dos valores expostos ao risco de taxa de juros, consideramos apenas os riscos para as informações financeiras, ou seja, foram isolados e excluídos os fatores de juros prefixados por não apresentarem riscos às informações financeiras intermediárias por conta de variações nos cenários econômicos.

O cenário provável está baseado nas expectativas da Companhia, que por sua vez estão em linha com as projeções demonstradas no relatório Focus, na data de 23 de janeiro de 2023, para cada uma das variáveis indicadas. Adicionalmente, as variações positivas e negativas de 25% e 50% foram aplicadas sobre as taxas projetadas para 31 de dezembro de 2022.

#### Fator de risco para mudança na taxa de juros (consolidado)

	Fator de risco	Valores expostos em 2022	Valores expostos em 2021	-50%	-25%	Cenário provável	25%	50%
Aplicações financeiras	CDI	583.780	185.584	40.135	60.202	80.270	100.337	120.405
Aplicações financeiras restritas	CDI	88.197	14.842	6.064	9.095	12.127	15.159	18.191
Empréstimos e financiamentos	CDI	(76.456)	(152.598)	(5.256)	(7.885)	(10.513)	(13.141)	(15.769)
Empréstimos e financiamentos	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Impacto líquido	CDI	595.521	47.828	40.942	61.413	81.884	102.355	122.826
Impacto líquido	IPCA	(1.011.850)	(412.161)	(29.294)	(43.940)	(58.587)	(73.234)	(87.881)
Taxas consideradas - % ao ano	CDI	13,75%	9,30%	6,88%	10,31%	13,75%	17,19%	20,63%
Taxas consideradas - % ao ano	IPCA	5,79%	10,46%	2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%

## 4.4 Processos não sigilosos relevantes

### 4. Fatores de risco

4.4. Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

- a. juízo
- b. instância
- c. data de instauração
- d. partes no processo
- e. valores, bens ou direitos envolvidos
- f. principais fatos
- g. resumo das decisões de mérito proferidas
- h. estágio do processo
- i. se a chance de perda é:
  - i. provável
  - ii. possível
  - iii. remota
- j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante
- k. análise do impacto em caso de perda do processo

**4.4 Processos não sigilosos relevantes****Processos Cíveis***Demandas Judiciais Cíveis Relevantes*

<b>Processo: 0000893-46.2014.8.24.0037</b>	
a. juízo	2ª Vara Cível da Comarca de Joaçaba, Estado de Santa Catarina
b. instância	Ação Civil Pública, em trâmite na 1ª instância (2ª Vara Cível de Joaçaba/SC)
c. data de instauração	05.06.2007
d. partes no processo	Autora: Ministério Público Federal Ré: Statkraft Energias Renováveis S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.325.597.856,80 (montante histórico em 07/2007)
f.principais fatos	O MPF aduz fraude na obtenção das Licenças Ambientais de Instalação (LAIs) das Usinas de Energia Eólica (UEEs) do Parque de Água Doce. A alegação do MPF é baseada na emissão das licenças em data retroativa, como alternativa de burlar a legislação, sustentando que a ilegalidade estaria causando prejuízos ao erário. A suposta fraude foi cometida anteriormente ao ingresso da DESENVIX, atualmente Statkraft Energias Renováveis S.A., no consórcio detentor dos projetos eólicos. Ademais, antes do ajuizamento da ação, a DESENVIX já havia alienado sua participação à terceiro. Em dezembro de 2012 foi dado provimento a recurso especial interposto pela co- ré Santa Cruz Energia, reconhecendo a incompetência da Justiça Federal para julgar a lide. Os autos foram remetidos ao Juízo de Direito da Comarca de Joaçaba/SC. O processo se encontra em fase instrutória para que na sequencia seja proferida sentença.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Processo no aguardo de sentença.
h. estágio do processo	Instrução probatória - aguardando sentença
i. chance de perda:	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão da alienação citada no item "f" acima, destaca-se que a companhia não é parte do empreendimento. No pior cenário. eventual procedência da ação e condenação da Statkraft importará no pagamento de indenização (valor pleiteado de todas as rés é muito relevante), além do risco de sofrer restrição para contratar com a Administração Pública.

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

k. impacto em caso de perda	Ilíquido (não é possível estimar o risco financeiro para a Companhia neste momento processual).
-----------------------------	---

<b>Processo: 0033834-52.2016.4.01.3400</b>	
a. juízo	1ª Vara Federal da Seção judiciária do Distrito Federal
b. instância	Ação Civil Pública em trâmite na 1ª instância.
c. data de instauração	06.06.2016
d. partes no processo	Autora: Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funcef (ANIPA). Ré: 21 réus, dentre as quais a Statkraft Energias Renováveis S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 8.200.000.000,00 (valor dado a causa sem delimitação de responsabilidade de cada réu).
f. principais fatos	<p>A ANIPA ajuizou esta ação civil pública (“ACP”) alegando, em síntese, ser uma associação de beneficiários da entidade fechada de previdência complementar (“FUNCEF”) patrocinada pela Caixa Econômica Federal (“CEF”) e que existiriam irregularidade e indícios de gestão temerária dos recursos da FUNCEF pela própria entidade e pela CEF, dentre as quais possíveis operações e investimentos em desrespeito aos padrões legais e negociais, causando danos à situação financeira do fundo ao longo dos anos.</p> <p>Por tal razão houve desequilíbrio entre benefícios devidos pela FUNCEF e os recursos garantidores de seu pagamento, o que a teria motivado a cobrar contribuições extraordinárias de seus participantes com o objetivo de reequilibrar seu déficit. Diante do risco de cobrança de seus associados para que paguem contribuições extraordinárias para compensar o déficit da FUNCEF, a ANIPA ajuizou a ACP com o objetivo de (i) interromper o plano de equacionamento de déficits da FUNCEF, impedindo qualquer cobrança de seus integrantes; (ii) declarar a responsabilidade da FUNCEF, seus administradores, Caixa, empresas que receberam investimentos da FUNCEF e fundos de investimentos que contam com a participação da FUNCEF; e (iii) condenar solidariamente os Réus a indenizá-la pelos danos causados. Em 20/06/2017 foi protocolada a contestação da</p>

**4.4 Processos não sigilosos relevantes**

	Statkraft, restando ainda pendente a citação e apresentação de contestação por alguns dos réus.
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Sem nenhuma decisão de mérito proferida.
h. estágio do processo	Incial. Aguardando a citação de alguns réus (Statkraft já contestou a ação).
i. chance de perda:	Possível
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Em razão do expressivo valor envolvido, em que pese a não delimitação de responsabilidade de cada réu e inexistência de solidariedade.
k. impacto em caso de perda do processo	Ilíquido (inexiste por ora segregação do valor pleiteado por parte demandada).

## 4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

### 4. Fatores de risco

- 4.5. Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

Por ora inexistente provisionamento, pois em ambos os casos citados no item 4.4 não há segregação de responsabilidade por réu, tampouco foi concluída a instrução probatória (ações ainda em estágio inicial).

## 4.6 Processos sigilosos relevantes

### 4. Fatores de risco

- 4.6. Em relação aos processos sigilosos relevantes em que o emissor ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

O único processo sigiloso não relacionado acima, trata-se de procedimento arbitral onde a Companhia consta no polo ativo. Assim, qualquer decisão trará impacto econômico-financeiro exclusivamente positivo ou neutro à Companhia.

## 4.7 Outras contingências relevantes

### 4. Fatores de risco

#### 4.7. Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Todos os processos com valores relevantes foram devidamente arrolados no item 4.4 acima. Na esfera cível, em 31 de dezembro de 2022 a Statkraft era ré em 87 ações repetitivas/conexas relacionadas à cheias ocorridas no Espírito Santo em janeiro de 2020, propostas por moradores de regiões próximas às Usinas operadas pela Companhia, nas quais buscam indenização por um suposto impacto da operação no agravamento das enchentes. Considerando que os fatos ocorridos são claramente eventos de força maior causados por tempestade subtropical reconhecida pelo Estado e Municípios, e ainda, que há provas robustas quanto a adequada operação da usina, não são provisionados valores em relação a estas.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.1. Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

- a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Após a troca de controle acionário ocorrida em julho de 2015, a Statkraft Energias Renováveis passou a aplicar as práticas de Gestão de Riscos, de acordo com o modelo de gestão “The Statkraft Way”.

- b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:
  - i. os riscos para os quais se busca proteção
  - ii. os instrumentos utilizados para proteção
  - iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

### Gerenciamento de Riscos

A Statkraft está exposta a riscos operacionais e de Mercado ao longo de toda sua cadeia de valor. Os riscos mais importantes são aqueles relacionados às operações de mercado, gestão financeira e execução de projetos.

### Gestão de risco corporativo – processo integrado

A estratégia de crescimento global da Statkraft e a sua crescente internacionalização, juntamente a as mudanças no setor de energia fazem com que seja necessária uma forte gestão de risco sobre o portfólio de investimento. A Statkraft possui um Comitê de Investimentos central para aumentar o manuseio do risco em relação aos investimentos individuais e ao portfólio de projetos. A Gestão de Riscos é uma parte

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

integrada ao sistema de Governança da Statkraft, baseada em um sistema de monitoramento de riscos em cada unidade de negócios da Companhia. A análise de risco e o perfil corporativo de risco são concluídos pelo grupo de gestão, reportado ao Conselho de Administração da Statkraft no mundo.

### Riscos financeiros

O departamento central de tesouraria coordena e gerencia os riscos financeiros associados à moeda estrangeira, taxas de juros e liquidez, incluindo refinanciamentos e novos empréstimos. A Statkraft está exposta a riscos de taxas através dos seus financiamentos externos. O Grupo está exposto ao risco de moeda através:

- Integração entre os mercados nórdicos e continentais;
- Comercialização de energia do grupo em Euros
- Financiamentos
- Outros fluxos de caixa relacionados a subsidiárias e Companhias associadas.

Os riscos de moeda e juros são regulados por mandatos. O risco de liquidez na Statkraft está relacionado ao desvio entre o perfil de maturidade dos financiamentos e os fluxos de caixa gerados pelos ativos. O risco de liquidez é tratado com boas fontes de empréstimos, linhas de créditos e requerimentos mínimos para os caixas e equivalentes de caixa do grupo.

A Statkraft está exposta ao risco de crédito e da contraparte nas operações de comercialização de energia. A avaliação de crédito de todas as contrapartes antes da assinatura de contratos é uma maneira de se lidar com este risco.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Riscos operacionais

Todos os processos ao longo da cadeia estão expostos a riscos operacionais. Os maiores riscos operacionais estão relacionados aos nossos investimentos e às atividades operacionais. Como resultado pode-se ter:

- Lesões aos empregados da Statkraft, contratados e terceiros;
- Danos ao meio ambiente;
- Danos ou perdas relacionados às nossas plantas e outros ativos;
- Danos à reputação;
- Perdas financeiras.

A primeira prioridade da Statkraft é desenvolver e executar atividades e operações de maneira responsável. A gestão do risco é um dos primeiros estágios de um desenvolvimento de um projeto de investimento, devendo este ser ajustado para que seja um importante fator de sucesso. A Statkraft possui seguro para todos os riscos os riscos operacionais significativos.

A Statkraft gerencia o risco operacional através de procedimentos detalhados para as atividades nas unidades operacionais e possui diversos planos de contingência. Além disso, a Statkraft possui um sistema para registrar e reportar condições perigosas, incidentes indesejados e danos e lesões. Todos os casos são analisados continuamente para prevenir e limitar quaisquer consequências e para assegurar que podemos monitorar e implementar as medidas necessárias. Todos os projetos da Statkraft possuem uma sistemática avaliação de risco, que ocorre para cada projeto:

- Tendo alocado um reserva de projeto para maiores investimentos;
- Implementando monitoramento e reportando fatores importantes para a implementação do projeto;
- Avaliando e planejando ações de mitigação dos riscos do projeto.

## **5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado**

Os aspectos mais críticos estão conectados com o desenvolvimento das atividades internacionais da Statkraft. A maior atenção é relacionada ao desenvolvimento de sistemas de aprendizado, assegurando aderência aos procedimentos de gestão de risco que evitem atrasos, custos desnecessários e incidentes indesejados.

Estimativas de possíveis consequências financeiras de todo o risco operacional, bem como riscos significativos individuais centrais, estão incluídos no relatório de riscos a nível do grupo.

### **Mudanças no meio ambiente**

Mudanças climáticas, desenvolvimento tecnológico e mudança no comportamento do consumidor são importantes para todos os riscos mencionados acima e são importantes direcionadores para as mudanças na estrutura e decisões políticas. O aumento nas incertezas no mercado de energia representa ameaças e oportunidades. Para explorar essas oportunidades a Statkraft se esforça para adaptar-se às mudanças no ambiente, desenvolvendo líderes habilidosos, tendo suficiente flexibilidade e adaptabilidade em nosso modelo de negócios e processo decisório, monitorando continuamente o desenvolvimento tecnológico e identificando potenciais ameaças e oportunidades para nossos negócios.

### **Estrutura operacional e controles internos para gerenciamento de riscos**

Como desdobramento da política acima descrita, gerenciamos constantemente os riscos a que estamos expostos. Sempre que identificarmos uma situação de risco que afete de maneira relevante nosso negócio, analisaremos as possíveis soluções para mitigação deste risco. A Companhia trabalha com orçamento anual aprovado pelo Conselho de Administração. Durante o exercício social, o orçamento operacional serve de parâmetro de medição da eficiência de nossas operações e investimentos. Também durante o exercício social utilizamos de projeções ou forecast, para obtermos um resultado mais próximo do real, caso haja algum desvio orçamentário.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### **Participamos de diversas associações de mercado:**

- APINE – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica;
- ABRAGEL – Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa;
- ABEEOLICA – Associação Brasileira de Energia Eólica;
- ABSolar – Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

### Riscos de Mercado

A Statkraft está sujeita a significativos riscos de Mercado em relação à geração e comercialização de energia. As receitas de geração de energia estão expostas aos riscos de volume e preço:

- Ambos os fatores (preço e volume) são impactados por questões climáticas e pluviiais, enquanto o preço depende da produção, consumo e condições de transmissão do mercado;
- Os preços da energia gerada pela companhia (hidráulica e eólica) são também impactados pela geração de outras fontes de energia;

A Statkraft gerencia o risco no mercado de energia se utilizando da comercialização de energia física e instrumentos financeiros em múltiplos mercados. A crescente integração dos mercados de energia tem impactado significativamente os modelos de negócio e gestão de risco. Em consequência, a Statkraft coloca ênfase na inter-relação desses vários mercados. As estratégias de hedge são reguladas por limites nas posições de volume valor, bem como por critérios de avaliação de novos contratos em relação às receitas esperadas e a redução de risco. O portfólio é constantemente ajustado em relação a nossa percepção atual dos preços futuros e a capacidade de produção da Companhia. As operações de hedge têm pelo menos três propósitos principais em termos de gestão de carteiras:

- (i) garantir um retorno mínimo desses ativos, capturando a receita adicional do benefício “Incentivada”; e
- (ii) mitigar os riscos relacionados a movimentos de preços, protegendo no mercado livre riscos residuais dos clientes, como risco de submercado, tipo de energia e perfil de consumo dos clientes

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

(iii) gerenciar atrasos de COD dos novos ativos, absorvendo o atraso ajustando os PPAs com os SPVs e atuando como interface com o mercado para recompra de energia.

A entidade comercial SKER COM não atua como empresa comercial e não assumirá exposições adicionais no mercado. Esta entidade foi criada para facilitar e otimizar a gestão de risco dos ativos e seguirá os mandatos M para a carteira de ativos – apenas para fins de hedge. As atividades da Statkraft na comercialização de energia e outros serviços consiste em (i) comercializar produtos padronizados e (ii) produtos adaptados individualmente para clientes. Os novos produtos e serviços possuem tipicamente uma vida curta quando comparados a outras atividades, sendo que a rentabilidade é reduzida como consequência da competitividade com outros concorrentes ou restrições regulatórias. O gerenciamento dos riscos dá-se através de mandatos que cobrem matéria-prima, áreas geográficas e duração. A função independente de gestão de risco garante objetividade na avaliação e tratamento dos riscos.

As atividades de venda estão expostas a níveis de incerteza sobre os preços de vendas aos clientes, como ao preço de compra. A Statkraft limita a exposição líquida garantindo simetria entre compras e vendas no mercado de energia, bem como usando instrumentos financeiros.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

- 5.2. Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:
- a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las
  - b. as estruturas organizacionais envolvidas
  - c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

Após a troca de controle acionário ocorrida em julho de 2015, a Statkraft Energias Renováveis passou a aplicar as práticas de Controles Internos sobre Demonstrações Financeiras do Grupo Statkraft. As práticas de controles internas buscam assegurar demonstrações confiáveis nos nossos reportes mensais, trimestrais e anuais. Estas práticas de controles internos são baseadas no “COSO” (ferramenta de gerenciamento de riscos) publicado em 2013.

Nosso sistema de gestão, “The Statkraft Way”, garante um bom ambiente de controle e contribui para o atingimento dos objetivos e intenções do grupo. Um sólido sistema de gestão, combinado com um forte ambiente de controles, é o fundamento para os trabalhos relacionados a Controles Internos sobre Demonstrações Financeiras.

### **Controles Internos sobre Demonstrações Financeiras (ICFR)**

O ICFR deverá garantir informações rápidas e confiáveis. Todas as subsidiárias do grupo Statkraft são requeridas a estar em conformidade com os requerimentos do ICFR. A Administração assume a função de garantir o funcionamento de um bom sistema de controles internos. Os principais elementos do processo de ICFR são (i) avaliação de risco, (ii) avaliação do design dos controles, (iii) execução e monitoramento contínuo, (iv) autoavaliação e (v) reporte dos controles.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### **Avaliação de risco**

O grupo responsável por ICFR realiza uma avaliação anual do risco de que haja inconsistência nas demonstrações financeiras. O resultado desta avaliação de risco é documentado em um mapa, apresentando a probabilidade de que o risco ocorra e a consequência deste erro, caso ocorra, nas demonstrações financeiras. Este mapa de risco é apresentado ao Comitê de Auditoria da Controladora (Noruega).

### **Avaliação do design dos controles**

Uma vez identificados os processos de negócio e suporte necessários para administrar os riscos identificados na etapa anterior, este trabalho tem por objetivo verificar se possuímos controles apropriados implementados, de modo a mitigar suficientemente os riscos. Para os controles identificados, descrevemos como estes devem ser realizados, documentados e revisados. Ainda, descrevemos quem são os responsáveis por implementá-los. Todas as descrições dos controles ficam disponíveis em um portal para todos os empregados da Companhia.

### **Execução e monitoramento contínuo**

Para cada controle, definimos com que frequência estes devem ser executados e quem é responsável por executá-los e revisá-los. Os controles devem ser executados mensalmente, trimestralmente ou anualmente, sendo os gerentes responsáveis por garantir a adequação das execuções aos requerimentos dos controles.

### **Autoavaliação e revisão**

Mensalmente, com base em uma amostra, o departamento responsável pelos controles internos (Statkraft Holding) revisa a aderência das execuções em relação aos requerimentos de controles internos. O resultado desta revisão é reportado à administração. Anualmente os gerentes devem executar uma autoavaliação sobre como os controles estão sendo executados e documentados ao longo do exercício fiscal. O resultado desta autoavaliação é apresentado ao Comitê de Auditoria do grupo.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### Reporte

Os resultados globais dos controles internos são reportados ao Comitê de Auditoria do grupo duas vezes ao ano. O mapa de avaliação de risco é apresentado ao comitê em agosto, sendo a autoavaliação em março. Se alguma violação material ocorre, a qualquer tempo, esta é levada ao Comitê de Auditoria.

A Companhia possui uma Vice-presidência responsável pela gestão do sistema de controles internos, bem como por assistir à administração no monitoramento da aderência aos requerimentos de Controles Internos. Importante mencionar que, no ano de 2015, os profissionais envolvidos na execução e revisão dos controles internos no Brasil receberam treinamento presencial sobre o assunto, estando a administração local apta e aderente ao sistema de controles da Companhia.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores independentes emitiram “Relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborados em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022”, no qual informam aos nossos diretores que foi efetuado estudo e avaliação dos sistemas contábil e de controles internos com o exclusivo propósito de estabelecer a natureza, a oportunidade e a extensão necessárias para a aplicação dos procedimentos de auditoria para fins de emitir opinião sobre as demonstrações financeiras nessa data e não para fins de expressar uma opinião ou conclusão sobre os nossos sistemas contábil e de controles internos.

Como resultado desse estudo e avaliação foram feitas sugestões de aprimoramento dos controles internos pelos auditores independentes sendo 05 recomendações classificadas como outras deficiências.

Outras deficiências são aquelas que não são deficiências significativas, mas que são de importância suficiente para merecer a atenção da administração.

## 5.2 Descrição dos controles internos

- b. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

As cinco deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente foram enviadas aos gerentes responsáveis por cada área relacionada ao relatório para sua ciência e elaboração de plano de ação em prol de sanar estas deficiências.

## 5.3 Programa de integridade

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

5.3. Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Statkraft possui implementado um Programa de Compliance que traz em sua essência a cultura da integridade e a valorização da ética nos negócios e está fundamentado nas melhores práticas e normas internacionais, estabelecido nos seguintes princípios:

**Risk assessment:** avaliação de riscos, garantindo que estarão devidamente endereçados e mitigados;

**Due diligence:** rotina de avaliação de parceiros de negócios quanto a riscos de compliance, fornecendo previamente recomendações necessárias para a adequada tomada de decisão; Procedimentos e controles; implementação de políticas claras e formalizadas, além de controles estabelecidos;

**Monitoramento e revisão:** contínuo monitoramento e revisão de procedimentos e riscos, visando garantir a conformidade e integridade de operações e atividades;

**Tone from the top:** líder como exemplo, responsável por também disseminar a cultura de ética e integridade na Statkraft;

### 5.3 Programa de integridade

**Treinamento e comunicação:** contínuos treinamentos, comunicações e campanhas, fortalecendo a cultura de conformidade e o conhecimento de todos sobre os temas e diretrizes de compliance.

A Statkraft possui, a nível global e local o Código de Conduta. O Código de Conduta da Statkraft (o Código) constitui o compromisso fundamental de colaboradores agirem de maneira sustentável, ética e socialmente responsável e de estarem em conformidade com todas as exigências legais aplicáveis onde quer que seja a operação da empresa.

O Código se aplica a todas as empresas do Grupo Statkraft e a todos os indivíduos que trabalham para a Statkraft, independentemente do cargo, função ou localidade. Isso inclui colaboradores de todos os níveis, membros do conselho, pessoal terceirizado, consultores e outros que atuem em nome ou representem a Statkraft.

Além disso, a Statkraft conta com um Guia de Ética nos Negócios, segmentado em 8 regras: anticorrupção; presentes e hospitalidades; entidades e funcionários públicos e outras partes interessada; conflito de interesses e concorrência leal; parceiro comercial e due diligence de integridade; fraude; confidencialidade e manuseio das informações; e, orientações e denúncias. Todos os colaboradores Statkraft tem a responsabilidade individual de conhecer e aderir a essas diretrizes.

No tocante às leis aplicáveis, a Statkraft faz negócios globalmente. Como entidade norueguesa, a Statkraft está em conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis à Noruega, bem como com as leis e regulamentos aplicáveis aos países onde operamos. Essa é também nossa política para aturar de acordo com as convenções e diretrizes internacionais relevantes definidas por organismos internacionais, inclusive pelas Nações Unidas e Pela Organização para a Cooperação Econômica Europeia. Onde existir diferenças entre as leis e regulamentos aplicáveis e os documentos que regem a Statkraft, seguimos a norma que definir o mais alto padrão de comportamento.

Os procedimentos de avaliação de riscos e políticas relacionadas à integridade estão relatados no item 5.2 deste Formulário de Referência.

### 5.3 Programa de integridade

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

A Statkraft entende que todos os colaboradores são responsáveis pelo bom funcionamento dos mecanismos relacionados à ética e integridade. Todos os funcionários possuem responsabilidade pessoal e devem assegurar que estão familiarizados com as suas obrigações e realizem seus trabalhos de acordo com as exigências estabelecidas pelo Código e pelas leis e regulamentos aplicáveis. Caso não haja certeza do significado de alguma parte do Código ou alguém seja confrontado com algum dilema ético, deve-se buscar aconselhamento com os gestores ou com a área de Compliance.

Os gestores, por sua vez, devem assegurar que as atividades em sua área de responsabilidade sejam realizadas de acordo com as exigências aplicáveis e ao Código. Os gestores são responsáveis pela sua própria conduta do negócio, bem como pela conduta de sua equipe.

A Statkraft conta com uma área de Compliance Corporativa, responsável pelas atividades da América Latina, sendo uma unidade que é independente das áreas de negócio e seu reporte se dá para Diretoria de Compliance Global. No Brasil, a Statkraft ainda conta com uma área de Compliance Brasil, ambas atuam para garantir a implementação e operacionalização do Programa de Integridade localmente.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

(1) se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

### 5.3 Programa de integridade

(2) as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas

(3) órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Código de Conduta é aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo e é aplicável a todos os colaboradores, independentemente do local que atuam, cargo ou função, incluindo a alta administração da empresa. Os colaboradores recebem, no mínimo, treinamento anual a respeito do código, e todo novo colaborador toma conhecimento deste quando inicia o relacionamento com a Companhia, através de integrações.

Todos os colaboradores da Statkraft, incluindo diretores e conselheiros são informados das diretrizes do Código de Conduta da Statkraft, confirmando formalmente a ciência e a adesão aos dispostos nele contidos.

A não conformidade com o Código de Conduta da Statkraft é vista como uma questão grave que pode levar a ação disciplinar ou demissão, e pode ser relatada às autoridades relevantes. Tal previsão está disposta no Código de Conduta a que se refere este item do Formulário de Referência.

Além do Código de Conduta para colaboradores, a Statkraft conta com um Código de Conduta para Fornecedores e é requerido que os parceiros comerciais adiram às normas e que estejam em conformidade com as exigências éticas da Statkraft.

Na hipótese de violações, a Statkraft possui uma Política interna que versa sobre Medidas Disciplinares e conta também com um Comitê de Ética e Integridade que é responsável, entre outras atribuições, pela deliberação da aplicação das sanções.

O Código de Conduta para Colaboradores e o Código de Conduta para Fornecedores está disponível no site da Companhia, através do link: <https://www.statkraft.com.br/etica-e-compliance/>

### 5.3 Programa de integridade

- b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:
  - i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
  - ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
  - iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé
  - iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

A Statkraft possui canal de denúncias que deve ser utilizado para reportar possíveis ações ilegais, ou suspeitas de ações ilegais e violações ao Código de Conduta da Statkraft. Exemplos de violações incluem, entre outros: fraude e corrupção, assédio e discriminação e violações de leis ambientais e de direitos humanos.

O canal de denúncias da Statkraft está disponível para internos e externos. Os colaboradores têm o direito e a responsabilidade de reportar suspeitas ou o conhecimento de uma irregularidade. Partes externas, incluindo comunidade e colaboradores de empresas parceiras, também são encorajadas a relatar preocupações através do canal de denúncias.

Denúncias podem ser feitas para o Canal de Denúncias (Whistleblower Channel), um canal independente da Statkraft, gerenciado pela Auditoria Corporativa (CA). O Canal de denúncias oferece a possibilidade do reporte ser realizado de forma anônima e o denunciante é quem decide quais informações devem ser fornecidas, não há exigência de que o denunciante possa provar o evento, ato ou omissão.

O canal está disponível nos websites:

[www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br)

<https://statkraft.whistleblowernetwork.net/frontpage>

Todos os relatos são tratados como informação confidencial. A Statkraft não utiliza quaisquer medidas retaliatórias contra alguém por levantar ou ajudar a tratar de um assunto genuíno de integridade empresarial.

### 5.3 Programa de integridade

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não tivemos nenhum desvio, fraude, irregularidade ou atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas nos últimos 3 exercícios da companhia.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não Aplicável

## 5.4 Alterações significativas

### 5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos

- 5.4. Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos de mercado, bem como no monitoramento de riscos por nós adotado.

## **5.5 Outras informações relevantes**

### **5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos**

#### 5.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram apresentadas nos itens acima.

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Statkraft Investimentos Ltda</b>						
16.660.530/0001-04	Brasil	Sim	Sim	11/03/2022		
Não						
454.331.401	100,000	0	0,000	454.331.401	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
454.331.401	100,000	0	0,000	454.331.401	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Statkraft Investimentos Ltda				16.660.530/0001-04	
Statkraft Brasil AS					
	Norueguesa	Não	Não	18/06/2014	
Não					
829.291.061	100,000	0	0,000	829.291.061	100,000
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social	
TOTAL	0	0.000			
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
829.291.061	100,000	0	0,000	829.291.061	100,000

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Statkraft Brasil AS</b>						
<b>Statkraft IH Invest AS</b>						
	Norueguesa	Não	Não	06/06/2014		
Não						
18.381.180	100,000	0	0,000	18.381.180	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
18.381.180	100,000	0	0,000	18.381.180	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Statkraft IH Invest AS</b>						
<b>Statkraft AS</b>						
	Norueguesa	Não	Sim	27/09/2017		
Não						
62.707.708	100,000	0	0,000	62.707.708	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
62.707.708	100,000	0	0,000	62.707.708	100,000	

## 6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
<b>Statkraft AS</b>						
<b>Reino da Noruega</b>						
	Norueguesa	Não	Sim	06/06/2014		
Não						
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>TOTAL</b>						
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000	

**6.1/2 Posição acionária**

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário	Tipo de pessoa	CPF/CNPJ			
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Reino da Noruega						
<b>AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:</b>						
0	0,000	0	0,000	0	0,000	
<b>OUTROS</b>						
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000	
<b>TOTAL</b>						
100.000	100,000	0	0,000	100.000	100,000	

### 6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	12/09/2023
Quantidade acionistas pessoa física	0
Quantidade acionistas pessoa jurídica	1
Quantidade investidores institucionais	0

#### Ações em Circulação

*Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria*

Quantidade ordinárias	0	0,000%
Quantidade preferenciais	0	0,000%
Total	0	0,000%

## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
CERAN – Cia Energética Rio das Antas	04.237.975/0001-99	5
Dona Francisca Energética S.A.	02.832.860/0001-17	2,12
Energen Energias Renováveis S.A	08.207.876/0001-15	99,99
Esmeralda S.A.	07.264.588/0001-30	100
Macaúbas Energética S.A.	09.194.393/0001-96	100
Moinho S.A.	09.196.223/0001-40	100
Monel Monjolinho Energética S.A.	04.834.395/0001-89	100
Morro do Cruzeiro I SA	42.615.130/0001-89	100
Morro do Cruzeiro II SA	42.625.774/0001-58	100
Novo Horizonte Energética S.A.	09.214.349/0001-09	100
Oslo I SA	35.637.424/0001-46	100
Oslo II SA	35.637.246/0001-53	100
Oslo III SA	35.636.507/0001-10	100
Oslo IV SA	35.636.502/0001-98	100
Oslo IX SA	35.654.189/0001-10	100
Oslo V SA	35.636.427/0001-65	100
Oslo VI SA	35.636.424/0001-21	100
Oslo VII SA	35.637.148/0001-16	100
Oslo VIII SA	35.639.141/0001-33	100
Oslo X SA	35.654.188/0001-76	100
Oslo XI SA	42.615.131/0001-23	100

## 6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
Oslo XII SA	42.618.737/0001-12	100
Oslo XIII SA	42.618.733/0001-34	100
Oslo XIV SA	42.616.057/0001-60	100
Passos Maia Energética S.A.	08.542.325/0001-08	50
Santa Fé Energia SA	08.944.243/0001-90	100
Santa Laura S.A.	07.328.431/0001-20	100
Santa Rosa S.A.	04.468.980/0001-02	100
Seabra Energética S.A.	09.196.341/0001-59	100
Seabra Energética S.A.	09.196.341/0001-59	100
Serra da Mangabeira SA	35.924.128/0002-07	100
Statkraft Comercialização de Energia SA	41.808.680/0001-51	100
Ventos de Santa Eugênia Energias Renováveis SA	15.674.494/0001-67	100
Ventos de São Vitorino Energias Renováveis SA	15.674.425/0001-53	100

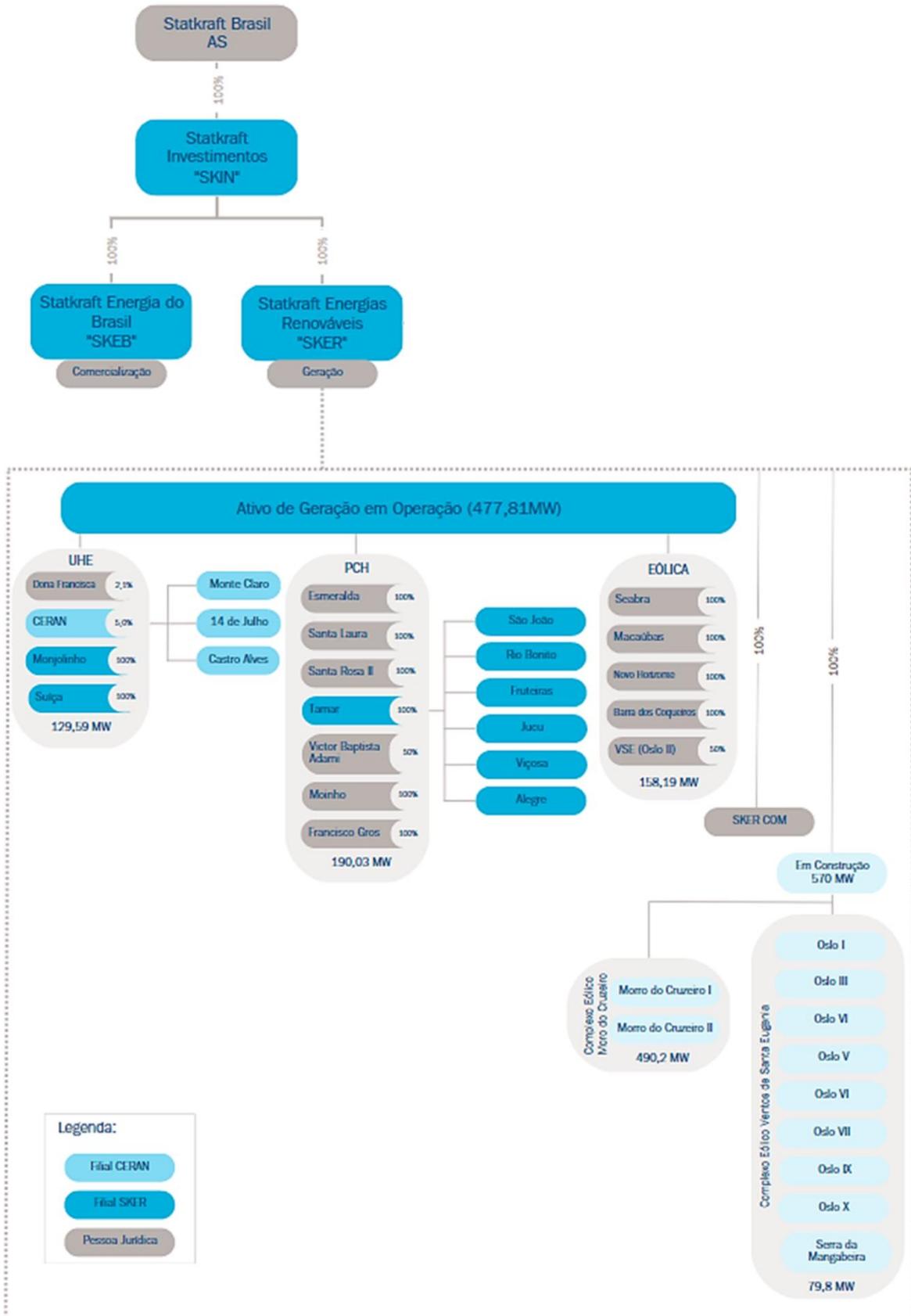
## 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

### 6. Controle e grupo econômico

- 6.5. Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:
- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
  - b. principais controladas e coligadas do emissor
  - c. participações do emissor em sociedades do grupo
  - d. participações de sociedades do grupo no emissor
  - e. principais sociedades sob controle comum

Detalhes na imagem a seguir, que contém a estrutura empresas relacionadas a Statkraft Energias Renováveis S.A e seus ativos:

### 6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico



## **6.6 Outras informações relevantes**

### **6. Controle e grupo econômico**

6.6. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações consideradas relevantes foram apresentadas nos itens acima.

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### 7. Assembleia geral e administração

- 7.1. Descrever as principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal do emissor, identificando:
- a. principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado

Nossa administração é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é o nosso órgão de deliberação, composto de 3 membros efetivos, eleitos na Assembleia Geral, com mandato unificado de dois anos, admitida a recondução por igual período.

O conselheiro deve ter reputação ilibada. Não poderá ser eleito para o Conselho de Administração, salvo dispensa da Assembleia, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em Companhia que possa ser considerada concorrente da Companhia; ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia. Não poderá ser exercido o direito de voto pelo conselheiro caso se configurem, supervenientemente, esses fatores de impedimento. Compete ao Conselho de Administração:

- I) fixar a orientação geral dos negócios e as diretrizes econômicas, financeiras, industriais e comerciais da Companhia e de suas sociedades controladas;
- II) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições, observadas as disposições deste Estatuto Social;
- III) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

IV) convocar a Assembleia Geral Ordinária e, quando julgar conveniente, a Extraordinária;

V) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras anuais, para posterior encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária;

VI) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;

VII) deliberar sobre (i) a participação da Companhia na Implementação de qualquer projeto de energia renovável ("Projeto"); (ii) a participação da Companhia em sociedades de propósito específico para fins da Implementação do Projeto; (iii) a aquisição pela Companhia de um ativo operacional de geração ou transmissão de energia ("Oportunidade de Implementação"), avaliando o plano de investimento elaborado pela Diretoria; e (iv) a outorga de garantias para a implementação dos Projetos aprovados nos termos do item (i). Para efeitos deste Estatuto, "Implementar" ou "Implementação" deverá significar o processo conduzido pela Companhia para fazer com que determinado novo ativo de geração ou transmissão de energia seja construído ou esteja pronto para iniciar operação.

VIII) deliberar sobre a celebração, aditamento ou rescisão pela Companhia de qualquer operação com partes relacionadas, em linha com a política de transação entre partes relacionadas;

IX) deliberar sobre aquisição ou alienação de qualquer ativo fixo de valor igual ou superior a R\$3.765.000,00 (três milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais);

X) autorizar a abertura e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e sucursais, no exterior;

XI) fixar a política de atribuição e a distribuição de participação nos lucros anuais aos empregados e aos administradores;

XII) aprovar o Plano de Negócios atualizado da Companhia e o orçamento anual, bem como aditamentos ou revisões materiais deles, observando também as alçadas previstas neste Estatuto Social (incluindo item XIII abaixo). Com relação aos Projetos mencionados no item VII, o Conselho de Administração deverá deliberar sobre desvios de orçamento de investimentos superiores a 15% (quinze por cento) em

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

relação ao originalmente aprovado no Plano de Negócios, orçamento anual ou na ata de aprovação do órgão;

XIII) deliberar sobre a realização pela Companhia despesas não aprovadas previamente no orçamento anual da Companhia e/ou no Plano de Negócios em valores superiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais). Fica autorizada a Companhia incorrer em despesas referentes a contratação de serviços continuados/plurianuais, desde que o valor anual não supere o montante expresso neste inciso;

XIV) deliberar sobre a concessão de garantia real ou fidejussória em favor de terceiros que não a própria Companhia ou suas controladas, em valores superiores a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais);

XV) deliberar previamente sobre a apresentação, pela Companhia, de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial;

XVI) distribuir a remuneração global fixada pela Assembleia Geral entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria;

XVII) deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares ou o pagamento de juros sobre capital próprio, bem como submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais leis aplicáveis;

XVIII) deliberar sobre a constituição de Comitês Especiais, determinando suas atribuições, indicando seus membros e fixando seus honorários;

XIX) deliberar sobre aumentos do capital social dentro do capital autorizado da Companhia, ou deliberar sobre propostas de alteração do capital social, quando superiores ao capital autorizado, e submetê-las à Assembleia Geral;

XX) manifestar-se sobre operações de fusão, cisão ou incorporação previamente à Assembleia Geral que sobre elas deliberar;

XXI) manifestar-se sobre planos de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, para submissão à Assembleia Geral;

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

XXII) deliberar sobre a outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores, empregados, prestadores de serviços da Companhia ou de suas sociedades controladas, dentro do limite do capital autorizado e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral;

XXIII) deliberar sobre quaisquer matérias que não sejam de competência da Diretoria ou que ultrapassem o limite de sua competência;

XXIV) manifestar-se previamente sobre qualquer assunto a ser submetido à Assembleia Geral;

XXV) deliberar sobre a aquisição de ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como sobre sua revenda ou recolocação no mercado, observadas as normas expedidas pela CVM e demais disposições legais aplicáveis;

XXVI) definir a lista tríplice de empresas especializadas a ser apresentada à Assembleia Geral para a elaboração de laudo de avaliação das ações da Companhia para fins de oferta pública de aquisição de ações decorrente do cancelamento de listagem no Segmento Básico, nos termos do art. 39 deste Estatuto, e/ou do cancelamento de registro de companhia aberta de que trata o Capítulo IV deste Estatuto Social;

XXVII) deliberar sobre a contratação da instituição depositária prestadora dos serviços de ações escriturais;

XXVIII) deliberar sobre a emissão de debêntures e demais valores mobiliários autorizados pela legislação, exceto pelo disposto no item V do parágrafo único do artigo 9 deste Estatuto;

XXIX) manifestar-se sobre a eleição ou destituição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal das controladas e nas coligadas da Companhia quando for o caso. Para fins deste Estatuto, coligadas são sociedades onde a Companhia tenha influência significativa, sem caracterizar Controle;

XXX) deliberar sobre a contratação de empréstimos e financiamentos fora do Plano de Negócios; e

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

XXXI) deliberar sobre o quadro de competências da administração da Companhia.

### Diretoria

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente finanças e DRI, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Vice-presidente jurídico regional; 1 (um) um Vice-presidente de operação e manutenção; 1 (um) Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório; 1 (um) Vice-presidente de assuntos corporativos, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Os diretores serão eleitos e/ou reeleitos a cada 2 (dois) anos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, todos residentes nos país. Em caso de renúncia, vacância ou impedimento, o respectivo substituto será escolhido pelo Conselho de Administração, em até no máximo 30 (trinta) dias. O Diretor eleito nessas condições exercerá as funções pelo prazo restante do diretor que estiverem substituindo.

Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

**Artigo 21.** Compete ao Presidente, além de coordenar a ação dos demais Diretores eleitos nos termos deste Estatuto Social e de dirigir a execução das atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia: planejar, coordenar, organizar, supervisionar e dirigir as atividades da Companhia.

Parágrafo único. Compete ainda ao Presidente, isoladamente: (i) convocar e presidir as reuniões da Diretoria; (ii) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (iii) exercer a supervisão geral das competências e atribuições dos demais Diretores eleitos nos termos deste Estatuto Social; (iv) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 22.** Compete ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, além das obrigações impostas pela regulamentação vigente: (i) responsabilizar-se pela gestão administrativa, financeira e contábil da Companhia, (ii) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (iii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às bolsas

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no exterior; e (iv) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM.

**Artigo 23.** Competirá aos demais Diretores eleitos nos termos deste Estatuto Social (i) o apoio ao Presidente e ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores no exercício de suas funções, na gestão da Companhia; e (ii) exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**Artigo 24.** Compete ainda ao Presidente e ao Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores, mediante assinatura conjunta deles, mediante assinatura conjunta de um deles e de outro Vice-Presidente ou, se for o caso, através de procuradores por eles constituídos nos termos do Artigo 26:

- I) realizar operações bancárias em geral, abrir e movimentar contas bancárias, emitir e endossar cheques, autorizar transferências, débitos e pagamentos, sacar, aceitar, emitir e endossar títulos de crédito de qualquer natureza, dar recibos e quitações e efetuar levantamento de cauções em entidades públicas ou privadas;
- II) aprovar a celebração de acordo visando a solução de qualquer litígio, demanda ou arbitragem em que a Companhia seja parte;
- III) aprovar a celebração de acordos ou contratos de cooperação técnica, transferência de tecnologia e exploração de patentes, ou de prestação de serviços em que a Companhia seja parte;
- IV) representar a Companhia junto a clientes, fornecedores, entidades de classe repartições e órgãos públicos dos governos federal, estaduais e municipais, inclusive suas autarquias; e
- V) constituir consórcios;

**Artigo 25.** Só constituirão a Companhia em obrigações para com terceiros e exonerarão estes de responsabilidade para com a Companhia, os atos, contratos, títulos cambiais, cheques, documentos e papéis que forem assinados; a) por quaisquer dois Diretores eleitos nos termos deste Estatuto Social, em conjunto; b) por

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

um Diretor eleito nos termos deste Estatuto Social e um procurador, em conjunto; ou c) por um ou mais procuradores especialmente nomeados.

**Artigo 26.** As procurações serão sempre outorgadas em nome da Companhia, por instrumento público ou particular, por quaisquer dois Diretores da Companhia, eleitos nos termos deste Estatuto Social, e, salvo as procurações “ad judícia” que poderão ser por prazo indeterminado, os mandatos deverão especificar obrigatoriamente a sua duração e os fins a que se vinculam os poderes outorgados. Ainda, em casos especiais, a Companhia poderá ser representada por um único mandatário com poderes específicos.

**Artigo 27.** Na realização de seus deveres, os Diretores deverão observar estritamente e agir em conformidade com o Regimento Interno da Diretoria aprovado pelo Conselho de Administração.

### Prazos de convocação

As Assembleias Gerais da Companhia são convocadas com, no mínimo, 15 dias corridos de antecedência em primeira convocação e com oito dias corridos de antecedência no caso de segunda convocação.

### Competências

Compete à Assembleia Geral, em caráter ordinário:

(i) alterar o Estatuto Social; (ii) eleger ou destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração e os membros do Conselho Fiscal, quando instalado; (iii) tomar, anualmente, as contas dos administradores, e deliberar sobre as demonstrações financeiras por eles apresentadas; (iv) deliberar, de acordo com a proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos; (v) autorizar a emissão de debêntures conversíveis em Ações e/ou com garantia real; (vi) suspender o exercício dos direitos do acionista, na forma da lei; (vii) deliberar sobre a avaliação de bens com que o acionista concorrer para a formação do capital social; (viii) deliberar sobre nossa transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação, eleger e destituir

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

liquidantes, bem como o conselho fiscal que deverá funcionar no período de liquidação, e julgar-lhes as contas; (ix) autorizar os administradores a confessar falência, pedir recuperação judicial ou realizar recuperação extrajudicial; (x) fixar a remuneração global dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal nos termos da Lei 6.404/76; (xi) deliberar sobre o cancelamento de listagem da Companhia no Segmento Básico e sobre o cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia; (xii) escolher a instituição responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração, nos casos e na forma prevista neste Estatuto Social; (xiii) aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de Ações aos nossos administradores, empregados, prestadores de serviço ou os de nossas controladas; (xiv) deliberar acerca da eventual abertura de capital e oferta pública de valores mobiliários de qualquer de nossas sociedades controladas, bem como deliberar sobre suas respectivas condições e aprovar a prática de todos e quaisquer atos necessários ou convenientes à realização de tais operações; e (xv) emissão de novas ações em montante superior ao capital autorizado, exceto pela emissão de novas ações no contexto de uma oferta pública.

### **Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise**

Eletrônico: (i) [www.statkraft.com.br](http://www.statkraft.com.br); (ii) [www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br); e (iii) [www.bmfbovespa.com.br](http://www.bmfbovespa.com.br)

Físico: (i) Rodovia José Carlos Daux, nº 5.500, Km 5, Sala 325, 3º andar, Pavimento Jurerê A, Saco Grande, CEP 88.032-005, Florianópolis, Santa Catarina.

- b. se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:
  - i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência
  - ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

## 7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não possuímos atualmente um mecanismo formal de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração e comitês.

- c. regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Observamos todas as regras de conflito de interesses previstas na Lei das S.A., em especial em seu artigo 115.

Nosso Estatuto Social prevê no seu Parágrafo 8º, Artigo 19, que nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto aprovar a celebração pela Companhia de uma ou mais Operação Com Partes Relacionadas, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar.

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia busca contemplar maior diversidade de gênero, faixa etária, credo, experiências profissionais, histórico-cultural e educacional, raça, etnia entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria a fim de que sejam avaliados pontos de vistas diferentes e complementares nas discussões e tomadas de decisão sobre os negócios.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

A empresa periodicamente faz a pesquisa de clima, de maneira anônima, para coletar a real situação e opinião dos colaboradores. Reuniões com as lideranças são agendadas para elaborar plano de ação e manter ou melhorar o clima na organização.

## 7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

### Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Diretoria	4	3	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	2	1	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica				
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica				
<b>TOTAL = 10</b>	<b>6</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Diretoria	0	0	0	0	0	0	7
Conselho de Administração - Efetivos	0	0	0	0	0	0	3
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Efetivos	Não se aplica						
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica						
<b>TOTAL = 10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

## 7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

### 7. Assembleia geral e administração

7.2. Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

O único órgão que se reporta ao conselho de administração é a Diretoria Executiva formada pelos Vice-presidentes e pelo Presidente da Companhia.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Companhia não contrata serviços de extra-auditoria.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

Durante as reuniões periódicas do Conselho de Administração, periodicamente são levadas atualizações sobre temas de ASG à título de informação. Caso haja algum assunto que necessite de deliberação, um item na pauta é inserido para possibilitar maiores discussões.

### 7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

#### Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e não instalado

**Nome:** ANA CLÁUDIA DE ARAUJO LIMA      **CPF:** 685.959.484-53      **Profissão:** Engenheira Civil      **Data de Nascimento:** 07/08/1969

**Experiência Profissional:** Engenheira Civil pela UNICAP com especializações em engenharia de segurança, segurança de trabalho e higiene ocupacional, em meio ambiente e ESG, atualmente cursando MBA em sustentabilidade possui vasta experiência profissional, tendo atuado em empresas como Alcoa, Vale do Rio Doce, Votorantim Metais, Nexa Resources e Tereos onde atuou como Gerente de sustentabilidade e meio ambiente. Chegou na Statkraft para assumir o cargo de Diretora de ESG e Comunicação em meados de 2022 tendo sido promovida a VP de Business Support em dezembro do mesmo ano.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	13/01/2023	Até a AGO de aprovação das contas de 2022 em 2023	Outros Diretores	Vice Presidente de Assuntos Corporativos	13/01/2023	Sim	13/01/2023

**Nome:** Fernando César Cani **CPF:** 041.295.039-10 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 16/10/1986

**Experiência Profissional:** É administrador formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com MBA em Liderança e Gestão pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL). O sr. Fernando iniciou sua carreira na Statkraft Brasil em 2015 como analista sênior de planejamento, controladoria e RI, sendo promovido para Head de tesouraria, planejamento, controladoria e RI em 2017. Entre setembro de 2018 e fevereiro de 2019 atuou como Financial Controller no headquarter da Statkraft em Oslo, Noruega. Em 2019 retornou a Statkraft Brasil como head de planejamento, controladoria e RI onde permaneceu até agosto de 2020. Foi então promovido ao cargo de Financial Controller responsável pelas subsidiárias da América do Sul (Chile, Peru e Brasil). Em dezembro de 2022 foi promovido a Vice President Reporting and Analysis - International. Antes de trabalhar na Statkraft o sr. Fernando atuou como Sr. Associate pela PricewaterhouseCoopers entre os anos de 2008 e 2011. O sr. Fernando não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/09/2023	2 anos, até a AGO da Companhia que aprovar as contas de 2023 em 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		12/09/2023	Sim	12/09/2023

**Nome:** Fernando De Lapuerta Montoya **CPF:** 061.330.627-97 **Profissão:** Administrador **Data de Nascimento:** 15/03/1977

**Experiência Profissional:** O Sr. Fernando de Lapuerta é graduado em administração de empresas, Mestre em Direito pela Universidade Pontifícia de Comillas – ICADE, em 2000 (Madrid-Espanha) e Mestre em Economia pela Universidade Pontifícia de Comillas-ICADE, em 2001 (Madrid-Espanha). MBA em negócios - IESE Business School (Barcelona, Espanha), em 2005. Programa de Educação Executiva em Liderança na Harvard Business School (Boston-EUA), em 2013. O Sr de Lapuerta iniciou sua carreira trabalhando no Banco Santander e ABN Amro Bank, com foco especial em empresas de energia elétrica. Em 2006 trabalhou no departamento de M&A da empresa Iberdrola em Madrid onde trabalhou em aquisições internacionais e avaliações de empresas e projetos de tecnologias em energia renovável. Desde 2008 está na empresa SN Power, primeiramente no departamento de M&A, em Oslo. Em janeiro de 2010 iniciou sua função de diretor financeiro da SN Power do Brasil além de acumular a partir de junho de 2012, as funções regionais de vice-presidente de Controlador de Financeiro para a América do Sul (Brasil, Peru e Chile), função de exerceu até Janeiro de 2015. Em janeiro de 2015 iniciou sua função como Country Diretor da SN Power no Panamá. O Sr. Fernando de Lapuerta não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/04/2023	Até a primeira reunião do CA que ocorrer após a AGO que aprovar as contas do exercício 2024 em 2025	Diretor Presidente / Superintendente		18/04/2023	Sim	18/04/2023

**Nome:** INGEBORG DÅRFLOT **Passaporte:** 34395772 **Nacionalidade:** Noruega **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 01/01/1901

#### Experiência Profissional:

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/09/2023	2 anos até AGO do exercício 2023 em 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		12/09/2023	Sim	12/09/2023

**Nome:** Leoze Lobo Maia Junior **CPF:** 019.815.749-56 **Profissão:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 14/06/1978

**Experiência Profissional:** O Sr. Leoze é graduado em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), concluído em 2001, e Ciências Contábeis pela Unisul, em 2010. Pós Graduado em Controladoria e Finanças Corporativas, pela Fundação Getúlio Vargas. Possui relevante experiência em Companhias listadas de grande porte, com foco em planejamento econômico e financeiro, relações com investidores, análises, controladoria, tesouraria e estruturação de capital. Atuou (i) como Analista Sr. de Controladoria na empresa Portobello S.A, de 2003 a 2007, (ii) como Analista de Relações com Investidores Sr. na Positivo Informática, de 2007 a 2008. Em 2008 passou a fazer parte da Desenvix Energias Renováveis, como responsável pela área de Planejamento e Relações com Investidores, tendo assumido em 2014 a posição de Gerente de Controladoria. Em julho de 2015, após a alteração do controle acionário da Companhia, assumiu a posição de Gerente de Tesouraria, Planejamento e Relações com Investidores da Statkraft Energias Renováveis S.A. A partir de maio de 2016 ocupa a função de Diretor Financeiro desta empresa. O Sr. Leoze Lobo não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/04/2023	Até a primeira reunião do CA que ocorrer após a AGO que aprovar as contas do exercício 2024 em 2025	Diretor de Relações com Investidores		18/04/2023	Sim	18/04/2023

**Nome:** MARTHE HOFF **Passaporte:** 32756746 **Nacionalidade:** Noruega **Profissão:** Economista **Data de Nascimento:** 01/01/1901

#### Experiência Profissional:

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	12/09/2023	2 anos até a AGO de 2023 em 2024	Conselho de Administração (Efetivo)		12/09/2023	Sim	12/09/2023

**Nome:** Patrícia Cândido Pinto Silva **CPF:** 082.308.237-74 **Profissão:** Advogada **Data de Nascimento:** 20/01/1979

**Experiência Profissional:** Patrícia Cândido é formada em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2002), MBA em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas - FGV / Rio de Janeiro (2007), pós-graduação com especialização em Tributação Internacional pela Universidade Federal Fluminense - UFF (2008), Master of Laws (LL.M.) pelo IBMEC / Rio de Janeiro (2010) e especialização em tributação internacional e tratados de bitributação pela Universidade de Leiden (NL) - International Tax Center (2013). Antes da Statkraft, Patrícia trabalhou como advogada na SN Power Brasil (2011-2014). Ela também trabalhou em alguns dos principais escritórios de advocacia no Brasil, tais como Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados e Tozzini Freira Advogados (Rio de Janeiro) e como consultora da área de impostos diretos na Deloitte (Rio de Janeiro). Durante a faculdade, Patrícia foi estagiária do departamento jurídico da VALE S.A. (Rio de Janeiro). A Sra. Patrícia Cândido não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades. A Sra. Patrícia Cândido foi eleita na RCA realizada em 25 de setembro de 2017.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/04/2023	Até a primeira reunião do CA que ocorrer após a AGO que aprovar as contas do exercício 2024 em 2025	Outros Diretores	Vice Presidente Jurídico	18/04/2023	Sim	18/04/2023

**Nome:** Paula Abrantes Suanno **CPF:** 035.358.767-29 **Profissão:** Engenheira **Data de Nascimento:** 13/01/1975

**Experiência Profissional:** Paula Suano é engenheira eletricista formada pela UERJ, possui especialização em Análise de Viabilidade Econômica também pela UERJ, MBA internacional em Energia – Petróleo, Gás e Energia Elétrica pela FGV/RJ, Pós MBA Internacional em Gestão pela Ohio University e Pós MBA Internacional em Desenvolvimento de Negócios na SDA Bocconi, Milão. Com experiências profissionais desenvolvidas em áreas técnicas e comerciais na prospecção e desenvolvimento de novos negócios em empresas nacionais e multinacionais dos segmentos de Energia e Mineração (O&G, Geração Renovável, Distribuição, Linhas de Transmissão e Mercado Livre). A Sra. Paula não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/04/2023	Até a primeira reunião do CA que ocorrer após a AGO que aprovar as contas do exercício 2024 em 2025	Outros Diretores	Vice Presidente de Desenvolvimento e Regulação	18/04/2023	Sim	18/04/2023

**Nome:** Thiago Maciel Tomazzoli **CPF:** 062.829.149-30 **Profissão:** Engenheiro Eletricista **Data de Nascimento:** 14/12/1987

**Experiência Profissional:** O Sr. Thiago Tomazzoli é graduado em Engenharia de Produção Elétrica pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e MBA em Gestão Financeira pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Possui grande experiência no setor elétrico, atuando na Statkraft desde 2012 em diversas posições gerenciais, tais como Gerente de Otimização, Planejamento, Operações e Meio Ambiente. Durante esse período foi responsável pela implantação de projetos de melhoria de performance e integração das aquisições de novos ativos, como foco em gestão de riscos e criação de valor. Desde novembro de 2017 ocupa a posição de Asset Manager da Statkraft Energias Renováveis, sendo responsável pela gestão dos ativos de todo o portfólio e contratos de entregas interas das áreas Comercial e O&M. Também estão sob sua responsabilidade as áreas de Meio Ambiente, Fundiário, Saúde e Segurança e Responsabilidade Social. O Sr. Thiago não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

#### Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Descrição de outro cargo/função	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	18/04/2023	Até a primeira reunião do CA que ocorrer após a AGO que aprovar as contas do exercício 2024 em 2025	Outros Diretores	Vice Presidente de Operação e Manutenção	18/04/2023	Sim	18/04/2023

## 7.4 Composição dos comitês

**Nome:** Fernando De Lapuerta Montoya      **CPF:** 061.330.627-97      **Profissão:** Administrador      **Data de Nascimento:** 15/03/1977

### Experiência Profissional:

O Sr. Fernando de Lapuerta é graduado em administração de empresas, Mestre em Direito pela Universidade Pontifícia de Comillas – ICADE, em 2000 (Madrid-Espanha) e Mestre em Economia pela Universidade Pontifícia de Comillas-ICADE, em 2001 (Madrid-Espanha). MBA em negócios - IESE Business School (Barcelona, Espanha), em 2005. Programa de Educação Executiva em Liderança na Harvard Business School (Boston-EUA), em 2013. O Sr de Lapuerta iniciou sua carreira trabalhando no Banco Santander e ABN Amro Bank, com foco especial em empresas de energia elétrica. Em 2006 trabalhou no departamento de M&A da empresa Iberdrola em Madrid onde trabalhou em aquisições internacionais e avaliações de empresas e projetos de tecnologias em energia renovável. Desde 2008 está na empresa SN Power, primeiramente no departamento de M&A, em Oslo. Em janeiro de 2010 iniciou sua função de diretor financeiro da SN Power do Brasil além de acumular a partir de junho de 2012, as funções regionais de vice-presidente de Controlador de Financeiro para a América do Sul (Brasil, Peru e Chile), função de exerceu até Janeiro de 2015. Em janeiro de 2015 iniciou sua função como Country Diretor da SN Power no Panamá. O Sr. Fernando de Lapuerta não sofreu qualquer condenação (i) criminal; (ii) em processos administrativos sancionadores perante a CVM; e (iii) transitada em julgado, perante quaisquer outros órgãos jurisdicionais administrativos e judiciais, suspendendo-o ou inabilitando-o para a prática de atividades profissionais, comerciais ou atos de gestão e administração de sociedades.

### Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Outros Comitês		Outros	21/09/2023	não possui	não existe	não existe	21/09/2023	Sim	21/09/2023

## 7.5 Relações familiares

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relação conjugal, união estável ou parentesco até o 2º grau relacionadas a administradores do emissor, controladas e controladores.

## 7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não há relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 03 últimos exercícios sociais, entre administradores da Companhia e:

- sociedade controlada, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- controlador direto ou indireto da Companhia e
- fornecedor, cliente, devedor ou credor da Companhia, de sua controlada ou controladoras, ou controladas de alguma dessas pessoas, caso relevantes.

## 7.7 Acordos/seguros de administradores

### 7. Assembleia geral e administração

- 7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

#### **Acordos / Seguros de Administradores**

A Companhia possui seguro de responsabilidade civil geral para Conselheiros, Diretores e ou Administradores, que tem como objeto do seguro, o pagamento e/ou o reembolso das quantias, respectivamente, devidas ou pagas a terceiros, pelo Segurado, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal civil ou por acordo aprovado pela Seguradora. Sendo assim, a Statkraft Energias Renováveis S.A. possui seguro com vigência das vinte e quatro horas do dia 31/03/2023 às vinte e quatro horas do dia 31/03/2024 e tem suas controladas também como cossegurados no contrato de seguro vigente.

Dentre as coberturas destaca-se:

- 1) Indenização ao Segurado: observadas as condições previstas na apólice, a seguradora pagará ao segurado, os prejuízos financeiros resultantes ou decorrentes de Reclamação feita durante o período de vigência do seguro ou extensão do período de apresentação da reclamação, quando aplicável, com base em ato danoso.
- 2) Reembolso ao Tomador: observadas as condições previstas na apólice, a Seguradora reembolsará ao Tomador nos casos em que este houver previamente indenizado aos Segurados, os Prejuízos Financeiros de cada Segurado resultantes ou decorrentes da Reclamação feita contra o Segurado durante o Período de Vigência do Seguro ou Extensão do Período de Apresentação de Reclamação, quando aplicável, com base em Ato Danoso.

## **7.8 Outras informações relevantes**

### **7. Assembleia geral e administração**

#### **7.8. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações relevantes a respeito da administração, assembleias e comitês foram divulgadas nos itens acima.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:
- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

### Conselho de Administração

Nossa política de remuneração no que se refere aos membros do conselho de administração está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais qualificados para ocupar estes postos. A remuneração de nossos conselheiros é composta unicamente por uma parcela mensal fixa e foi estabelecida dentro dos padrões de mercado.

Nosso Conselho de Administração é composto por no mínimo, 3 membros efetivos eleitos na Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, admitida a recondução por igual período. Os membros do Conselho de Administração serão pessoas naturais, residentes ou não no País, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. Terminado o prazo do mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão nos cargos até a posse dos sucessores.

Não adotamos atualmente uma política formal de remuneração baseada no desempenho dos membros de nosso Conselho de Administração. Ainda, não adotamos qualquer benefício ou remuneração que esteja vinculada à ocorrência de determinados eventos societários.

Em caso de convocação de membro titular para participação na reunião do Conselho de Administração da Companhia, estando este impossibilitado de comparecer e em não abdicando formalmente de sua remuneração, esta será paga na proporção de 2/3

## 8.1 Política ou prática de remuneração

para o membro suplente e 1/3 para o membro titular, exclusivamente em relação à remuneração do mês que tenha ocorrido a(s) respectiva(s) reunião(ões).

### Diretoria Estatutária

Nossa política de remuneração no que se refere ao nosso Presidente e Vice-presidentes está em linha com as práticas de mercado, permitindo-nos contratar e reter profissionais experientes e qualificados para ocupar estes postos. A remuneração do Presidente e Vice-presidentes é somente pró-labore.

A Companhia é administrada por, no mínimo, 02 (dois) Diretores, sendo: 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-presidente finanças e DRI, que também deverá atuar como Diretor de Relações com Investidores, enquanto que os demais Diretores deverão atuar com as seguintes denominações: 1 (um) Vice-presidente jurídico regional; 1 (um) um Vice-presidente de operação e manutenção; 1 (um) Vice-presidente de desenvolvimento e regulatório; 1 (um) Vice-presidente de assuntos corporativos, nos termos do Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração. Recebe treze remunerações anuais para o período de 01 de maio do ano corrente até 30 de abril do ano posterior, incluída a contribuição patronal à previdência social. Em 31 de dezembro de 2022 a Diretoria Estatutária da companhia era composta por um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e Relações com Investidores e 06 diretores.

Ao final de 2022 a Companhia adotava política de remuneração variável de acordo com os padrões do Grupo Statkraft, cuja política foi validada pelo Comitê de RH e Conselho de Administração. A política aplicável à diretoria não se diferencia daquela aplicada aos demais empregados da Companhia.

Para uma boa performance, é necessário que os empregados saibam o que se espera deles. A base de um Programa de Remuneração Variável é a definição de metas claras, objetivas e atreladas ao negócio.

A definição de metas é o núcleo do gerenciamento de desempenho. Nosso sistema de Remuneração Variável deve facilitar a definição de metas. Essa configuração de objetivos e feedback construtivo para indivíduos e equipes ao longo do ano é o cerne do princípio de liderança.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

As metas devem ser definidas de acordo com a ambição estratégica da empresa que deve ser cascadeada pelo CEO a cada diretoria no início de cada ano.

O target para diretores estatutários até 2022 era de até 30% da remuneração anual.

A partir de 2023 houve alteração no target passando de 30% para 25%.

As metas estão estruturadas da seguinte forma:

- 25% das metas são comportamentais e comuns a toda a organização visando fortalecer a cultura de ética nos negócios, saúde e segurança e diversidade e inclusão.
- 75% das metas devem ser relacionadas a resultados quantitativos - KPI's.

### **Relação entre a política ou prática de remuneração e os interesses da Companhia**

Buscamos, por meio de nossa política de salários, atrair e reter profissionais qualificados, de forma a manter em nosso quadro de colaboradores profissionais comprometidos com nossa estratégia de crescimento e o nosso plano de negócios.

c. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:

a. seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor

b. sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais

c. sua metodologia de cálculo e de reajuste

d. principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG

ii. razões que justificam a composição da remuneração

## 8.1 Política ou prática de remuneração

- iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

### ***i) Descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles***

***a. Salário dos administradores e honorários dos membros do Conselho de Administração:***

A remuneração mensal de nossos administradores e conselheiros tem como objetivo garantir o comprometimento com o trabalho e a satisfação com a remuneração, aliando os objetivos de cada profissional com a constante busca pelos nossos resultados.

***b. Proporção de cada elemento na remuneração total:***

	Pró-Labore/Honorários	Benefícios	Total
Conselho de Administração	100%	0%	100%
Diretoria executiva	100%	0%	100%

***c. Metodologia de cálculo e de reajuste dos elementos da remuneração:***

O reajuste da remuneração da diretoria executiva e do conselho de administração é definido em Assembleia Geral.

***d. Indicadores de desempenho:***

A Companhia não possui nenhum indicador de desempenho para esta finalidade.

### ***ii) Razões que justificam a composição da remuneração:***

Remunerar nossos profissionais de acordo com as responsabilidades assumidas, garantindo um pacote de remuneração atrativo e que nos permita reter e atrair profissionais qualificados para assumir nossas posições de comando.

### ***iii) Existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato:***

Os membros do Conselho de Administração não são remunerados.

## 8.1 Política ou prática de remuneração

- d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não possuímos atualmente membros da diretoria ou do conselho que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos e indiretos.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não possuímos atualmente qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor.

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,00	7,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	2,00	7,00	1,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	361.310,30	6.006.934,06	73.159,72	6.441.404,08
Benefícios direto e indireto	0,00	1.106.635,39	0,00	1.106.635,39
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	72.262,02	2.068.273,17	14.631,91	2.155.167,10
Descrição de outras remunerações fixas	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.126.430,01	0,00	1.126.430,01
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>	não se aplica	não se aplica	não se aplica	
<b>Total da remuneração</b>	<b>433.572,32</b>	<b>10.308.272,63</b>	<b>87.791,63</b>	<b>10.829.636,58</b>

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	7,00	3,00	14,00
Nº de membros remunerados	2,00	7,00	1,00	10,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	328.128,80	5.374.638,51	64.272,62	5.767.039,93
Benefícios direto e indireto	0,00	968.346,67	0,00	968.346,67
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	65.625,76	1.438.932,94	12.854,50	1.517.413,20
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	929.062,39	0,00	929.062,39
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>393.754,56</b>	<b>8.710.980,51</b>	<b>77.127,12</b>	<b>9.181.862,19</b>

## 8.2 Remuneração total por órgão

## Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2020 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	4,00	8,00	3,00	15,00
Nº de membros remunerados	2,00	8,00	1,00	11,00
<b>Remuneração fixa anual</b>				
Salário ou pró-labore	317.544,00	5.423.261,73	58.533,60	5.799.339,33
Benefícios direto e indireto	0,00	986.481,61	0,00	986.481,61
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	63.508,80	1.354.956,23	11.706,72	1.430.171,75
Descrição de outras remunerações fixas	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.	
<b>Remuneração variável</b>				
Bônus	0,00	1.030.466,43	0,00	1.030.466,43
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
<b>Pós-emprego</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Cessação do cargo</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Baseada em ações (incluindo opções)</b>	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Observação</b>				
<b>Total da remuneração</b>	<b>381.052,80</b>	<b>8.795.166,00</b>	<b>70.240,32</b>	<b>9.246.459,12</b>

## 8.3 Remuneração Variável

## Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	5,00	7,00	3,00	15,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1126430,01	0,00	1.126.430,01
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## Exercício Social: 31/12/2021

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	7,00	3,00	14,00
N° de membros remunerados	0,00	7,00	0,00	7,00
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	929062,39	0,00	929.062,39
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## Exercício Social: 31/12/2020

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	4,00	8,00	3,00	15,00
N° de membros remunerados	0,00	8,00	0,00	8,00
<b>EM RELAÇÃO AO BÔNUS</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	1030466,43	0,00	1.030.466,43
<b>EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO</b>				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

## 8.4 Plano de remuneração baseado em ações

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:
- a. termos e condições gerais
  - b. data de aprovação e órgão responsável
  - c. número máximo de ações abrangidas
  - d. número máximo de opções a serem outorgadas
  - e. condições de aquisição de ações
  - f. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
  - g. critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
  - h. forma de liquidação
  - i. restrições à transferência das ações
  - j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
  - k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações. Por esta razão, todos os itens da tabela receberam a indicação N/A (Não Aplicável).

## **8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)**

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.6 Outorga de opções de compra de ações

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
- a. órgão
  - b. número total de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. data de outorga
  - e. quantidade de opções outorgadas
  - f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
  - g. prazo máximo para exercício das opções
  - h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
  - i. valor justo das opções na data da outorga
  - j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.7 Opções em aberto

### 8. Remuneração dos administradores

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. em relação às opções ainda não exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. data em que se tornarão exercíveis
  - iii. prazo máximo para exercício das opções
  - iv. prazo de restrição à transferência das ações
  - v. preço médio ponderado de exercício
  - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
  - i. quantidade
  - ii. prazo máximo para exercício das opções
  - iii. prazo de restrição à transferência das ações
  - iv. preço médio ponderado de exercício
  - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.8 Opções exercidas e ações entregues

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
- a. órgão
  - b. número total de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. número de ações
  - e. preço médio ponderado de exercício
  - f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
  - g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.9 Diluição potencial por outorga de ações

### 8. Remuneração dos administradores

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.10 Outorga de ações

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:
- a. órgão
  - b. número total de membros
  - c. número de membros remunerados
  - d. data de outorga
  - e. quantidade de ações outorgadas
  - f. prazo máximo para entrega das ações
  - g. prazo de restrição à transferência das ações
  - h. valor justo das ações na data da outorga
  - i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.11 Ações entregues

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

A Companhia não possui qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.12 Precificação das ações/opções

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:
- a. modelo de precificação
  - b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
  - c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
  - d. forma de determinação da volatilidade esperada
  - e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não possuímos qualquer plano de remuneração baseado em Ações.

## 8.13 Participações detidas por órgão

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão

A Companhia não detém quotas diretas ou indiretas emitidas pela Companhia.

## 8.14 Planos de previdência

### 8. Remuneração dos administradores

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. nome do plano
- e. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- f. condições para se aposentar antecipadamente
- g. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- h. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- i. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

O benefício de plano de previdência dá-se apenas aos membros da Diretoria Estatutária, não sendo aplicado aos membros do Conselho Fiscal e do Conselho de Administração.

## 8.14 Planos de previdência

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2022</b>
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	310.302,86
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	310.302,86

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2021</b>
Nº de membros	7
Nº de membros remunerados	7
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	-
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	279.004,34
Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores	279.004,34

	<b>Diretoria Estatutária</b>
	<b>31/12/2020</b>
Nº de membros	8,00
Nº de membros remunerados	8,00
Nome do plano	BRADESCO PREVIDENCIA
Quantidade de administradores que reúnem condições de se aposentar	-
Condições para se aposentar antecipadamente	N/A
Valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o	299.824,42

**8.14 Planos de previdência**

<b>encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores</b>	
<b>Valor total acumulado das contribuições durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas pelos administradores</b>	299.824,42

**8.15 Remuneração mínima, média e máxima****Valores anuais**

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		Conselho Fiscal		
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2020
Nº de membros	7,00	7,00	8,00	5,00	4,00	3,00	3,00	3,00
Nº de membros remunerados	7,00	7,00	8,00	2,00	2,00	1,00	1,00	1,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.753.414,94	1.726.775,42	1.134.020,65	180.655,15	164.064,40	73.159,72	64.272,62	58.533,60
Valor da menor remuneraçãoReal	797.006,79	682.001,73	646.664,18	180.655,15	164.064,40	73.159,72	64.272,62	58.533,60
Valor médio da remuneraçãoReal	1.073.302,48	1.204.388,58	890.342,41	180.655,15	164.064,40	73.159,72	64.272,62	58.533,60

**Observação**

Diretoria Estatutária	
<b>31/12/2021</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2021, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 7,0. 1 diretor saiu em fevereiro e outro em outubro, levando a média para 7
<b>31/12/2020</b>	Valor da maior e menor remuneração: considera a exclusão de Diretor que não exerceu o cargo por 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição. Valor médio da remuneração: considera a exclusão de Diretores que exerceram o cargo por menos de 12 meses ao longo do ano de 2020, referente a substituição. O número de membros efetivamente utilizado para o cálculo de remuneração média foi 8,0.

Conselho de Administração	
<b>31/12/2021</b>	Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 2 membros do conselho.

Conselho Fiscal	
<b>31/12/2021</b>	Houve a troca de conselheiro em janeiro de 2021, considerando a saída em um dia e a substituição no dia seguinte, foi considerado o total de 1 membro do conselho.
<b>31/12/2020</b>	A diferença apurada de 2019 para 2020, se refere a saída de um membro do conselho.

## 8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

### 8. Remuneração dos administradores

- 8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não possuímos arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou aposentadoria.

**8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração****8. Remuneração dos administradores**

- 8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto. Para averiguação dos valores a serem inseridos neste item, utilizar os critérios estabelecidos no item 8.2.

<b>Órgão</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	0	0	0
<b>Conselho de Administração</b>	0	0	0
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0	0

**8.18 Remuneração - Outras funções****8. Remuneração dos administradores**

- 8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

<b>Órgão</b>	<b>dez/22</b>	<b>dez/21</b>	<b>dez/20</b>
<b>Diretoria Estatutária</b>	0	0	0
<b>Conselho de Administração</b>	0	0	0
<b>Conselho Fiscal</b>	0	0	0
<b>TOTAL</b>	0	0	0

## **8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada**

### **8. Remuneração dos administradores**

- 8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Não possuímos valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas, como remuneração de membros do conselho de administração, do conselho fiscal e da diretoria estatutária.

**8.20 Outras informações relevantes****8. Remuneração dos administradores**

## 8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Para o período compreendido entre 1 de maio de 2023 até 30 de abril de 2024, prazo estimado entre as AGOs, o montante global da remuneração dos administradores, compreendendo o Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretores Estatutários é de R\$ 11.402.330,26 com base no reajuste de 6,00%. Os valores totais incluem as contribuições propostas para o INSS e FGTS pago pelo empregador e reconhecidas no resultado, pagamento do 13º salário em novembro (este último à diretoria executiva apenas).

<b>Maio 2023 a abril 2024 Previsto (3) (R\$)</b>	<b>Conselho De Administração</b>	<b>Diretoria Executiva</b>	<b>Conselho Fiscal</b>	<b>Total</b>
Número de Membros (1)	2	6	1	9
Remuneração Fixa Anual (R\$)	-	-	-	-
- Salário / Pró-labore	408.188	6.590.325	101.390	7.099.903
- Benefícios diretos e indiretos	-	707.606	-	707.606
- Participação em Comitês	-	-	-	-
- Outros (2)	81.638	1.845.308	20.278	1.947.224
Remuneração Variável	-	-	-	-
- Bônus (4)	-	1.647.596	-	1.647.596
- Participação nos resultados	-	-	-	-
- Participação em Reuniões	-	-	-	-
- Comissões	-	-	-	-
- Outros	-	-	-	-
Benefícios pós-emprego	-	-	-	-
Benefícios pela cessação do exercício do cargo	-	-	-	-
Remuneração baseada em Ações	-	-	-	-
Valor mensal da remuneração	-	-	-	-
<b>Total da remuneração</b>	<b>489.826</b>	<b>10.790.836</b>	<b>121.668</b>	<b>11.402.330</b>

(1) O número de membros de cada órgão corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente

(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 007/2011 encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado.

(3) Os valores previstos para o período foram estimados com base nas informações atualmente disponíveis, estando sujeitos a alterações.

(4) Programa de Bônus (2023/2024) é uma estimativa e depende da realização de metas.

**9.1/9.2 Identificação e Remuneração**

<b>Código CVM do Auditor</b>	002879		
<b>Razão Social</b>	<b>Tipo Auditor</b>	<b>CPF/CNPJ</b>	
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0024-17	
<b>Data de contratação do serviço</b>	<b>Data de início da prestação de serviço</b>		
01/01/2022	01/01/2022		
<b>Descrição dos serviços prestados</b>			
Serviços de Auditoria da Holding e de seus ativos			
<b>Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social</b>			
R\$912.300,00			
<b>Justificativa da substituição</b>			
Com a determinação a respeito da rotação a cada 5 (cinco) anos, conforme Instrução CVM 308/1999, a alteração obrigatória aconteceu no início do exercício de 2022.			
<b>Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa</b>			
Não há.			

.....

### 9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

#### 9. Auditores

- 9.3. Caso os auditores ou pessoas a eles ligadas, segundo as normas de independência do Conselho Federal de Contabilidade, tenham sido contratados pelo emissor ou pessoas de seu grupo econômico, para prestar outros serviços além da auditoria, descrever a política ou procedimentos adotados pelo emissor para evitar a existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes

A Companhia informa que nem ela nem suas controladas contrataram os atuais auditores ou pessoas a eles ligadas para prestar outros serviços além da auditoria. Reforçando a independência dos auditores contratados, a companhia recebeu da empresa de auditoria contratada a declaração do cumprimento das exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicaram todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, sua independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

## **9.4 Outras informações relevantes**

### **9. Auditores**

9.4. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram apresentadas nos itens 9.1 a 9.3.

## 10.1A Descrição dos recursos humanos

### Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Liderança	14	31	0	0	0
Não-liderança	73	146	0	0	0
<b>TOTAL = 264</b>	<b>87</b>	<b>177</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Liderança	0	0	0	0	0	0	45
Não-liderança	0	0	0	0	0	0	219
<b>TOTAL = 264</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>264</b>

### Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	0	41	4
Não-liderança	63	148	8
<b>TOTAL = 264</b>	<b>63</b>	<b>189</b>	<b>12</b>

### Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	4	2	11	26	2
Não-liderança	4	41	3	52	117	2
<b>TOTAL = 264</b>	<b>4</b>	<b>45</b>	<b>5</b>	<b>63</b>	<b>143</b>	<b>4</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Preferê não responder
Norte	1	3	0	0	0
Nordeste	8	37	0	0	0
Centro-Oeste	3	2	0	0	0
Sudeste	16	47	0	0	0
Sul	58	85	0	0	0
Exterior	1	3	0	0	0
<b>TOTAL = 264</b>	<b>87</b>	<b>177</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Preferê não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	4
Nordeste	0	0	0	0	0	0	45
Centro-Oeste	0	0	0	0	0	0	5
Sudeste	0	0	0	0	0	0	63
Sul	0	0	0	0	0	0	143
Exterior	0	0	0	0	0	0	4
<b>TOTAL = 264</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>264</b>

### Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	1	3	0
Nordeste	10	32	3
Centro-Oeste	1	4	0
Sudeste	9	48	6
Sul	42	98	3
Exterior	0	4	0
<b>TOTAL = 264</b>	<b>63</b>	<b>189</b>	<b>12</b>

**10.1 Descrição dos recursos humanos****10. Recursos humanos**

10.1. Descrever os recursos humanos do emissor, fornecendo as seguintes informações:

b. número de terceirizados (total e por grupos, com base na atividade desempenhada e na localização geográfica)

<b>Localização Geográfica</b>	<b>Atividade Desempenhada</b>	<b>Quantidade de Funcionários</b>
Santa Catarina	Asseio	11
Santa Catarina	Suporte de TI	0
Santa Catarina	Gestão de Ativos	0
Santa Catarina	Compras e Processos	0
Santa Catarina	Administrativo	2
<b>Total</b>		<b>13</b>

c. índice de rotatividade

<b>Rotatividade</b>	<b>31.12.2022</b>	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Índice de Rotatividade acumulado	11,3%	9,4%	6,7%
Índice de Rotatividade média/ano	0,9%	0,6%	0,6%

## 10.2 Alterações relevantes

### 10. Recursos humanos

- 10.2. Comentar qualquer alteração relevante ocorrida com relação aos números divulgados no item 10.1 acima

A alteração no número de colaboradores da Companhia em relação ao ano de 2022 reflete o plano de crescimento no Brasil.

## 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

### 10. Recursos humanos

10.3. Descrever as políticas e práticas de remuneração dos empregados do emissor, informando:

a. política de salários e remuneração variável

A política de remuneração da empresa está alinhada com as práticas de mercado. O plano de remuneração variável tem como base metas anuais e alinhadas entre empresa e empregado, bem como política de cargos e salários.

Realizamos os reajustes periódicos em função de reenquadramento, promoção e equiparação salarial tendo como base o desempenho dos empregados, a fim de continuar oferecendo um pacote atrativo de remuneração. E ainda, sempre que exigido pela legislação trabalhista e data base dos acordos coletivos.

b. política de benefícios

A política de benefícios da empresa atualmente oferece;

- Assistência médica para os empregados e seus dependentes
- Auxílio Farmácia
- Programa de assistência ao empregado
- Auxílio creche
- Apoio a educação (conforme política) e idiomas
- Vale alimentação/Refeição
- Vale transporte
- Seguro de vida
- Previdência privada
- Plano de participação dos lucros

### 10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Todos os benefícios são disponibilizados a partir do momento da admissão, mas seguindo a regra de cada política ou acordo coletivo.

c. características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i. grupos de beneficiários
- ii. condições para exercício
- iii. preços de exercício
- iv. prazos de exercício
- v. quantidade de ações comprometidas pelo plano

Não possuímos atualmente um plano de remuneração baseado em Ações para os nossos funcionários.

d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social

A Companhia é registrada como emissora da “Categoria B” e, portanto, a apresentação das informações deste item é facultativa.

## 10.4 Relações entre emissor e sindicatos

### 10. Recursos humanos

- 10.4. Descrever as relações entre o emissor e sindicatos, indicando se houve paralisações e greves nos 3 últimos exercícios sociais

Nossa Companhia mantém comunicação junto aos Sindicatos dos Empregados do setor elétrico, nas principais cidades onde os acordos de trabalho são negociados de forma anual e diretamente entre empresa e sindicato dos empregados.

Os sindicatos que representam os funcionários nas negociações coletivas anuais, bem como nas tratativas negociais de jornadas de trabalho, benefícios, participação nos lucros e resultados, conferências das homologações, além das tradicionais negociações coletivas por categoria, seguem relacionados abaixo:

Sindicato	Estado
Sindicato dos Engenheiros no Estado de Santa Catarina (SENGE)	Santa Catarina
Sinergia – Sindicato dos trabalhadores na indústria de energia elétrica de Florianópolis e região	Santa Catarina

## **10.5 Outras informações relevantes**

### **10. Recursos humanos**

#### **10.5. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

As informações consideradas relevantes pela Companhia foram divulgadas nos itens anteriores.

## 11.1 Regras, políticas e práticas

### 11. Transações com partes relacionadas

11.1. Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

No curso regular de nossos negócios contratamos operações com partes relacionadas em condições plenamente comutativas e de acordo com as práticas e valores de mercado, as quais são resumidas abaixo. Adicionalmente, mantemos certas contratações entre empresas de nosso Grupo Econômico com o objetivo de (i) manter serviços de suporte (incluindo serviços de operação e manutenção de empreendimentos), (ii) obter serviços técnicos de engenharia em bases confiáveis e (iii) serviços de gestão e suporte da holding estrangeira.

Sempre que necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos da Lei das S.A., que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da companhia.

O Conselho de Administração da Statkraft Energias Renováveis S.A. (“SKER” ou “Empresa”) (“Conselho de Administração”), dentro de suas atribuições, aprovou esta Política de Operações com Partes Relacionadas (“Política”) em 09 de agosto de 2022.

Tal política foi elaborada em conformidade com o Estatuto Social da Empresa (“Estatuto Social”) e a Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações (“Lei das Sociedades por Ações”). Esta tem por finalidade formalizar os princípios gerais que orientam a Empresa, seu acionista, administradores e funcionários na aprovação e execução de operações envolvendo partes relacionadas à Empresa, a fim de assegurar que sejam feitas por meio de um processo transparente e no melhor interesse da Empresa, bem como em conformidade com a legislação aplicável.

A Empresa e/ou suas controladas poderão celebrar Operações com Partes Relacionadas, desde que tais operações sejam aprovadas nos termos do Estatuto Social da Empresa, e da Política com Partes Relacionadas. A execução de Operações com Partes Relacionadas deve observar os seguintes princípios básicos: (i) Competitividade: Alinhamento dos termos e condições com as práticas de mercado para bens e/ou serviços de natureza e qualidade equivalentes; (ii)

## 11.1 Regras, políticas e práticas

Conformidade: Adesão aos termos contratuais e responsabilidades praticadas pela Empresa; (iii) Equidade: Estabelecimento de mecanismos que impeçam a discriminação ou privilégios e práticas que assegurem o não uso de informações privilegiadas ou oportunidades de negócios em benefício de pessoas físicas ou de terceiros. (iv) Aprovação: Processo de aprovação em conformidade com o Estatuto Social da Empresa, inclusive no que diz respeito às regras de conflito de interesses e normas e políticas internas aplicáveis. Aplicação dos processos de compras da Empresa, incluindo licitações para verificação de condições de mercado/competitividade, considerando a complexidade e o risco da Operação; (v) Formalização: Formalização da Operação em acordos escritos, em linha com as exigências legais brasileiras; (vi) Transparência: Relatório/divulgação de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis; (vii) Especialização: Os serviços de Partes Relacionadas são complementares aos serviços prestados internamente.

Observadas as diretrizes estabelecidas acima, a Empresa deve apoiar qualquer proposta de contratação de Partes Relacionadas, sendo necessário comprovar que tal contratação está de acordo com a melhor solução para a empresa em termos de preço, qualidade e escopo de ações. Além disso, deve ser verificada a possibilidade de internalização do serviço a ser prestado por uma Parte Relacionada, apresentando justificativa. Tal justificativa deve incluir a recorrência da necessidade do serviço, capacidade de prestá-lo diante da estrutura atual da empresa e mapeamento das necessidades internas (recursos, pessoal, estrutura) para a execução do serviço em questão.

A implementação de processo concorrencial/licitatório para verificação das condições de competitividade/mercado poderá ser dispensada caso seja comprovado pelo menos um dos seguintes motivos: (a) Ineficácia dos Critérios de Comparação: comparação com os critérios de outros fornecedores é (i) impossível de ser feita, ou (ii) não é adequada para a análise da Operação com Parte Relacionada; (b) Única fonte: (i) Não há outros fornecedores que forneçam bens/serviços equivalentes, ou (ii) os bens/serviços são únicos em design, desempenho ou outras propriedades; (c) Econômico: A utilização de outro fornecedor para a Operação exigiria um aumento desproporcional de treinamento, tempo e custo, aumentando os custos indiretos;

(d) Técnico: (i) A Operação envolve um equipamento existente onde os principais componentes foram entregues por um fornecedor e onde a atualização dos equipamentos existentes, entrega de equipamentos adicionais e/ou manutenção deve ser realizada pelo mesmo fornecedor, (ii) A troca de fornecedores pode gerar ou representar violação de direitos de propriedade intelectual, contratos de licenciamento ou garantias, ou (iii) Competência especializada - serviços onde não há outras opções além de usar o mesmo fornecedor para garantir a continuidade e/ou acesso à competência necessária; (e) Equidade: Operação em que o compartilhamento de informações em relação ao processo de concorrência/licitação pode reduzir ou prejudicar oportunidades de negócios; (f) Perda/Danos/Emergência: (i) Os bens/serviços são necessários para corrigir ou prevenir uma emergência imediata relacionada à saúde, meio ambiente, segurança ou proteção, ou (ii) Os bens/serviços são necessários devido a

## 11.1 Regras, políticas e práticas

ocorrências críticas de tempo, como reparo/substituição de emergência de equipamentos existentes essenciais para as operações diárias; (g) Outros: (i) Operações relacionadas à compra e venda de valores mobiliários ou instrumentos financeiros em que o compartilhamento de informações relacionadas a processos de concorrência/licitação pode reduzir ou prejudicar oportunidades de negócios, ou (ii) Operações de serviços de pesquisa e desenvolvimento em que outras empresas ou instituições contribuem para o financiamento dos serviços e a Empresa não é a única proprietária dos resultados.

As isenções constantes acima não excluem as disposições do estatuto que as Operações com Partes Relacionadas devem ser submetidas à assembleia geral prévia e reunião do Conselho. Nesta situação, aprovar a permissão da isenção e dar publicidade.

Ao submeter a proposta de Operação de Parte Relacionada para aprovação do acionista e/ou Conselho de Administração, conforme o caso, os diretores deverão apresentar o “Formulário de Aprovação de Partes Relacionadas” com a justificativa da Operação, considerando os itens acima.

As Operações com Partes Relacionadas estarão sujeitas às obrigações de comunicação/divulgação de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis. Esta Política pode ser alterada a qualquer momento por deliberação da maioria do Conselho de Administração. Esta Política deve ser lida e interpretada em conjunto com o Estatuto Social, e outras políticas internas da Empresa.

Quaisquer omissões ou dúvidas quanto à interpretação desta Política serão tratadas e decididas em reunião do Conselho de Administração, observado o Estatuto Social da Empresa e as leis e regulamentos aplicáveis.

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Água Quente LTDA	30/09/2012	1.658.580,03	7.002.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócio					
<b>Objeto contrato</b>	Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente vinculada a IPCA, com prazo indeterminado.					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Água Quente vinculada a IPCA, com prazo indeterminado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Bom Retiro SA	30/09/2010	550.000,00	4.394.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Sócio					
<b>Objeto contrato</b>	Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Bom Retiro vinculadas ao IGPM, com prazo indeterminado.					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Saldo de mútuos mantidos com as partes relacionadas Bom Retiro vinculadas ao IGPM, com prazo indeterminado.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
Empresas do Grupo	31/03/2022	3.416.000,00	3.416.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Empresas do mesmo Grupo					
<b>Objeto contrato</b>	Saldos a receber pela prestação de serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior, principalmente por posição de profissionais regionais					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Saldos a receber pela prestação de serviços de partes relacionadas no Brasil e no exterior, principalmente por posição de profissionais regionais					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Empresas Operacionais do Grupo	31/03/2022	41.327.000,00	41.327.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladas Direta					
<b>Objeto contrato</b>	Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Saldos a receber pela prestação de serviços compartilhados e serviços de O&M (operação e manutenção) entre controladora e suas investidas no Brasil					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Credor					
SKEB compra	31/12/2022	1.306.000,00	1.306.000,00	0	n/a	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controlada Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Saldo a pagar referente a operações de compra de energia como estratégia comercial					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Transações de compra de energia					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	15/03/2022	1.720.087,00	39.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para projeto de M&A aprovado em Conselho de Administração 15 de março de 2022					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Projeto de M&A					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	09/08/2022	3.000.000,00	2.615.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Transações com partes relacionadas (Statkraft AS) referentes a etapa DG2/DG3 do projeto Sol de Brotas.					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A organização local não realizou projetos de construção anteriormente para a tecnologia envolvida no projeto, sendo que o time de Oslo tem ampla experiência em construção de parques solares em projetos na Europa. Essa participação também garante a boa transferência de conhecimento.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	09/08/2022	248.000,00	244.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para projeto de M&A aprovado em Conselho de Administração 09 de agosto de 2022					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Projeto de M&A.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	16/10/2020	4.439.000,00	0	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviços por parte dos especialistas de Oslo no acompanhamento da fabricação, instalação, comissionamento e teste do fornecedor WTG das turbinas eólicas para o projeto de construção do complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A organização local não realizou projetos de construção anteriormente sendo que o time de Oslo tem ampla experiência em construção de parques eólicos em projetos na Noruega e na Europa moderna. Essa participação também garante a boa transferência de conhecimento.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	16/10/2020	6.553.000,00	440.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções corporativas em Oslo para o projeto de construção do complexo Eólico Ventos de Santa Eugênia.					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	A organização local não realizou projetos de construção anteriormente e o apoio do escritório de Oslo é necessário para utilizar a experiência de construção adquirida na organização Statkraft.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	13/04/2021	580.000,00	288.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para os projetos de desenvolvimento VSV (Ventos de São Vitorino), MdC (Morro do Cruzeiro) e SdB (Sol de Brotas).					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Existe o modelo de Capital de Projeto da organização onde é necessário ter bastante interação com a equipe experiente de Oslo. Os projetos são baseados em uma estrutura matricial que permite que sejam desenvolvidos e aprovados de acordo com os requisitos obrigatórios de qualidade, maturidade, técnicas e exigências econômicas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	13/04/2021	310.000,00	200.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de serviço remoto de Oslo na recuperação do túnel da PCH São João pelo engenheiro especialista com larga experiência e conhecimento					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Em agosto de 2020 o túnel da PCH São João foi esvaziado e operação interrompida para substituição das válvulas borboleta, atividade programada. Porém foram encontradas anomalias que precisaram ser consertadas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	15/03/2022	3.110.380,00	1.355.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para nova fase de desenvolvimento do projeto MdC (Morro do Cruzeiro).					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Existe o modelo de Capital de Projeto da organização onde é necessário ter bastante interação com a equipe experiente de Oslo. Os projetos são baseados em uma estrutura matricial que permite que sejam desenvolvidos e aprovados de acordo com os requisitos obrigatórios de qualidade, maturidade, técnicas e exigências econômicas.					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	18/04/2023	1.593.000,00	1.593.000,00	0	n/a	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para projeto de M&A aprovado em Conselho de Administração 15 de março de 2022					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Projeto de M&A					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	15/03/2022	2.010.000,00	2.010.000,00	0	n/a	0

## 11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para projeto de M&A aprovado em Conselho de Administração 15 de março de 2022					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Projeto de M&A					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft AS	15/03/2022	1.315.000,00	1.315.000,00	0	n/a	0
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Prestação de vários serviços de algumas funções técnicas e corporativas pelo time experiente de Oslo para projeto de M&A aprovado em Conselho de Administração 15 de março de 2022					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Projeto de M&A					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					
Statkraft Investimentos LTDA	02/08/2017	38.136.000,00	66.797.000,00	0	n/a	0,000000
<b>Relação com o emissor</b>	Controladora Direta / Acionista					
<b>Objeto contrato</b>	Saldo de mútuo devido pela Companhia à acionista Statkraft Investimentos Ltda., conforme aprovado em reunião prévia de acionistas na data 2 de agosto de 2017, com prazo indeterminado e juros remuneratórios vinculados ao CDI. A liquidação deste mútuo está sendo avaliada pelos acionistas representantes dessas companhias. Adicionalmente, este saldo contempla valores a pagar relacionados a garantias financeiras tomadas					
<b>Garantia e seguros</b>	n/a					
<b>Rescisão ou extinção</b>	n/a					

**11.2 Transações com partes relacionadas**

<b>Parte relacionada</b>	<b>Data transação</b>	<b>Montante envolvido Real</b>	<b>Saldo existente</b>	<b>Montante Real</b>	<b>Duração</b>	<b>Taxa de juros cobrados</b>
<b>Natureza e razão para a operação</b>	Mútuo					
<b>Posição contratual do emissor</b>	Devedor					

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'****11. Transações com partes relacionadas**

11.2. Com exceção das operações que se enquadrem nas hipóteses do art. 3º, II, “a”, “b” e “c”, do anexo 30-XXXIII, informar, em relação às transações com partes relacionadas que, segundo as normas contábeis, devam ser divulgadas nas demonstrações financeiras individuais ou consolidadas do emissor e que tenham sido celebradas no último exercício social ou estejam em vigor no exercício social corrente:

n. medidas tomadas para tratar dos conflitos de interesses

Observamos e fazemos com que nosso acionista observe todas as disposições do art. 156 da Lei das S.A. no que se refere a eventos de conflito de interesse. Para além das disposições legais aplicáveis, adotamos mecanismos estatutários estritos no que se refere a eventos de conflitos de interesse.

O parágrafo 8o do artigo 19 do nosso Estatuto Social prevê que, nas deliberações do Conselho de Administração que tenham como objeto a aprovação de operações entre a Companhia e uma ou mais Partes Relacionadas a qualquer dos acionistas da Companhia, os conselheiros indicados de forma direta ou indireta por tal acionista deverão se declarar impedidos de votar.

Ainda, o parágrafo 1o do artigo 15 de nosso Estatuto Social prevê que nossos conselheiros devem ter reputação ilibada e não podem ser eleitos, salvo se autorizado pela Assembleia Geral, aquele que (i) for empregado ou ocupar cargo em companhia que possa ser considerada nossa concorrente, ou (ii) tiver ou representar interesse conflitante com os nossos.

Dessa maneira, nos termos da Lei das S.A. e de nosso Estatuto Social, o Conselheiro que tiver qualquer interesse conflitante com os nossos interesses não poderá exercer o direito de voto, declarando-se impedido para este fim.

**11.2 Itens 'n.' e 'o.'**

- o. demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Na hipótese de celebrarmos operações e negócios com nossas partes relacionadas, temos políticas que nos determinam a seguir os padrões de mercado e a amparar tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e o estrito interesse em sua realização.

## **11.3 Outras informações relevantes**

### **11. Transações com partes relacionadas**

#### **11.3. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes**

Todas as informações consideradas relevantes já foram apresentadas nos itens acima.

**12.1 Informações sobre o capital social**

Tipo Capital		Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/03/2022	21/10/2022	2.622.124.390,53	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
454.331.401	0	454.331.401	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
11/03/2022		2.548.384.329,14	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
454.331.401	0	454.331.401	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
15/12/2021		1.933.384.329,14	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
352.823.928	0	352.823.928	

Tipo Capital		Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital	
24/06/2021		1.673.384.330,74	
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações	
307.533.270	0	307.533.270	

<b>Tipo Capital</b>	<b>Capital Integralizado</b>	
<b>Data da autorização ou aprovação</b>	<b>Prazo de integralização</b>	<b>Valor do capital</b>
14/01/2021		1.503.384.332,12
<b>Quantidade de ações ordinárias</b>	<b>Quantidade de ações preferenciais</b>	<b>Quantidade total de ações</b>
277.383.387	0	218.370.694

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

### 12. Capital social e valores mobiliários

- 12.2. Emissores estrangeiros devem descrever os direitos de cada classe e espécie de ação emitida e as regras de seu país de origem e do país em que as ações estejam custodiadas no tocante a:
- a. direito a dividendos
  - b. direito de voto
  - c. conversibilidade em outra classe ou espécie de ação, indicando:
    - i. condições
    - ii. efeitos sobre o capital social
  - d. direitos no reembolso de capital
  - e. direito a participação em oferta pública por alienação de controle
  - f. restrições à circulação
  - g. condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários
  - h. possibilidade de resgate de ações, indicando:
    - i. hipóteses de resgate
    - ii. fórmula de cálculo do valor de resgate
  - i. hipóteses de cancelamento de registro, bem como os direitos dos titulares de valores mobiliários nessa situação
  - j. hipóteses em que os titulares de valores mobiliários terão direito de preferência na subscrição de ações, valores mobiliários lastreados em ações ou valores mobiliários conversíveis em ações, bem como das respectivas condições para o exercício desse direito, ou das hipóteses em que esse direito não é garantido, caso aplicável
  - k. outras características relevantes

## 12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

<b>Espécie de ações ou CDA</b>	<b>Ordinária</b>
<b>Tag along</b>	100,000000
<b>Direito a dividendos</b>	De acordo com o nosso Estatuto Social e com a Lei das S.A., é conferido aos titulares de Ações de nossa emissão direito ao recebimento de dividendos ou outras distribuições na proporção de suas participações em nosso capital social.  Atualmente nosso Estatuto Social confere aos titulares de nossas Ações um dividendo mínimo obrigatório, em cada exercício social, 5% (cinco por cento) a ser distribuído como dividendo obrigatório, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações, pagável no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da data de sua declaração, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral, devendo o pagamento ser efetuado no mesmo exercício em que for declarado.
<b>Direito a voto</b>	Pleno
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Direito a reembolso de capital</b>	Sim
<b>Descrição das características do reembolso de capital</b>	No caso de liquidação, nossos acionistas receberão os pagamentos relativos a reembolso de capital, na proporção de suas participações no capital social, após o pagamento de todas as nossas obrigações.  Os acionistas que dissentirem de certas deliberações tomadas em nossa assembleia geral poderão retirar-se, mediante reembolso do valor de suas Ações com base no seu valor patrimonial, nos termos da Lei das S.A. No caso das Ações de nossa emissão (i) terem liquidez, ou seja, integrarem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra bolsa, conforme definido pela CVM, e (ii) terem dispersão no mercado, de forma que os acionistas controladores, a sociedade controladora ou outras sociedades sob controle comum detenham menos de 50% das Ações, nossos acionistas não terão direito de retirada.
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Resgatável</b>	Não
<b>Hipóteses de resgate e fórmula de cálculo do valor de resgate</b>	
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	De acordo com a Lei das S.A., nem o nosso Estatuto Social nem as deliberações tomadas em Assembleia Geral podem privar os acionistas do direito de: (i) participar dos lucros sociais; (ii) participar, na hipótese de liquidação da Companhia, da distribuição de quaisquer ativos remanescentes, na proporção de sua participação no capital social; (iii) fiscalizar a gestão da Companhia, nos termos previstos na Lei das S.A.; (iv) preferência na subscrição de futuros aumentos de capital, exceto em determinadas circunstâncias previstas na Lei das S.A.; e (v) retirar-se da Companhia nos casos previstos na Lei das S.A.
<b>Outras características relevantes</b>	Não aplicável.

**12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil**

<b>Valor mobiliário</b>	<b>Debêntures</b>
<b>Data de emissão</b>	20/12/2018
<b>Data de vencimento</b>	20/12/2023
<b>Quantidade</b>	230.000
<b>Unidade</b>	
<b>Valor total</b>	230.000.000,00
<b>R\$</b>	
<b>Saldo Devedor em Aberto</b>	230.000.000,00
<b>Restrição a circulação</b>	Não
<b>Conversibilidade</b>	Não
<b>Possibilidade resgate</b>	Sim
<b>Hipótese e cálculo do valor de resgate</b>	Resgate Antecipado Facultativo Total. A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir, inclusive, do 12º (decimo segundo) mês contado da Data de Emissão, e com aviso prévio aos Debenturistas (por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 7.28 abaixo ou de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário), ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à B3, de, no mínimo, 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis, desde a Primeira Data de Integralização ou a data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado descrito acima (observado que, caso o resgate antecipado facultativo aconteça em qualquer data de pagamento da Remuneração, deverá ser desconsiderada a Remuneração devida até tal data), correspondente a 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano, calculado de acordo com a seguinte fórmula: $\text{Prêmio} = 0,20\% \times (\text{DU})/252 \times \text{VR}$ .
<b>Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários</b>	Não aplicável.

### 12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Valor Mobiliário	Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Investidores Institucionais
	0	1	0

## **12.5 Mercados de negociação no Brasil**

### **12. Capital social e valores mobiliários**

- 12.5. Indicar os mercados brasileiros nos quais valores mobiliários do emissor são admitidos à negociação

Nossas Ações não são atualmente negociadas em mercados regulados.

## 12.6 Negociação em mercados estrangeiros

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não possuímos valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

## 12.7 Títulos emitidos no exterior

### **Justificativa para o não preenchimento do quadro:**

Não tivemos títulos emitidos no exterior nos últimos 03 exercícios sociais.

## 12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

### 12. Capital social e valores mobiliários

- 12.8. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários nos últimos 3 exercícios sociais, indicar:
- a. como os recursos resultantes da oferta foram utilizados
  - b. se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição
  - c. caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

#### **Emissão de Notas Promissórias**

A Companhia não possuía Notas Promissórias emitidas que não estivessem vencidas ou liquidadas em 31 de dezembro de 2022.

#### **Emissão de Debêntures**

A descrição pormenorizada da 3ª Emissão de Debêntures da Statkraft pode ser encontrada no item 12.3 deste Formulário de Referência.

#### **Destinação de Recursos de Ofertas Públicas**

A descrição pormenorizada da 3ª Emissão de Debêntures da Statkraft pode ser encontrada no item 12.3 deste Formulário de Referência.

#### **Ofertas Públicas de Aquisição**

Não aplicável.

## **12.9 Outras informações relevantes**

### **12. Capital social e valores mobiliários**

12.9. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram divulgadas nos itens acima.

## 13.0 Identificação

**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**

**Leoze Lobo Maia Junior**

**Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

### 13.1 Declaração do diretor presidente

#### 13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

- 13.1. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:
- a. reviram o formulário de referência
  - b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20
  - c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

#### Declaração do Diretor Presidente

O diretor acima qualificado, declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes as suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

## 13.2 Declaração do diretor de relações com investidores

### 13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário

13.2. Declarações individuais do Presidente e do Diretor de Relações com Investidores devidamente assinadas, atestando que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20
- c. as informações nele contidas retratam de modo verdadeiro, preciso e completo as atividades do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades

### **Declaração do Diretor de Relações com Investidores**

O diretor acima qualificado, declara que:

- a. Reviu o formulário de referência;
- b. Todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 80, em especial aos artigos 15 a 20;
- c. O conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes as suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos.

**13.3 Declaração do diretor presidente/relações com investidores****13. Identificação das pessoas responsáveis pelo conteúdo do formulário**

13.3. Declaração individual de novo ocupante do cargo de Presidente ou de Diretor de Relações com Investidores devidamente assinada, atestando que:

a. reviu as informações que foram atualizadas no formulário de referência após a data de sua posse

b. todas as informações que foram atualizadas no formulário na forma do item "a" acima atendem ao disposto na Resolução CVM nº 80, em especial aos arts. 15 a 20

Não se aplica